



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
- CÂMPUS DE MARÍLIA -
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

ANA CLARA LEITE PEDERSOLI

PANORAMA DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

**MARÍLIA
2023**

ANA CLARA LEITE PEDERSOLI

PANORAMA DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim

**MARÍLIA
2023**

P371p

Pedersoli, Ana Clara Leite

Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do
bibliotecário / Ana Clara Leite Pedersoli. -- Marília, 2023
103 f. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Biblioteconomia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e
Ciências, Marília

Orientadora: Marta Lígia Pomim Valentim

1. Mercado Editorial. 2. Comércio Livreiro. 3. Políticas Públicas -
Livro. 4. Políticas Públicas - Leitura. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Ana Clara Leite Pedersoli

Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia
Área de Concentração: Gestão da Informação e do Conhecimento
Instituição Financiadora: Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPe UNESP) – Proc. 02/2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim
UNESP – Câmpus de Marília
Orientadora e 1ª Examinadora

Profa. Dra. Daniela Pereira dos Reis
UNESP – Câmpus de Marília
2ª Examinadora

Profa. Dra. Camila Araújo dos Santos
3ª Examinadora

Marília, 18 de Março de 2022.

Dedico aos artistas, bibliotecários, filósofos, historiadores, pesquisadores, professores e educadores no geral que me ensinaram a não desistir. Dedico, também, ao meu irmão Bruno Henrique Pedersoli e a José Olympio - grande editor e livreiro, batataense como eu. Que a força esteja conosco!

AGRADECIMENTOS

Quando trabalhei como bolsista no Repositório Institucional da Unesp, o que mais gostava era dar uma espiada nesta parte do trabalho das pessoas, via agradecimento até para os animais de estimação, e não entendia o porquê. Agora que escrevo os meus agradecimentos, posso imaginar. Chegar nesta parte da graduação é lidar com o fato de estar finalizando mais um ciclo, vem aquela vontade imensa de gritar para o mundo todo que conseguiu, sair correndo por aí, pegar os gatos no colo e dizer “*obrigada por me acompanharem nesta jornada*”, afinal, a Emma e o Léo (meus gatos) me fizeram companhia em todas as noites que passei elaborando o TCC.

Na jornada até aqui, conheci muita gente: na Faculdade, nos grupos de estudo, na moradia estudantil, nos estágios, em demais cursos e no trabalho. A toda essa gente, aos meus familiares e aqueles que passaram temporariamente por aqui, sou grata. Sou grata porque se as coisas fossem diferentes, ‘A’ Ana seria só Ana. Sou grata porque a cada um de vocês devo um pedacinho de mim. Sou grata por me incentivarem de ‘n’ maneiras a ser uma pessoa melhor e completa - humana, pesquisadora e profissional.

Agora, partindo para a parte que citamos nomes, e peço desculpas caso o de alguém fique para trás, primeiro agradeço a minha orientadora Professora Marta Lígia Pomim Valentim, por acreditar e investir em mim, ter paciência e ter ajudado sempre como pôde quando precisei, por não ter soltado minha mão desde 2018. Também, agradeço às professoras Daniela Pereira dos Reis e Camila Araújo dos Santos por aceitarem o convite e darem a honra de completarem os membros da banca.

Agradeço ao meu irmão, Bruno Henrique Pedersoli, por mesmo sem saber, ser minha maior fonte de força, espero que lá na frente ele possa se orgulhar e saber que pode contar comigo. Agradeço a meus pais, Adriana Leite Zanotin e Milton Aparecido Pedersoli, por toda a educação e ensino que me deram, e por cada um procurar me apoiar da sua maneira, mesmo diante das turbulências em nossas relações. E, também, a todos os meus familiares - Zanotin’s, Leite’s, Pedersoli’s e Ferrarezi’s - que também me apoiam e sei que estarão lá quando eu precisar.

Agradeço a meus amigos Mellina e Alex Ventura (Sertão) por sempre estarem lá quando precisei, por me ouvirem, terem paciência e dar uns puxões de orelha; a Mell por me ensinar o método do “um passo de cada vez” e ajudar a me organizar para conseguir

finalizar e alcançar minhas metas, ao Sertão, por estar lá quando preciso de uma música para distrair a mente.

Agradeço a Renata Cristiane, por me lembrar que não estou sozinha, pelos diversos abraços virtuais em formato de diálogo, e por ter a certeza de que eu conseguiria escrever o TCC quando nem mesmo eu a tinha.

Agradeço ao pessoal da Moradia Estudantil por me acolher e a todas as experiências vividas neste espaço de luta e resistência, principalmente, ao pessoal da casa 11: Rayane Souza, Laís Lara, Thaynara Batista, Cícero Silva, Leandro Magacho e Marciel Antônio (desejo muita luz para cada um de vocês!). Agradeço a todas as pessoas do grupo de pesquisa ICIO as quais admiro, em especial, Beatriz Pinheiro, Heloá Oliveira, Rafaela Carolina e as professoras Rosângela Caldas e Márcia Pazin, por me receberem, me acompanharem nesta jornada e me motivarem a ser uma pesquisadora e pessoa melhor (foi uma honra conhecê-los e espero reencontrá-los em breve!).

Agradeço as amigas que cultivei em Marília, a minha professora de dança Rafaela Santana, a colega de turma Stephanie Cerqueira que me deu o incentivo necessário para finalizar este trabalho, dentre tantas outras pessoas incríveis que conheci nesta cidade, por me trazerem leveza em processos e momentos nada leves.

Por fim, agradeço a mim, e talvez isso seja estranho para se ler, mas entenda que não estou falando da Ana que apresentará este trabalho ou da Ana que pegará o diploma daqui a algum tempo, mas de todas as Ana's que fui nesta jornada de 2017 a 2022. Agradeço a essas Ana's de um passado não tão distante, por serem fortes e me ensinarem que às vezes tudo o que precisamos é de uma xícara de café, de uma noite bem dormida, de dançar, maratonar "Friends" ou, simplesmente, respirar.

Na minha primeira apresentação de palco no mundo da dança, finalizamos com um ho'oponopono e acho justo trazer para cá, para todas as pessoas que me acompanharam nesta jornada citadas ou não neste agradecimento: "Sinto muito! Me perdoe! Eu te amo! Eu sou grata!"

Para a Ana pós TCC: *Attraversiamo!*

Gratidão universo!
Ana

A jornada de mil quilômetros começa com o primeiro passo.
(O Rei Leão)

PEDERSOLI, A. C. L. **Panorama do mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário neste setor.** 103f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2022.

RESUMO

Existe uma diferença entre mercado e indústria: o mercado se refere a todo o sistema responsável pela venda de um produto, enquanto a indústria se refere ao conjunto de empresas ou organizações pertencentes a este mercado. A partir deste esclarecimento relativo à diferenciação dos termos, revela-se que este estudo enfoca o mercado editorial brasileiro. Entre os principais componentes deste mercado, destacam-se: agências literárias, editoras, distribuidoras, livrarias e bibliotecas, cuja missão corresponde à produção, distribuição e comercialização de livros, colaborando positivamente com a disseminação da cultura no Brasil. Sendo assim, seu funcionamento está direta ou indiretamente relacionado às questões sociais, políticas, culturais e econômicas do País. Considerando a pequena quantidade de estudos sobre esta temática nas áreas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, este estudo pretende apresentar o panorama atual do mercado editorial brasileiro, assim como a atuação do bibliotecário neste setor. Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é de natureza qualiquantitativa, do tipo documental. Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, de modo a selecionar documentos bibliográficos sobre a temática, bem como documentos primários oriundos de órgãos governamentais que contivessem dados e indicadores do mercado editorial brasileiro. A partir dos dados e informações coletados aplicou-se o método SWOT, visando analisar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças deste mercado. Como resultados destaca-se a importância de investimentos em estratégias de *marketing*, da participação ativa do Governo e das bibliotecas para constituir uma cultura leitora no País, assim como da atuação do bibliotecário no setor editorial e mais estudos sobre a temática nas áreas da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Palavras-Chave: Mercado Editorial; Comércio Livreiro; Políticas Públicas – Livro; Políticas Públicas – Leitura.

PEDERSOLI, A.C.L. **Panorama of the Brazilian publishing market and the work of the librarian in this sector.** 103f. Monograph (Course Completion Paper) – Librarianship Course, Faculty of Philosophy and Sciences (FFC), Sao Paulo State University (Unesp), Marília, 2022.

ABSTRACT

There is a difference between market and industry: the market refers to the entire system responsible for selling a product, while the industry refers to the set of companies or organizations belonging to this market. From this study of the terms, it can be said that the Brazilian publishing market is affirmed. Among the main components, the following stand out: Distributor, Distributors, Publishers Libraries, Mission of Corresponding Books and Bookstores, Distribution and Marketing, Distributor, Bookstore and Bookstore with Cultural Distribution in Brazil. Therefore, its operation is directly or, concerned with social, political, and political issues of the country. Considering a small number of studies on this subject in the areas of Information Science and Librarianship, this study aims to present the current panorama of the Brazilian publishing market, as well as the role of the librarian in this sector. Regarding the methodological procedures, this research is of a qualitative and quantitative nature, of the documentary type. There is a systematic review of the literature, a way of selecting thematic bibliographic documents, primary Brazilians or from government agencies that will carry out editorial data and indicators of the Brazilian publishing market. Based on rigorous data and methods, SWOT is applied, focusing on the strengths and weaknesses as well as the opportunities and threats of this market. As a result, the importance of investments in marketing strategies, the active participation of the Government and libraries for the constitution of a reading culture in the country, as well as the position of the librarian in the publishing sector and more studies on the subject in the areas of Science of Information and Librarianship.

Keywords: Editorial Market; Book Trade; Public Policies – Book; Public Policies – Reading.

LISTA DE FIGURAS

	P.
Figura 1 - Método SWOT.....	23
Figura 2 - Regiões que atingiram a meta de alfabetização 2016-2018.....	37
Figura 3 - Média de livros lidos 2007-2019 (IPL).....	41
Figura 4 - Infográfico população leitora brasileira 2011-2019 (IPL).....	43
Figura 5 - Gêneros de livros que o brasileiro tem o hábito de ler (IPL).....	45
Figura 6 - Gênero de livro preferido da população leitora brasileira 2019 (IPL)..	45

LISTA DE GRÁFICOS

	P.
Gráfico 1 - Taxa de alfabetismo funcional 2011-2018 (INAF).....	38
Gráfico 2 - População leitora no Brasil 2011-2019 (IPL).....	40
Gráfico 3 - População leitora no Brasil por gênero 2011-2019 (IPL).....	41
Gráfico 4 - População leitora no Brasil por região 2011-2019 (IPL).....	42
Gráfico 5 - Principal motivação para ler um livro (IPL).....	44
Gráfico 6 - Gêneros de livros que o brasileiro tem o hábito de ler (IPL).....	46
Gráfico 7 - Gênero de livro preferido da população leitora brasileira 2019 (IPL).....	49
Gráfico 8 - Fatores que mais influenciam na escolha de um livro (IPL).....	50
Gráfico 7 - Produção e vendas de livros 2011-2019 (SNEL).....	49
Gráfico 8 - Faturamento (%) TOTAL , 2011-2019 (SNEL).....	50
Gráfico 9 - Produção e vendas de Obras Gerais 2011-2019 (SNEL).....	51
Gráfico 10 - Preço médio de Obras Gerais - Mercado 2011-2019 (SNEL).....	52
Gráfico 11 - Faturamento (%) Obras Gerais , 2011-2019 (SNEL).....	53
Gráfico 12 - Principais formas de acesso ao livro (IPL).....	60
Gráfico 13 - Onde a população leitora compra livros (IPL).....	61
Gráfico 14 - Pessoas que sabem da existência de biblioteca pública (IPL).....	66
Gráfico 15 - O que a biblioteca representa (IPL).....	67
Gráfico 16 - Avaliação de bibliotecas públicas e escolares (IPL).....	68
Gráfico 17 - O que faria as pessoas frequentarem a biblioteca (IPL).....	69

LISTA DE QUADROS

	P.
Quadro 1 - Protocolo RSL – Fase I.....	21
Quadro 2 - Protocolo RSL – Fase II.....	22
Quadro 3 - Protocolo RSL – Fase III.....	22
Quadro 4 - Grandes editoras brasileiras.....	57
Quadro 5 - Grandes livrarias brasileiras.....	63
Quadro 6 - Demandas para vagas no setor editorial.....	71
Quadro 7 - Competências e habilidades do profissional bibliotecário.....	74
Quadro 8 - Disciplinas mais comuns oferecidas nos cursos de Biblioteconomia.	75
Quadro 9 - Análise SWOT.....	77

LISTA DE TABELAS

	P.
Tabela 1 - População total brasileira, 2011-2021.....	36
Tabela 2 - Faturamento (\$) TOTAL , 2011-2019 (SNEL).....	50
Tabela 3 - Faturamento (\$) Obras Gerais , 2011-2019 (SNEL).....	52

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

a.C.	- antes de Cristo
ANA	- Avaliação Nacional da Alfabetização
BDTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BN	- Biblioteca Nacional
BRAPCI	- Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	- Câmara Brasileira do Livro
CI	- Ciência da Informação
CTP	- Científicos, Técnicos e Profissionais
d.C.	- depois de Cristo
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EPUB	- <i>Electronic Publication</i>
FFC	- Faculdade de Filosofia e Ciências
FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
FLUP	- Festa Literária das Periferias
HES	- <i>Hypertext Editing System</i>
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDPF	- <i>International Digital Publishing Forum</i>
INAF	- Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INL	- Instituto Nacional do Livro
IoT	- Internet das Coisas
IPL	- Instituto Pró-Livro
MEC	- Ministério da Educação
MEMEX	- <i>MEMory EXtesion</i>
NLS	- <i>oN-Line System</i>
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDF	- <i>Portable Document Format</i>
PISA	- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNA	- Política Nacional de Alfabetização
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	- Programa Nacional de Educação
PUC-Campinas	- Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RSL	- Revisão Sistemática da Literatura
SciELO	- <i>The Scientific Electronic Library Online</i>
SNEL	- Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SWOT	- <i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	- <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
Unesp	- Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
WWW	- <i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

	P.
1	INTRODUÇÃO..... 18
1.1	Procedimentos Metodológicos..... 20
1.2	Método SWOT..... 23
2	TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DO LIVRO..... 25
2.1	Registros e Suportes do Conhecimento..... 26
2.2	Livros Eletrônicos (E-Books)..... 29
3	LEITURA E LEITORES NO BRASIL..... 34
3.1	Leitores Potenciais..... 36
3.2	Leitores Reais..... 39
4	MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO..... 47
4.1	Produção Editorial..... 48
4.1.1	<i>Agentes Literários..... 53</i>
4.1.2	<i>Editoras..... 56</i>
4.2	Canais de Distribuição e Venda..... 58
4.2.1	<i>Redes de Livrarias..... 62</i>
4.2.2	<i>Bibliotecas..... 64</i>
5	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EDITOR E DO LIVREIRO..... 70
5.1	Demandas do Mercado Editorial..... 71
5.2	Competências e Habilidades do Profissional Bibliotecário..... 72
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... 77
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 81
	REFERÊNCIAS..... 83
	ANEXOS..... 90
	ANEXO A – Em ano marcado pela pandemia, subsetor de Obras Gerais registra aumento de 3,8% nas vendas ao mercado. Indústria editorial como um todo encolhe 8,8%..... 92
	ANEXO B – LEI Nº 10.573, DE OUTUBRO DE 2003..... 94
	ANEXO C – LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018..... 97
	ANEXO D – DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019..... 99

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da Ciência da Informação (CI) e da Biblioteconomia, o mercado editorial brasileiro é um tema pouco explorado, apesar da possibilidade de os bibliotecários atuarem em editoras. A ideia, para além de investigar esta temática, é evidenciar aspectos relacionados à atuação do bibliotecário, considerando que, em adição a atuar como gestor e organizador de acervos, é principalmente um agente de informação.

Ao explorar a origem do mercado editorial brasileiro, observa-se o receio do novo, seja teorizando a respeito do fechamento de editoras e livrarias, seja considerando o crescimento destas no País desde a Década de 1930 ou, ainda, com a possibilidade do fim dos livros físicos, tendo em vista o surgimento dos *e-books*. Este estudo apresenta um panorama do mercado editorial, evidenciando o cenário atual e as barreiras existentes, possibilitando desenvolver uma visão estratégica, a fim de identificar as forças e as fraquezas que afetam o referido mercado.

Desde meados de 2016 observa-se que há uma crise no mercado editorial, a partir do fechamento de redes de livrarias como, por exemplo, a Livraria Saraiva e a Livraria Cultura, bem como a partir da proposta governamental de aumentar a taxa de livros no País no ano de 2020. Vale ressaltar que, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 115 milhões de pessoas no País sobrevivem com menos de R\$ 15,00 por dia (AMORIM, 2020), contrastado ao valor comercial do livro e considerando as demais possibilidades de entretenimento, o alto valor dos livros tende a ser um forte influente para que o livro não seja produto prioritário de consumo do brasileiro.

O mercado editorial brasileiro é extenso e se divide em quatro subsetores, segundo a pesquisa do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL): livros didáticos, livros religiosos, obras gerais (ficção e não ficção) e livros Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP).

Apesar de citá-lo de maneira geral quando abordada a sua origem, para a delimitação da pesquisa ao demonstrar dados estatísticos do mercado, tem-se como foco o subsetor de obras gerais (ficção e não ficção), justificando se tratar de um setor que envolve a literatura e a leitura principalmente como lazer.

A problemática que envolve este estudo perpassa por questões que envolvem desde um maior investimento em estratégias de marketing para a comercialização de livros, sendo estes físicos ou *e-books* – estratégias essas que abrangem a reedição com uma nova capa mais atrativa do livro –, até o uso da rede Internet para a divulgação e comercialização, levando-se

em consideração a pequena cadeia de distribuição das redes de livrarias no País e o crescimento da comercialização virtual como a realizada pela *Amazon*.

Tendo em vista a crise do mercado e o fato de o livro não ser produto prioritário de consumo no País, parte-se da seguinte questão problema: *Como o profissional bibliotecário pode atuar no mercado editorial brasileiro na atualidade?*

No intuito de tentar responder à questão supracitada, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa: analisar o mercado editorial brasileiro dando enfoque à atuação do bibliotecário neste setor. No que tange aos objetivos específicos definiu-se: a) resgatar aspectos históricos relativos a origem do livro; b) verificar os indicadores sobre os hábitos de leitura da população brasileira, por meio de documentos governamentais e do segmento livreiro; c) verificar os indicadores a respeito do processo de produção e da comercialização no âmbito do mercado editorial brasileiro; d) identificar competências, habilidades, atitudes e valores demandados pelo mercado editorial e quantos desses são encontrados no profissional bibliotecário; e) aplicar o Método SWOT visando identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades relativas ao mercado editorial brasileiro e a atuação do bibliotecário nesta área.

Estabeleceu-se, também, uma relação com os componentes do marketing: o produto com o qual o mercado editorial trabalha (livros – obras gerais); o público-alvo do mercado (população leitora brasileira) e os processos de produção e praça (como o mercado funciona internamente, considerando a produção e comercialização de livros).

Esta pesquisa justifica-se como necessária no âmbito dos campos científicos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, ressaltando as possibilidades de atuação profissional do bibliotecário e os poucos estudos sobre a temática; a partir do levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por meio do uso do descritor “mercado editorial”, entre os anos de 1972 a 2022, em que se encontrou apenas 54 (cinquenta e quatro) textos, e após uma análise individualizada evidenciou-se que nem todos os documentos recuperados abordavam de fato o mercado editorial. Destaca-se também que há pouco conteúdo nas disciplinas cursadas no Curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), voltados especificamente para a atuação profissional no setor editorial, com exceção da disciplina ‘Introdução à Editoração’, oferecida como optativa, mas nem sempre disponível na matriz curricular para cursá-la e, além disso, as opções de estágios exigidos para a formação, em geral são

relacionados a estágios realizados em bibliotecas.

Pessoalmente, a escolha da temática justifica-se porque a pesquisadora pretende atuar futuramente como bibliotecária no setor editorial brasileiro, assim como dar sequência a realização de pesquisas desta temática na área da CI.

O mercado editorial brasileiro é amplo, portanto, conforme mencionado anteriormente esta pesquisa pretende demonstrar o panorama nacional, temática da qual o pesquisador Laurence Hallewell foi o que mais se aprofundou, cuja tese de doutorado elaborada entre 1970-1975, discorreu sobre a história do livro no Brasil, consequentemente também aborda subtemas relacionados ao mercado editorial. A tese de doutorado de Hallewell, que deu origem a publicação “O livro no Brasil” é um dos estudos mais completos até os dias atuais sobre a história do livro no País, evidenciando a falta de estudos nacionais sobre a temática.

Assim como a música, a teledramaturgia e a gastronomia típica, os livros, a população leitora, eventos literários e o mercado editorial representam a cultura de um País, destacando a importância cultural e social deste estudo.

No percurso para a elaboração desta monografia foi possível obter conteúdos ministrados nas disciplinas cursadas no Curso de Biblioteconomia oferecido pela Unesp, como: ‘História da Cultura’, ‘Registros e Suportes do Conhecimento’, ‘Comunicação’, ‘Planejamento e Gestão de Unidades de Informação’, ‘Gestão da Informação e do Conhecimento’, ‘Marketing em Unidades de Informação’, Introdução à Editoração’, entre outras, que contribuíram para essa construção.

Nessa perspectiva, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, traz a temática à tona, visando debater sobre alguns aspectos relevantes para ambos os campos científicos anteriormente citados. O TCC é vinculado à Linha de Pesquisa ‘Gestão da Informação e do Conhecimento’, no tema “Processos de Gestão da Informação e do Conhecimento”.

1.1 Procedimentos Metodológicos

No que se refere a trajetória metodológica, trata-se de uma pesquisa de natureza/abordagem quali-quantitativa, do tipo documental, por combinar a análise de dados e indicadores estatísticos às políticas e legislações existentes voltadas ao mercado editorial brasileiro. Desse modo, é caracterizada como do tipo documental devido ao levantamento de

dados por meio de documentos bibliográficos, governamentais e de instituições vinculadas ao mercado editorial (SEVERINO, 2007, p.123).

Segundo Gil (2002, p.46):

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa.

Nessa perspectiva, primeiramente desenvolveu-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) dividida em três fases. Para o levantamento bibliográfico aplicou-se as palavras-chave: ‘mercado editorial’; ‘comércio livreiro’; ‘gestão editorial’; ‘política editorial’. Na primeira fase consultou-se as bases de dados: BRAPCI; *The Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta fase evidenciou a incipiência de estudos sobre o tema no âmbito dos campos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, bem como de estudos que enfocaram o mercado editorial em si e não apenas uma faceta.

Quadro 1: Protocolo RSL – Fase I

Objetivo	Analisar o mercado editorial brasileiro enfocando o subsetor de obras gerais	
Fontes de Informação	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos (BRAPCI); <i>The Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).	
Período	Todo o período coberto pelas fontes de informação supracitadas	
Critério de inclusão	Textos que tratam sobre o mercado editorial brasileiro	
Critério de exclusão	Textos que tratam sobre o mercado editorial de outros países	
Palavras-chave	Mercado Editorial; Comércio Livreiro;	Políticas Públicas - Livro; Políticas Públicas - Leitura.
Procedimentos de análise	Método SWOT	

Fonte: Elaboração própria (2021).

A segunda fase da RSL enfocou o levantamento de documentos primários como políticas, legislações e documentos governamentais ou específicos da área editorial,

destacando-se: *Produção e Vendas de Livros do Setor Editorial Brasileiro*, publicado pelo SNEL e pela Câmara Brasileira do Livro (CBL); e *Retratos da Leitura no Brasil*, publicado pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Instituto Pró-Livro (IPL), no intuito de elaborar um panorama do mercado, de maneira que os resultados obtidos pudessem ser analisados.

Quadro 2: Protocolo RSL – Fase II

Objetivo	Analisar o mercado editorial brasileiro enfocando o subsetor de obras gerais	
Fonte de Informação	Políticas governamentais; Legislação brasileira em geral; Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Câmara Brasileira do Livro; Instituto Pró Livro (IPL).	
Período	Todo o período coberto pelas fontes de informação supracitadas	
Critério de inclusão	Documentos vigentes que tratam sobre o mercado editorial brasileiro	
Critério de exclusão	Documentos revogados que tratavam sobre o mercado editorial de outros países	
Palavras-chave	Mercado Editorial; Comércio Livreiro;	Políticas Públicas - Livro; Políticas Públicas - Leitura.
Procedimentos de análise	Método SWOT	

Fonte: Elaboração própria (2021).

A terceira e última fase da RSL, enfocou-se às competências e habilidades profissionais exigidas para se atuar no setor editorial. Para isso, foram analisadas as dez últimas vagas disponíveis no *Linkedin*. Os demais dados apresentados neste estudo correspondem, em sua maioria, a informações até o ano de 2019, entretanto, as vagas de emprego analisadas são as mais recentes a partir da coleta de dados em 4 de março de 2022.

Quadro 3: Protocolo RSL – Fase III

Objetivo	Analisar competências e habilidades exigidas para atuação no setor editorial	
Fonte de Informação	Linkedin	
Período	Último mês antecedente a coleta de dados: fevereiro/março 2022	
Critério de inclusão	Vagas de emprego no setor editorial	
Critério de exclusão	Demais vagas de emprego não relacionadas ao mercado editorial.	
Palavras-chave	Editor de livros Assistente editorial	
Procedimentos de análise	Método SWOT	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Após o levantamento bibliográfico e dos documentos primários, foi possível obter um panorama do mercado editorial brasileiro. Como resultados, a partir da identificação de competências, habilidades e valores exigidos para o profissional editor e livreiro, destaca-se

quais dessas são presentes no profissional bibliotecário; espera-se a partir da aplicação do método SWOT – acrônimo dos termos em inglês: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) –, evidenciar os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades referentes a este mercado.

É importante ressaltar que a maioria dos dados apresentados, principalmente os retirados de pesquisas governamentais, antecede o Ano de 2020, consequência da pandemia causada pelo vírus COVID-19 (Anexo A).

1.2 Método SWOT

O método SWOT surgiu na década de 1960, evidenciado pelo consultor de negócios e gestão Albert S. Humphrey, que o utilizou com o objetivo de otimizar o planejamento de inúmeras organizações na época (SANTOS; DAMIAN, 2018, p.258).

Figura 1: Método SWOT



Fonte Imagem: <http://www.publita.com.br/blog/655-2/> (2022).

No Brasil, a sigla 'SWOT' foi traduzida como 'FOFA' acrônimo das palavras: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, mas o termo mais usado continua sendo em inglês. Especificamente, forças e fraquezas estão relacionadas a análise interna do objeto ou fenômeno, enquanto oportunidades e ameaças estão relacionadas a análise externa destes.

Segundo Valentim (2019, s.26): "O método SWOT analisa as forças internas em relação

às oportunidades externas, bem como as fraquezas internas em relação às ameaças externas à organização, ou seja, analisa as condições de partida frente às tendências e cenários futuros”.

O método é aplicado em duas partes: primeiramente se analisa o ambiente interno no que tange aos pontos fortes e fracos; em um segundo momento se analisa o ambiente externo no que se refere às oportunidades e ameaças existentes.

O método SWOT propõe uma visão ampla e detalhada do cenário a ser analisado, possibilitando a identificação de problemas, assim como de possíveis soluções. Goldschmidt (2003, n.p.) destaca que o ambiente interno pode ser controlado pelos gestores da organização, no caso do mercado editorial: pelos agentes literários, editoras, distribuidoras, livrarias e demais componentes do mercado; enquanto o ambiente externo está fora do controle da organização, qual seja: o leitor, os hábitos de leitura, a escolaridade e a classificação social e econômica da população brasileira. De acordo com a autora supracitada, apesar de o ambiente externo não poder ser controlado, conhecê-lo propicia prever ameaças e aproveitar as oportunidades de maneira eficiente que porventura existam.

2 TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DO LIVRO

Os primeiros indícios em relação ao livro no Brasil se relacionam com a chegada dos jesuítas. Estes carregavam seus livros religiosos com o objetivo de catequizar e promover uma educação formal – ou, em termos mais claros, uma aculturação –, para os índios que viviam no Brasil, antes de se tornar oficialmente um País. Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, foi dado início a impressão de livros. Entretanto, somente em 1840 é que a produção de livros passou a ser estável em termos comerciais. No início do Século XX, os livros já estavam disponíveis para compra na Cidade do Rio de Janeiro e, desde então, evidenciou-se o início do desenvolvimento da indústria livreira brasileira (PAIXÃO, 1998).

O termo ‘livro’ se origina do Latim ‘*liber*’. Barbier (2008, p.18), no que se refere ao termo em Latim, ressalta: “[...] termo que designa a película de uma árvore entre a casca exterior e a madeira propriamente dita – um primeiro suporte da escrita”. Apesar da necessidade humana de se expressar e registrar sua história e cultura existir desde a Pré-História, a evidenciar as pinturas rupestres, o livro surgiu muito tempo depois.

Para se referir a evolução dos registros e suportes do conhecimento, especificamente, da imprensa, Burke (2003) tem como premissa “[...] o que se entende por conhecimento?”. Este autor, com base em alguns sociólogos, menciona que nos encontramos em uma “Sociedade do Conhecimento”, também denominada de “Sociedade da Informação”. Economistas trocam a palavra ‘sociedade’ por ‘economia’; filósofos questionam a veracidade do conhecimento (BURKE, 2003); bibliotecários selecionam, catalogam, indexam, recuperam e disseminam a informação. Metaforicamente é como um labirinto causado pelo excesso de informações, o bibliotecário é o responsável por indicar a saída de maneira ágil e segura para aqueles que estão perdidos neste labirinto.

Para os bibliotecários e cientistas da informação, entende-se que a informação pode ser formal ou informal. Uma informação formal é aquela registrada em algum suporte como, livros, vídeos ou em um *site* na Internet e cuja veracidade pode ser comprovada; por outro lado uma informação informal, pode ser verbal ou não verbal e passada de geração em geração como as lendas, mitos e cantigas de roda ou, mesmo, a fofoca. A informação informal vai do telefone sem fio a conversas em grupo. O que a diferencia da informação formal, é o fato de não ser institucionalizada e, na maioria das vezes, não ter sua veracidade ou origem comprovada (GUIMARÃES, 2008).

Entende-se que o conhecimento, os registros e os suportes de conhecimento são codependentes, assim sendo o conhecimento aprimorou-se junto à difusão da imprensa, a descoberta da Ciência e da Tecnologia, a reforma protestante, entre outros acontecimentos (BURKE, 2003).

De modo geral, após as pinturas rupestres, surgiram as tábuas de argila, o papiro, o pergaminho, o códex, até a invenção da imprensa pelos chineses e atualizada por Guttemberg (ARARUNA; PINHEIRO; CARNEIRO, 2012, n.p.). Entretanto, cabe destacar como ocorreu a evolução desses processos no que se refere aos suportes de informação, a fim de compreender o caminho trilhado até os livros físicos, as bibliotecas e, atualmente, com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), os livros digitais (*e-books*), por isso esta Seção se divide em duas Subseções: 2.1 Registros e Suportes do Conhecimento e 2.2 Livros Eletrônicos (*E-Books*).

2.1 Registros e Suportes do Conhecimento

Antes de desenvolver a fala e, posteriormente, a escrita, os homens aprenderam a pintar para se comunicar, fato que se apresenta na Pré-História, aproximadamente 3.500 anos antes de Cristo (a.C.) por meio das pinturas rupestres. As pinturas retratavam desde animais a pessoas, plantas e objetos; elas eram feitas nas paredes de cavernas, a base de sangue de animais, materiais extraídos de rochas (minérios), argilas, entre outros (GROBEL; TELLES, 2014).

A Pré-História é caracterizada por ser o período que se deu antes da invenção da escrita. Com a invenção da escrita, os homens descobriram as tábuas de argila, período caracterizado como História. Nesse período, a escrita ainda apresentava símbolos abstratos, diferenciando-se dos que conhecemos hoje. A Biblioteca de Nínive é conhecida como a primeira biblioteca da história, seu acervo composto por tábuas de argila continha mais de trinta mil exemplares. Segundo Darnton (2010), ela foi constituída durante o Governo de Assurbanipal II, que governou a Assíria no Século VII a.C. (GROBEL; TELLES, 2014).

Após a invenção da escrita em tábuas de argila, surgiram o papiro e o pergaminho, cuja diferença se relaciona ao material utilizado para produzi-los. O papiro tem origem em uma planta vegetal egípcia, enquanto o pergaminho era originário da pele de animal devidamente tratada e transformada, para servir a finalidade de registrar informações (PEREIRA, 2010).

O papiro deu origem ao *volumen* e, por outro lado, o pergaminho originou o *códex*.

Segundo Pinsky (2013, p.32), autores como Manguel¹ (1996, p.149-150) consideram as tábuas de argila mesopotâmicas como sendo as primeiras formas de livro e, por outro lado, Chartier² (2001, p.8), Barbier (2008, p.33) e Paiva³ (2010, p.9) relacionam o *volumen* a esta função.

O livro em formato de *códex* existe, portanto, há cerca de dezoito séculos, tendo surgido muito depois dos rolos que chamamos de *volumen*, usados pelos egípcios desde cerca de 2700 a.C. Esse rolo era manipulado horizontalmente, girado a partir de uma haste de madeira e a escrita vinha em sua parte interna. O *volumen* não é o mesmo dos rolos utilizados em documentos na Idade Média, que eram utilizados com orientação vertical (GUEDES, 2018, p.21).

O *códex* aparece logo após o papiro e o pergaminho, “[...] caracterizado pelo suporte da escrita estar organizado em cadernos costurados e reunidos uns aos outros formando uma encadernação” (PEREIRA, 2010, p.26), aproximando-se mais do formato dos livros atuais. O *códex*, ao contrário do *volumen*, possibilita escrever dos dois lados do papel, resultando assim em economia e otimização do uso. Além disso, com todas as suas características, o *códex* era fácil de manusear e guardar – para ler o *volumen* era necessário utilizar as duas mãos –, proporcionando uma organização e armazenamento mais fácil, principalmente no que se refere a quantidade de coleções presentes nas bibliotecas (PEREIRA, 2010, p.26; PINSKY, 2013, p.32; GUEDES, 2018, p.21;). Embora o *códex* se destaque em diferentes aspectos em comparação ao *volumen*, Guedes (2018, p.21) enfatiza que a substituição total de um pelo outro em comunidades não-cristãs e profanas levou mais de 300 anos para se realizar.

Em meados de 282 a.C. a Biblioteca de Alexandria foi fundada. Alexandre Magno invadiu o Egito aos 23 anos de idade e construiu a Cidade de Alexandria. No entanto, segundo Flower (2010, n.p.):

[...] se Alexandre da Macedônia foi o fundador efetivo de uma cidade que se tornaria o epicentro do pensamento grego e romano dos novecentos anos seguintes, temos que agradecer também a seus sucessores imediatos, os três primeiros Ptolomeus, pela criação de seu singular centro de saber.

Há diversas histórias sobre a origem da Biblioteca de Alexandria, como ela era e suas principais características, sendo uma delas a de criar uma biblioteca que contivesse pelo menos um exemplar de cada uma das obras mais importantes já escritas até aquele momento.

1 MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

2 CHARTIER, Roger. **Les métamorphoses du livre: Le rendez-vous de l'édition - le livre et le numérique**. Paris: Bibliothèque Centre Pompidou, 2001. Conferência proferida em 8 de janeiro de 2001).

3 PAIVA, Ana Paula Mathias de. **A aventura do livro experimental**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: EDUSP, 2010.

Nesse intuito, Ptolomeu I, acatou a ideia de Demétrio Falereu e a implementou, bem como Ptolomeu II e III, a aprimoraram com o tempo (FLOWER, 2010).

A ética também era jogada ao mar no que dizia respeito aos manuscritos originais de Ésquilo, Eurípedes e Sófocles, normalmente mantidos nos arquivos estatais de Atenas e nunca emprestados. Ptolomeu III Evergeta, seguindo os hábitos de seu pai e de seu avô, persuadiu o governo ateniense a lhe emprestar os valiosos trabalhos contra uma caução astronômica, a qual alegremente resgatou quando devolveu as cópias e manteve consigo os originais (FLOWER, 2010, n.p.).

A biblioteca continha um acervo composto por manuscritos, códices, rolos e papiros raros, que nem sempre eram adquiridos de maneira ética. Esses materiais tratavam de Filosofia, Medicina, Matemática e demais assuntos. Frequentada por grandes gênios, como Arquimedes (matemático e astrônomo grego), a Biblioteca de Alexandria se tornou um centro cultural, entretanto, em 48 a.C. durante a guerra civil romana, ela foi incendiada e ninguém sabe ao certo o número de obras que foram danificadas e/ou perdidas: “Sêneca fala de 40 mil, enquanto o autor latino Aulo Gélío (130-180 d.C.) e Amânio Marcelino, historiador do Século IV, falam do assombroso número de 700 mil” (FLOWER, 2010, n.p.).

Durante a Idade Média (476 d.C. a 1453) a produção e divulgação de livros eram restritas ao clero, sendo que a fabricação de livros até o Século XI era quase que exclusivamente realizada em monastérios e em outras casas religiosas (BARBIER, 2008, p.62; PEREIRA, 2010, p.26). Destaca-se, também, que, “[...] boa parte dos livros ficava enclausurada, sobre a proteção da igreja, onde o acesso aos acervos era restrito à nobreza e à igreja” (ARARUNA; PINHEIRO; CARNEIRO, 2012, n.p.).

No que se refere a invenção do papel, este foi inventado na China 105 anos d.C., por T’sai Lun. De acordo com Meggs (2009, p.55): “Não se sabe ao certo se T’sai Lun realmente inventou o papel, aperfeiçoou uma invenção anterior ou patrocinou sua invenção. Entretanto, ele foi deificado como o deus dos fabricantes de papel”.

A impressão também foi um advento inventado na China, sendo que inicialmente ela era feita em relevo. Meggs (2009, p.55-56) evidência duas hipóteses para a origem da invenção da imprensa: a primeira indica que o uso de sinetes para produzir marcas de identificação desde meados do Século III a.C. evoluiu para a impressão; a segunda é de que a impressão surgiu da antiga prática chinesa de fazer dos decalques à tinta de inscrições entalhadas em pedra, desde 165 d.C. Há ainda uma terceira hipótese, na qual se defende que a impressão se originou de ambas as anteriores.

Existiam duas técnicas de impressão, a tipografia e a xilografia. A diferença entre essas técnicas residia no objetivo para o qual se destinavam: a tipografia consistia em um processo mais demorado, tendo por objetivo imprimir caracteres no papiro, pergaminho ou papel; a xilografia por outro lado, tinha por objetivo ser rápida e realizar impressão na quantidade desejável (FERREIRA, 2010, p.16).

No Século XV, Johannes Gutenberg aprimorou o processo de impressão de livros, inventando a prensa, e o primeiro livro impresso foi a então conhecida “Bíblia de Gutenberg” (ARARUNA, PINHEIRO; CARNEIRO, 2012, n.p.):

Durante aproximadamente meio século a partir da invenção de Gutenberg, os livros receberam o nome de incunábulo, nome dado devido à recente descoberta da tipografia. Poucos foram os avanços evidenciados no design de livros ao longo dos séculos XVI e XVII. Com o século XVIII, desenvolveram-se importantes mudanças, atribuídas principalmente às inovações tipográficas, cuja originalidade se destacou a ponto de tornar as referências dos livros mais longínquas e dissociadas do modelo medieval [...] (PEREIRA, 2010, p.31).

Com a imprensa os livros se popularizaram e o papel, que até então era um produto caro em comparação aos outros materiais para escrita, passou a ser mais utilizado e ter um preço acessível. Por consequência, as indústrias papelarias também começaram a se desenvolver e o papel passou a ser produzido em larga escala (SOUSA *et al.*, 2017, p.174).

A última revolução até o momento na história dos registros e suportes do conhecimento e, conseqüentemente, dos livros e da escrita, implica no surgimento dos livros eletrônicos ou digitais (*e-books*), apresentados na próxima Subseção.

Com a finalidade de armazenamento de memória, possibilitando a recuperação da informação, o livro proporcionou a transição da tradição oral para a escrita (SOUSA *et al.*, 2017, p.173). Os mesmos autores mencionam que é possível resumir a história do livro em cinco fases: I - a invenção da escrita; II - a substituição das tabletas de argila pelo papiro; III - a substituição do papiro pelo pergaminho; IV - a substituição do pergaminho pela invenção da imprensa; V - o surgimento dos *e-books* (SOUSA *et al.*, 2017, p.175).

2.2 Livros Eletrônicos (*E-Books*)

As definições referentes ao livro eletrônico ou livro digital são variadas, levando-se em consideração o conflito entre os termos ‘eletrônico’ e ‘digital’. No entanto, ao abordar este assunto nesta pesquisa, considera-se por definição de livro eletrônico: “[...] um livro digital

em arquivo texto ou sonoro que pode ser vendido (ou disponibilizado) na íntegra ou em partes [...]” (PINSKY, 2009, p.11). Vale destacar que estes também são chamados de ‘*e-books*’, que, segundo Araruna, Pinheiro e Carneiro (2013, n.p.), trata-se de arquivos que podem ser lidos em variados aparelhos eletrônicos como, por exemplo, *tablets*, computadores, dispositivos de leitura (*e-Readers*).

Para Mesquita e Conde (2008, p.3):

Os processos de seleção de textos, revisão, edição e publicação de livros através dos meios digitais resultam de um curso histórico natural: a realidade vigente é dominada pelo crescimento das tecnologias digitais e não há surpresa na inserção do livro nesse contexto. É algo análogo ao surgimento dos tipos móveis no século XV, os quais trouxeram vantagens e desvantagens ao processo de produção de livro juntamente com as novas formas de edição.

A percepção de ter uma máquina de leitura existe antes mesmo do desenvolvimento do computador, em 1946, encontrando-se atualmente em sua quinta geração e, conseqüentemente, da criação da rede Internet (1969). Segundo Almeida (2015, p.25):

Em 1588 o engenheiro italiano Agostino Ramelli publicou em seu livro *The Various and Ingenious Machines of Captain Agostino Ramelli* uma máquina de leitura que permitia o acesso a diversos livros simultaneamente, a partir de uma engrenagem que realizava uma rotação vertical, semelhante a um moinho movido a água. O aparelho, denominado *Book Wheel*, foi construído apenas em 1986, pelo arquiteto Daniel Libeskind.

Almeida (2015) cita Bob Brown, escritor e poeta norte-americano, que julgando os métodos de leitura da época (em 1930) como pesados e arcaicos, propôs a concepção de uma máquina de leitura. Para Brown (1930, p.28), a máquina de leitura deveria ser possível de transportar, ser operada por eletricidade, ler cem mil romances em pouco tempo, entre outros detalhes.

De acordo com Cheek e Hartel⁴ (2012, p.6 *apud* SERRA, 2015, p.32), em 1931 ocorreram as primeiras manifestações de livros não textuais (não necessariamente eletrônicos), nas quais criou-se os primeiros livros sonoros (*audiobooks*). Em 1945, um ano antes da criação do computador, Vannevar Bush (engenheiro e inventor estadunidense) escreveu um artigo para o periódico *The Atlantic*, intitulado “*As We May Think*”, no qual idealizou um protótipo de dispositivo de leitura, nomeado *MEMory EXtesion* (MEMEX) (ALMEIDA, 2015, p.26).

4 CHEEK, Fem M.; HARTEL, Lynda J. The electronic book: beginnings to the present. In: KAPLAN, Richard (Ed.). **Building and managing e-book collection**. Chicago: Neal-Schiman, 2012. p.3-12. (How-to-do-it-manuals).

Considere um dispositivo futuro para uso individual, que é uma espécie de arquivo e biblioteca particular mecanizada. Ele precisa de um nome e, para cunhar aleatoriamente, “memex” serve. Um memex é um dispositivo no qual um indivíduo armazena todos os seus livros, registros e comunicações e é mecanizado para que possa ser consultado com velocidade e flexibilidade excedentes. É um complemento íntimo aumentado para sua memória (BUSH, 1945, tradução nossa).

Santos (2018, p.26) evidencia que: “Invenções como a Enciclopédia Mecânica, de Ángela Ruiz Robles, o *oN-Line System* (NLS), de Douglas Engelbart, e o *Index Thomisticus*, de Roberto Busa [...] serviram de berço ao livro eletrônico entre as décadas de 1940 e 1970”. A mesma autora, destaca que apesar desses feitos, esta revolução está principalmente relacionada à criação da Internet.

A Enciclopédia Mecânica, patenteada em 1949 pela professora espanhola Ángela Robles, foi desenvolvida com o intuito de facilitar o acesso à leitura e diminuir o peso da mochila de seus alunos; funcionava por meio de carretéis que continham textos e gráficos. O NLS, desenvolvido nos Anos de 1960 no *Stanford Research Institute*, foi o primeiro a implementar o hipertexto e a apresentar recursos da computação moderna. Por fim, o *Index Thomisticus* foi criado por um padre jesuíta e consistiu em uma ferramenta digital para análise linguística e literária, que possibilitava fazer buscas na obra de São Tomás de Aquino (SANTOS, 2018, p.26).

Dois anos antes do surgimento da rede Internet, foram desenvolvidos respectivamente: o primeiro sistema de edição de hipertexto, o *Hypertext Editing System* (HES), e um conceito de dispositivo portátil para crianças (*Dynabook*), que nunca foi construído, mas cujo protótipo serviu de base para a criação de outros aparelhos portáteis, como os *notebooks*, os *tablets* e os *e-Readers* (ALMEIDA, 2015, p.29).

Em 1959, enquanto o computador se encontrava em sua terceira geração, foi criada a Internet, com o nome de “*Arpanet*” nos Estados Unidos. Entre 1970 e 1980 o uso da Internet era mais direcionado à comunicação acadêmica, sendo que na Década de 1990 passou a alcançar a população em geral, quando Tim Berners-Lee (engenheiro inglês) liderou o desenvolvimento da *World Wide Web* (WWW), em português: rede mundial de computadores (SANTOS, 2018, p.27).

A WWW possibilitou uma arquitetura da informação dinâmica e atrativa; a própria *Web* passou por várias evoluções desde sua criação, o que antes era estático e os usuários

podiam apenas visualizar o conteúdo, passou a ser interativo propiciando a produção de conteúdo pelo usuário e, atualmente, discute-se sobre a Internet das Coisas (IoT).

Foi a partir da criação da Internet que em 1971 pensou-se em livros digitalizados, com o Projeto Gutenberg. Sendo considerada a primeira plataforma de distribuição de livros eletrônicos, o projeto tinha por objetivo digitalizar livros de domínio público para oferecê-los gratuitamente. Esta Plataforma ainda existe e possui, atualmente, em torno de 38 mil títulos disponíveis (PINSKY, 2013, p.43; ALMEIDA, 2015, p.30; SERRA, 2015, p.35).

Segundo Chartier ([1998], p.13):

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler (CHARTIER, [1998], p.13).

No Ano de 1993, foi lançado o *software Adobe Acrobat Reader*, pela *Adobe Systems*, que segundo Serra (2015, p.62) possibilitou a leitura de arquivos textuais através do formato *Portable Document Format* (PDF). Com base em Procópio⁵ (2010 *apud* ALMEIDA, 2015, p.31), destaca-se que “[...] somente em 1998, as empresas *SoftBook Press* e *NuvoMedia Inc.* lançaram dois dispositivos portáteis capazes de armazenar até cinco mil páginas de livros em formato digital, contendo textos e imagens”. No entanto, esses dispositivos não obtiveram sucesso.

Desde os Anos 2000, os acontecimentos em relação à temática são de caráter evolutivo, aproximando-se das ideias de máquina de leitura de Brown (1930) e Bush (1945).

Com base em Pinsky (2013, p.43): “[...] Stephen King (escritor americano) lança sua obra *Riding the Bullet* apenas em formato digital. [...] Os leitores digitais (*e-readers*) começaram a ser lançados” (PINSKY, 2013, p.43). A autora, ainda, destaca entre os leitores digitais o lançado pela Sony em 2006 e o *Kindle* da *Amazon*.

Serra (2015, p.55) distingue os dispositivos de leitura em duas categorias: convergentes e dedicados. Os convergentes são aqueles não exclusivos para a leitura, como computadores, *notebooks* e *smartphones* e *tablets*; enquanto os dedicados são exclusivos para leitura, os *e-readers*. Entre os diferenciais desses dispositivos, destaca-se que os

5 PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital: o mercado editorial e as mídias digitais**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

dispositivos convergentes não são próprios para leitura, logo a tela destes apresenta uma iluminação própria do aparelho. Enquanto os dispositivos de leitura dedicados são elaborados com tinta digital (*e-link*), cujo objetivo é justamente não cansar a vista e, conseqüentemente, aproximar a experiência de ler o livro digital da mesma maneira que seria ler um livro físico (PINSKY, 2013, p.43).

Para Almeida (2015, p.36), os dispositivos de leitura correspondem a uma espécie de *hardware* para suportar os aplicativos de leitura, estes identificados como *software*. Existem diversos *softwares* que podem ser citados, a exemplo: o *Adobe Reader* mencionado anteriormente, que proporciona a leitura de arquivos no formato PDF; o *Kindle Reader* que pertence a *Amazon* e possibilita utilizá-lo, tanto em dispositivos de leitura dedicados também da *Amazon*, quanto em outros dispositivos caracterizados como convergentes; e os *iBooks*, aplicativo da *Apple* e utilizado em dispositivos desta companhia, traz como diferencial a possibilidade de visualizar livros digitais que possuem conteúdo multimídia. Há, ainda, *software* e dispositivos de leitura brasileiros, dentre eles cita-se o Lev da Livraria Saraiva e o Kobo da Livraria Cultura (ALMEIDA, 2015, p.36).

Vale mencionar, também, os formatos de arquivos digitais existentes, que podem ser abertos (não provenientes de fornecedores específicos e podem ser abertos em *software* proprietário ou livre) ou, ainda, proprietário (proveniente de fornecedor específico). Entre esses formatos, menciona-se: o PDF e EPUB entre os formatos abertos, sendo o EPUB desenvolvido pelo *International Digital Publishing Forum* (IDPF); e *Mobi*, *AZW* e *iBooks* como formatos proprietários, sendo os dois primeiros da *Amazon*, destacando-se que o segundo é o mais utilizado, caracterizado como uma evolução do primeiro, enquanto o terceiro é da *Apple*, sendo considerado uma modificação do EPUB (SERRA, 2015).

3 LEITURA E LEITORES NO BRASIL

Saber ler e ser leitor são fatos distintos. O dicionário define o leitor como: “Aquele que lê para si mesmo; que tem o hábito ou o gosto de ler: é um leitor incansável. Aquele que lê o que outros escrevem: um romancista que agrada a seus leitores. Aquele que lê em voz alta diante dos outros” (DICIONÁRIO *ONLINE* DE PORTUGUÊS). Assim sendo, não são todos os alfabetizados que têm o hábito de ler, estes são considerados analfabetos funcionais e, por essa razão, é que esta seção contém duas subseções, distinguindo os leitores brasileiros potenciais dos reais.

Para entender a diferença entre potencial e real, utiliza-se como exemplo a questão de um usuário ou não usuário de uma biblioteca. D’Elia⁶ (1980 *apud* SUAIDEN, 1995, p.52), diferencia público-alvo, ou público potencial, do público real; os indivíduos podem ser classificados da seguinte maneira:

a) não-usuários: aqueles que não queriam ser leitores ativos e, tampouco, envolver-se em programas culturais com a comunidade, nem com atividades de educação para adultos; b) não-usuários, mas que poderiam deixar de sê-lo, se forem considerados como usuários potenciais; c) usuários: pessoas que utilizavam a biblioteca com frequência regular em suas visitas (D’ELIA, 1980, *apud* SUAIDEN, 1995, p.52).

Contextualizado com o presente estudo, as pessoas analfabetas funcionais (alfabetizadas, porém, que não possuem o hábito de ler), são como o público potencial de uma biblioteca, ou seja, são leitores potenciais; essas pessoas são identificadas com base em dados do IBGE, do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* realizada pelo IPL. A partir dos dados do IBGE, também são identificados os brasileiros analfabetos de fato, estes são como parte do público-alvo da biblioteca, podendo tornar-se potencial, no entanto, exigem uma dinâmica diferente; no contexto da biblioteca, por exemplo, seriam projetos e ações com foco nesse público. Para este estudo considera-se o processo de alfabetização dessa parcela da população.

Após a identificação dos leitores potenciais, considera-se os usuários da biblioteca os leitores reais, ou seja, aqueles que têm o hábito da leitura, conforme pesquisa do IPL.

Sandra Reimão, em uma entrevista a Felipe Quintino (2015, p.191), destaca:

O livro é um instrumento de comunicação social e para uma compreensão ampla da multiplicidade, papéis, sentidos e funções que o livro pode

6 D’ELIA, G. P. M. Development and testing of a conceptual model of public library user behavior. **Library Quarterly**, n.50, p.410-430, Oct. 1980.

desempenhar histórica e socialmente é necessário abordá-lo em correlação com os demais instrumentos de comunicação social. Assim, é preciso observar que condicionando o ato e a disponibilidade para leitura de livros, atuam, com grande força, a representação do livro nos demais meios de comunicação social: jornais, revistas, cartazes, rádio, cinema, televisão, computadores.

Na perspectiva de Reimão, uma parcela da população leitora brasileira dedica mais tempo à TV, às redes sociais etc., ou seja, existe uma relação intrínseca entre a comercialização de livros e os aspectos culturais ligados à leitura em cada contexto.

Para que o livro receba seu devido valor perante a sociedade, é fundamental levar em conta seus hábitos de leitura. Segundo a UNESCO (*apud* GORINI; BRANCO, 2000, p.5) alguns fatores devem ser considerados quando se trata da criação do hábito de leitura de uma pessoa e/ou nação. Branco e Gorini (2000, p.5) destacam:

Entre os aspectos qualitativos, caberia destacar: a) ter nascido numa família de leitores; b) ter passado a juventude num sistema escolar preocupado com o hábito de leitura; e c) o valor “simbólico” que a cultura nacional atribui ao livro. Entre os aspectos quantitativos, os mais relevantes seriam: a) o preço do livro; e b) o acesso ao livro, que envolve distribuição eficiente, número de pontos de venda, de bibliotecas; entre outros.

Ao propor uma análise do mercado editorial brasileiro, faz-se necessário destacar, também, as leis voltadas ao livro no Brasil. Entre as leis existentes, destaca-se: a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro (Anexo B) e a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (Anexo C). A critério de complemento, porém não anexadas por não se tratar do foco desta pesquisa, as leis: nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que garante os direitos autorais; e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, referente a inclusão da pessoa com deficiência física, entretanto, ter conhecimento sobre esta Lei é essencial, considerando a parcela de leitores com deficiências visuais e/ou auditivas que necessitam de materiais adequados para a leitura.

Nas subseções que se seguem, evidenciam-se estatísticas a respeito das taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional no Brasil e da população leitora brasileira. Vale ressaltar que são apenas uma base para este estudo. Maria Alice Barroso (*apud* HALLEWELL, n.p.), responsável pela antiga direção do Instituto Nacional do Livro (INL), da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), afirma que o Brasil não é um País de estatísticas dado a incompletude ou foco de cada estudo, as estatísticas não representam uma verdade absoluta, mas servem de base para conhecermos a sociedade em que vivemos.

3.1 Leitores Potenciais

O termo “leitores potenciais” contextualizado a este estudo engloba toda a população brasileira. Aprender a ler e desenvolver o hábito da leitura não são fatos isolados, por isso, nesta Subseção são abordadas as taxas de analfabetismo total e analfabetismo funcional no País. A princípio, é necessário evidenciar: *Quem é a população brasileira?*

Tabela 1: População total brasileira, 2011-2021

	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Homens	96.322.655	87.931.331	99.581.002	101.163.599	102.760.295	104.271.843
Mulheres	100.281.097	102.072.857	103.894.681	105.641.142	107.386.830	109.045.796
Total	196.603.732	200.004.188	203.475.683	206.804.741	210.147.125	213.317.639

Fonte: Adaptada a partir dos dados do IBGE (2021).

De acordo com os dados evidenciados, observa-se o crescimento da população e a predominância de mulheres no País. Vale ressaltar que os dados apresentados na Tabela 1 são apenas uma base, em outros estudos é possível se aprofundar em questões como classe econômica, etnia, orientação sexual, entre outras.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é responsável por determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no País. Duas metas da Lei nº 13.005/2014 relacionadas a este estudo são:

- Meta 5: alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental.
- Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

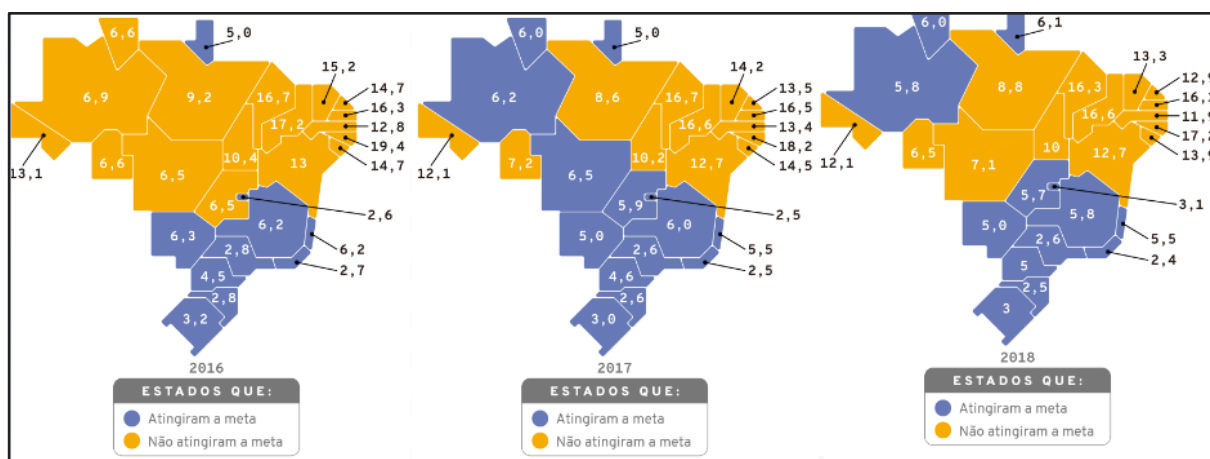
Segundo dados do IBGE “A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação” (NETO, 2018).

Por meio da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) também promovida pelo IBGE, é possível identificar o nível de analfabetismo no País por região, entre os anos de 2016 e 2018, posteriores ao prazo estipulado na Meta 9 da Lei nº 13.005/2014 em que se estipula uma redução da taxa de analfabetismo para 6,5% (Figura 2).

Nota-se que as regiões Sul e Sudeste rapidamente atingiram a meta, por outro lado, partes das regiões Norte e Nordeste, no período analisado, não conseguiram. Em um País com

vinte e seis Estados e o Distrito Federal, apenas treze Estados (50%) alcançaram a Meta 9 dentro do período analisado. Possíveis causas para esses resultados se referem a influência governamental, economia, investimento em educação, incentivo à leitura nas escolas, existência e influência das bibliotecas públicas nessas regiões, entre outros fatores.

Figura 2: Regiões que atingiram a meta de alfabetização 2016-2018



Fonte: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/analfabetismo-no-brasil-em-2018/> (2022).

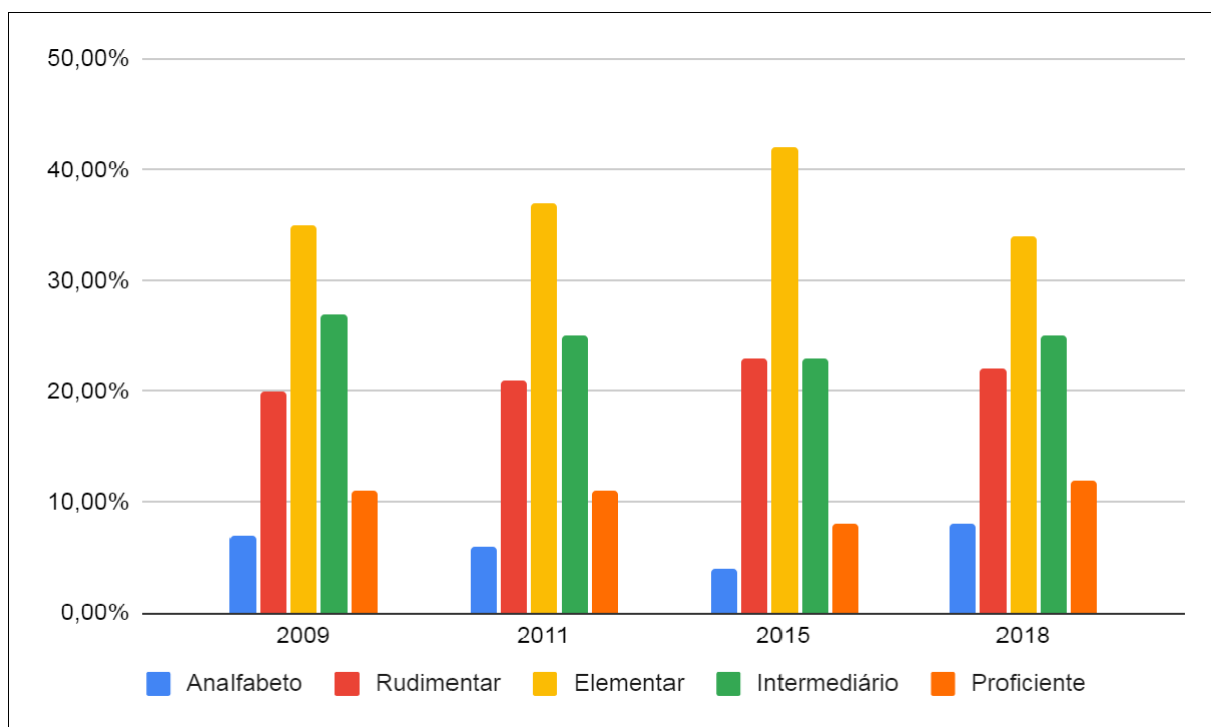
Com uma prova escrita aplicada em domicílio, o INAF avalia quatro habilidades funcionais nos campos do letramento e do numeramento: localização (identificar em um texto uma ou múltiplas informações expressas de modo literal ou não), integração (capacidade de lidar com dois ou mais elementos, comparando-os, ordenando-os ou estabelecendo outros nexos lógicos), elaboração (criação ou recriação com base em elementos textuais) e avaliação (as tarefas que visam verificar essa habilidade convocam o leitor a aportar informação extratextual para confrontar com informação textual ou emitir um parecer sobre ela). Os resultados dividem as pessoas em cinco níveis de alfabetismo funcional: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário, proficiente. Do analfabeto para o intermediário e proficiente, destaca-se os níveis rudimentar e elementar que indicam onde se encontram os analfabetos funcionais (INAF, 2018).

O Gráfico 1 apresenta esses níveis e as percentagens da população correspondente no intervalo de 2009 para 2018. Ressalta-se que a pesquisa engloba a população entre 15 e 64 anos, que teoricamente deveriam ter no mínimo o ensino fundamental completo.

Entretanto, não há distinção de escolaridade ou qualquer outra classificação como classe econômica ou gênero para a coleta de dados. Ao consultar os dados da pesquisa, é

possível verificar questões como a escolaridade da população analisada de maneira mais detalhada, podendo ser base para estudos posteriores, em conjunto com a informação de que as regiões Sul e Sudeste atingiram a Meta 9 do PNE no período analisado, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentaram dificuldades.

Gráfico 1: Taxa de alfabetismo funcional 2011-2018 (INAF)



Fonte: INAF (2018).

Conforme os dados mais recentes da pesquisa referentes a 2018, 8% da população de 15 a 64 anos estudada pelo INAF se classifica como nível 1-analfabeta, ou seja, não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, embora possam escrever o próprio nome e decorar números de telefone, preços etc.

Ainda pela INAF, 22% da população estudada em 2018 foi classificada como leitores rudimentares – capazes de localizar informações explícitas –, esses podem ser chamados, também, de analfabetos funcionais, por fazerem um uso limitado da leitura, escrita e operações matemáticas no cotidiano. Aprofundando-se, o estudo identificou que 54% dessa população têm formação escolar até o 5º ano do ensino fundamental e 3% chegaram à faculdade (INAF 2018).

Não foram encontrados dados da pesquisa desenvolvida pelo INAF após o Ano de 2018, no entanto, em 2019 foi instituída a Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Anexo D),

instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e conduzida pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Alfabetização. A política tem como maior objetivo erradicar o analfabetismo total e funcional, usando de estratégias como proposta de programas e ações promovidas pelo Governo Federal em parceria com os entes federativos.

Ainda, em 2019, a taxa nacional de analfabetismo a partir dos 15 anos caiu de 6,8% em 2018 para 6,6%, aproximando-se mais da Meta 9 do PNE quatro anos após o estipulado, entretanto, não houve mudanças na Região Nordeste. Sobre esses 6,6% em número populacional, onze milhões de brasileiros a partir dos 15 anos de idade, ainda, não sabiam ler ou escrever (BÔAS, 2020).

3.2 Leitores Reais

Para o desenvolvimento desta Subseção considerou-se os dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, desenvolvida pelo IPL. Vale mencionar que o IPL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), coordenada por Zoara Failla, sem fins lucrativos, criada e mantida pelas seguintes entidades: Abrelivros, CBL e SNEL. A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* se encontra em sua quinta edição, com dados coletados referentes ao Ano de 2019. Também existem: *Retratos da Leitura em Bibliotecas Escolares* e *Retratos da Leitura em Eventos Literários e do Livro*.

Para este estudo foram utilizados dados da terceira e da quinta edição da pesquisa, referentes aos anos de 2011, 2015 e 2019. A princípio, destaca-se o que é considerado um leitor para a coleta de dados da *Retratos da Leitura no Brasil*: considera-se leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses antecedentes à coleta de dados, desconsiderando qualquer leitura que não se encaixe neste período.

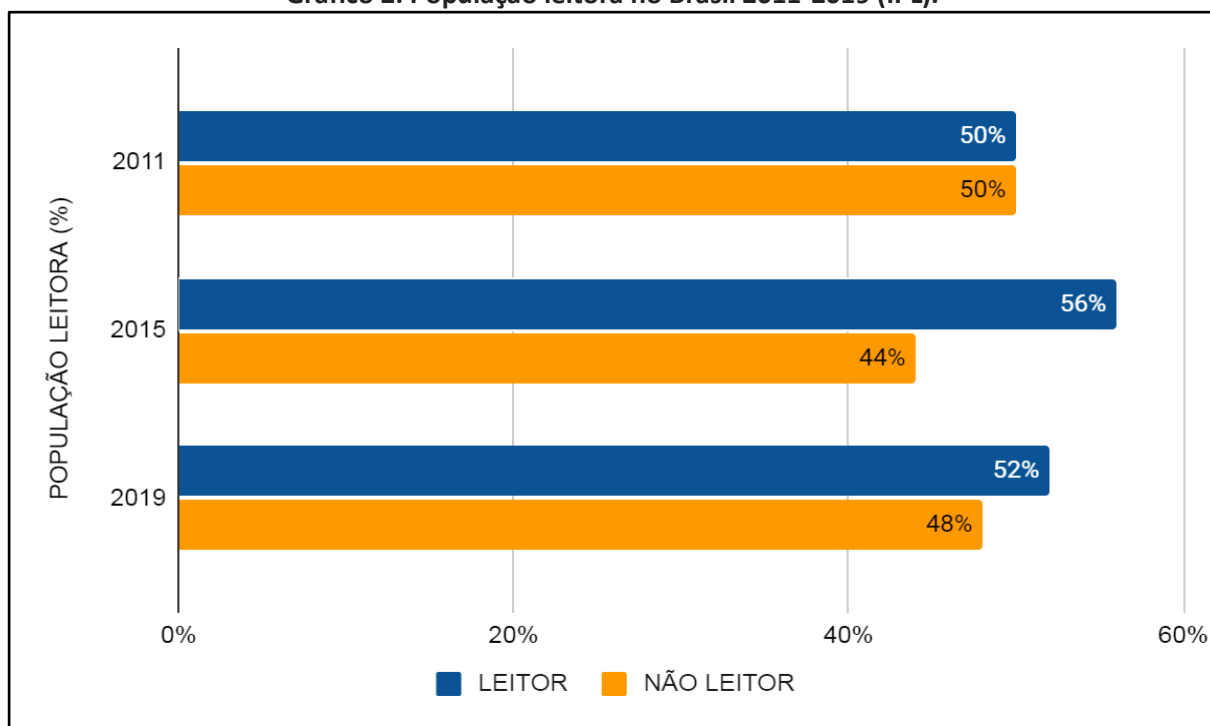
Os dados apresentados são um parâmetro, mas não devem ser considerados como verdade absoluta. A pesquisa engloba apenas uma amostra da população e limita o período em que o entrevistado pode ter ao menos iniciado uma leitura, para três meses antes da coleta de dados, qualquer questão relativa, por exemplo, o excesso de trabalho que pode ter impedido a pessoa de ler dentro deste período, mas que realizou leituras nos últimos doze meses, é desconsiderada. A *posteriori*, cabe um estudo complementar aos dados apresentados, para que sejam analisados de maneira sociológica.

Importante destacar que o objetivo da pesquisa realizado pelo IPL, bem como deste estudo, não é avaliar a qualidade da leitura ou o nível de compreensão dos textos lidos, mas

de maneira quantitativa, as condições de leitura e acesso ao livro, seja impresso ou digital; justifica-se esta conduta pôr *a priori*, considerar o produto livro como um objeto de consumo. São recortados os dados relativos à percentagem de leitores no País considerando: sexo, idade, classe econômica, renda familiar e região. Também é observada a média de livros, gêneros lidos, fatores que mais influenciam a escolha de um livro e a motivação para ler. Dessa maneira, é possível conhecer por meio de estatísticas a população leitora brasileira e, eventualmente, pensar em estratégias de *marketing* para o mercado editorial, considerando o público-alvo.

A amostra da pesquisa engloba a população com cinco anos ou mais. Ainda no ano de 2011, esses dados eram coletados de maneira manual, com ajuda do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), por entrevistas domiciliares a partir de um questionário elaborado de acordo com o objetivo da pesquisa. Em 2019, as entrevistas continuaram de maneira domiciliar face a face, mas com a inclusão do registro de respostas em *tablets*, garantindo uma maior autenticidade com relação ao registro dos resultados.

Gráfico 2: População leitora no Brasil 2011-2019 (IPL).

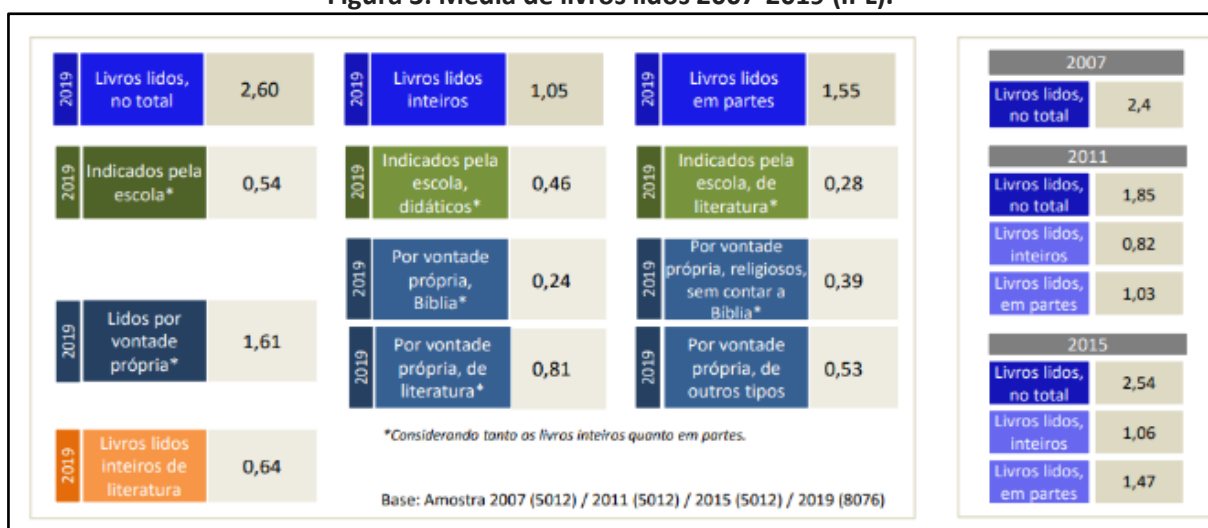


Fonte: Retratos da Leitura do Brasil (IPL, 2020).

Os dados apresentados no Gráfico 2 destacam que a população leitora brasileira de 2011 para 2019 permaneceu maior do que 50%, entretanto, em 2015 apresentou uma

melhora, ou seja, de 2015 para 2019 houve uma queda de 4%. Uma possível justificativa para esta situação se refere ao fato de que a amostra de 2015 foi proporcional e, até então, oferecia-se uma leitura regional, enquanto em 2019 a amostra foi desproporcional e a leitura passou a ser, também, para todas as capitais. Um recorte da 5ª edição da *Retratos da Leitura no Brasil*, destaca a média de livros lidos observada desde a primeira edição da pesquisa (Figura 3).

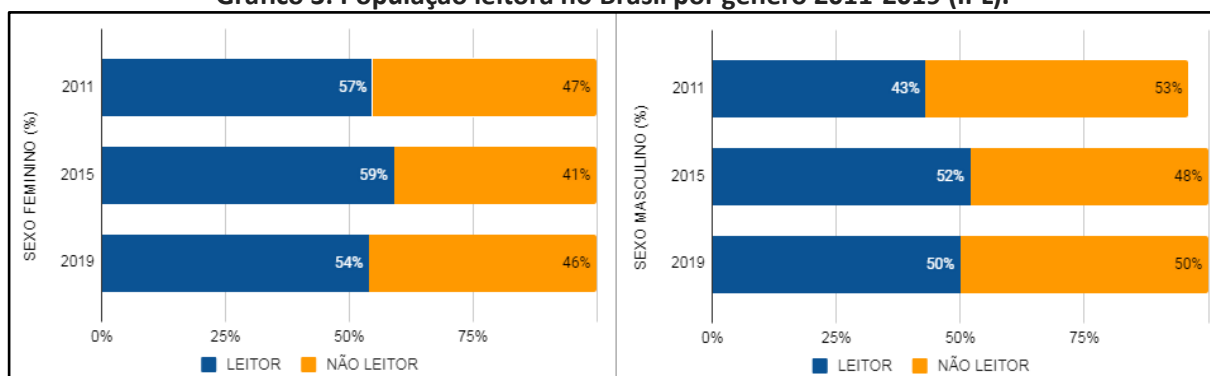
Figura 3: Média de livros lidos 2007-2019 (IPL).



Fonte: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> (2022).

Em 2007, apenas 55% da população estudada declarou ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses, sendo em média 4,7 livros por habitantes/ano, enquanto em 2015, 56% da população brasileira com cinco anos ou mais foi considerada leitora, conforme os critérios da pesquisa (ter lido ao menos um livro, inteiro ou em partes, nos três meses anteriores à pesquisa).

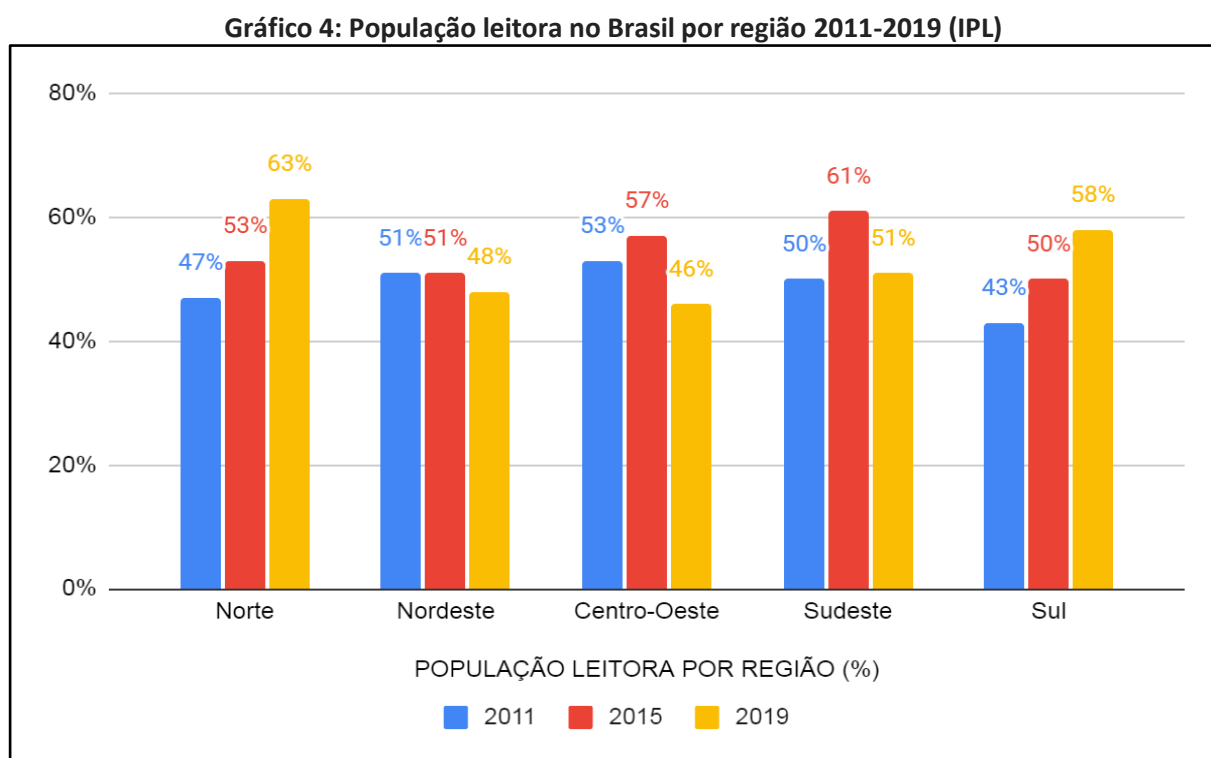
Gráfico 3: População leitora no Brasil por gênero 2011-2019 (IPL).



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Em relação a análise por gênero sexual, de acordo com o Gráfico 3, nota-se que as pessoas do sexo feminino têm lido mais do que as do sexo masculino, mas como destacado na Subseção anterior, a população feminina é maior do que a masculina, fator que influi neste resultado. Para a coleta de dados da pesquisa realizada no âmbito dos *Retratos da leitura no Brasil* não é especificada a identificação de gênero, como cisgênero ou transgênero, tampouco aqueles que se identificam como não binários, não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente.

Ao propor uma análise por regiões, nota-se a predominância de leitores nas regiões Centro-Oeste e Nordeste no Ano de 2011, enquanto as regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que se destacaram em 2015, e as regiões Norte e Sul em 2019. A partir da média desses nove anos, nas regiões Nordeste e Sul identificou-se uma menor população leitora, enquanto a Região Sudeste tem se destacado (Gráfico 4).

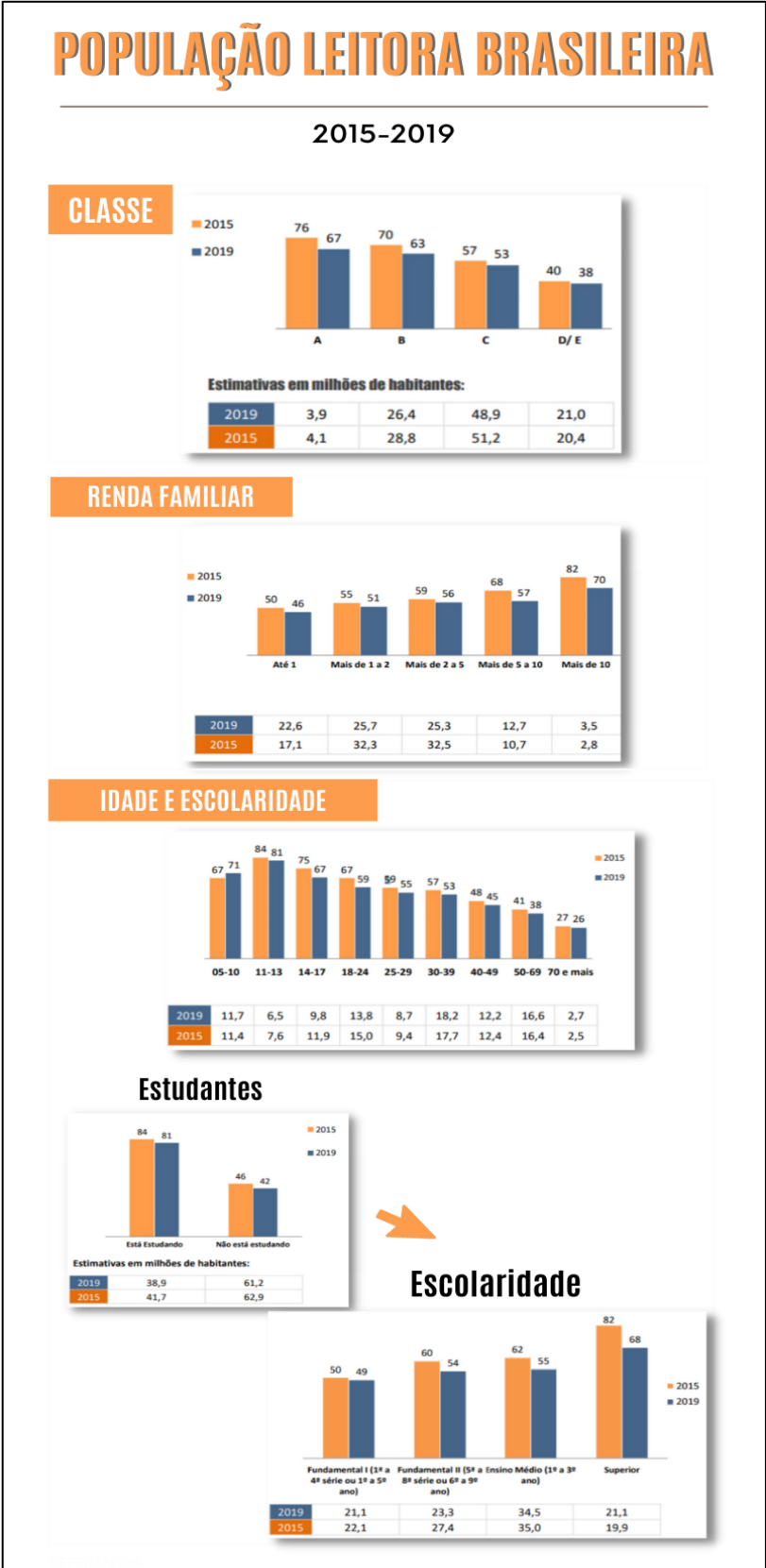


Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Os dados relativos à classe econômica, renda familiar, idade e escolaridade foram coletados na 5ª edição da pesquisa, pois o modo de apresentação desses dados se diferencia da terceira edição referente ao Ano de 2011, assim optou-se por dados mais recentes,

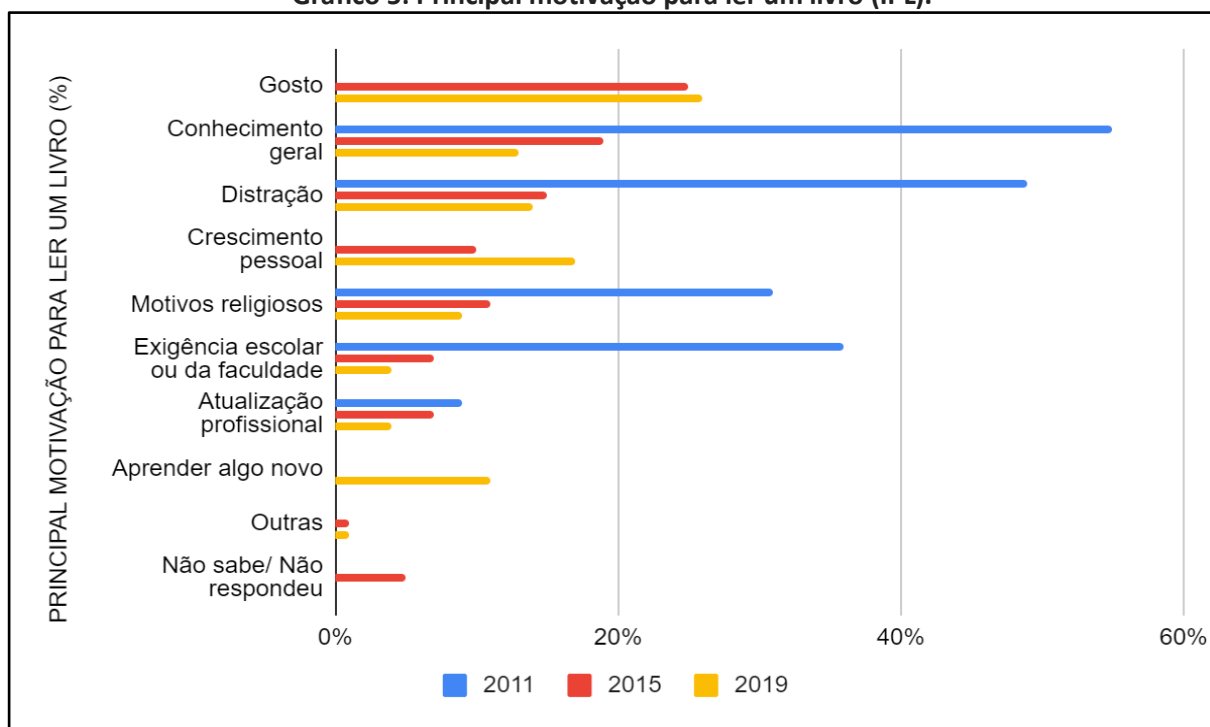
referentes aos anos de 2015 e 2019, em nível de comparação (Figura 4).

Figura 4: Infográfico população leitora brasileira 2011-2019 (IPL).



Além do que foi apresentado, ao pensar no mercado editorial brasileiro e, consequentemente, no processo de produção e vendas de livros no País, é necessário destacar outros detalhes da população leitora brasileira: o que motiva a leitura? Quais os gêneros de livros que o brasileiro tem o hábito de ler? O que o influencia ao escolher um livro?

Gráfico 5: Principal motivação para ler um livro (IPL).



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Nota-se no Gráfico 5 que as principais motivações para a leitura de um livro tem sido o gosto de ler, a necessidade de crescimento pessoal, de adquirir conhecimentos gerais ou, até mesmo, a leitura como lazer, compreendidas como aquelas pessoas que leem por distração. No entanto, existe uma parcela para qual a leitura ultrapassa o lazer, tornando-se exigência ou necessária, representada pelos que lêem por motivos religiosos, questões escolares ou profissionais.

Em paralelo ao Gráfico 5, a Figura 5, retirada da quinta edição da pesquisa realizada pelo IPL, apresenta os gêneros de livros que o leitor brasileiro costuma ler, com destaque para a leitura da Bíblia, que pode ser relativa a motivos religiosos ou de lazer. No que se refere às obras gerais, destaca-se a leitura de contos, romances, poesia, livros infantis, histórias em quadrinhos, biografias, autoajuda e juvenis.

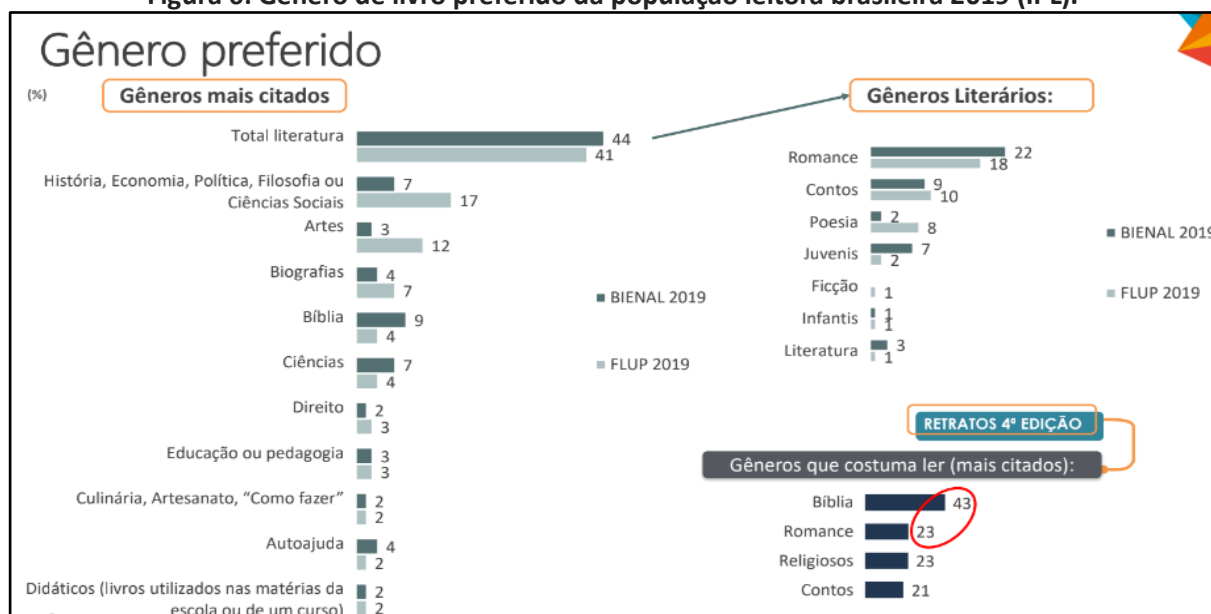
Figura 5: Gêneros de livros que o brasileiro tem o hábito de ler (IPL).



Fonte: [https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/\(2022\)](https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/(2022)).

Os dados apresentados na Figura 5, diferem quando se altera o local da pesquisa. Em 2019, o IPL realizou a pesquisa *Retratos da Leitura na FLUP & Bienal do Livro do RJ 2019*, relacionada aos dois principais eventos literários que ocorreram naquele ano. Quando questionado o gênero preferido do público desses eventos, a resposta divergiu dos resultados obtidos na quinta edição da pesquisa (Figura 6).

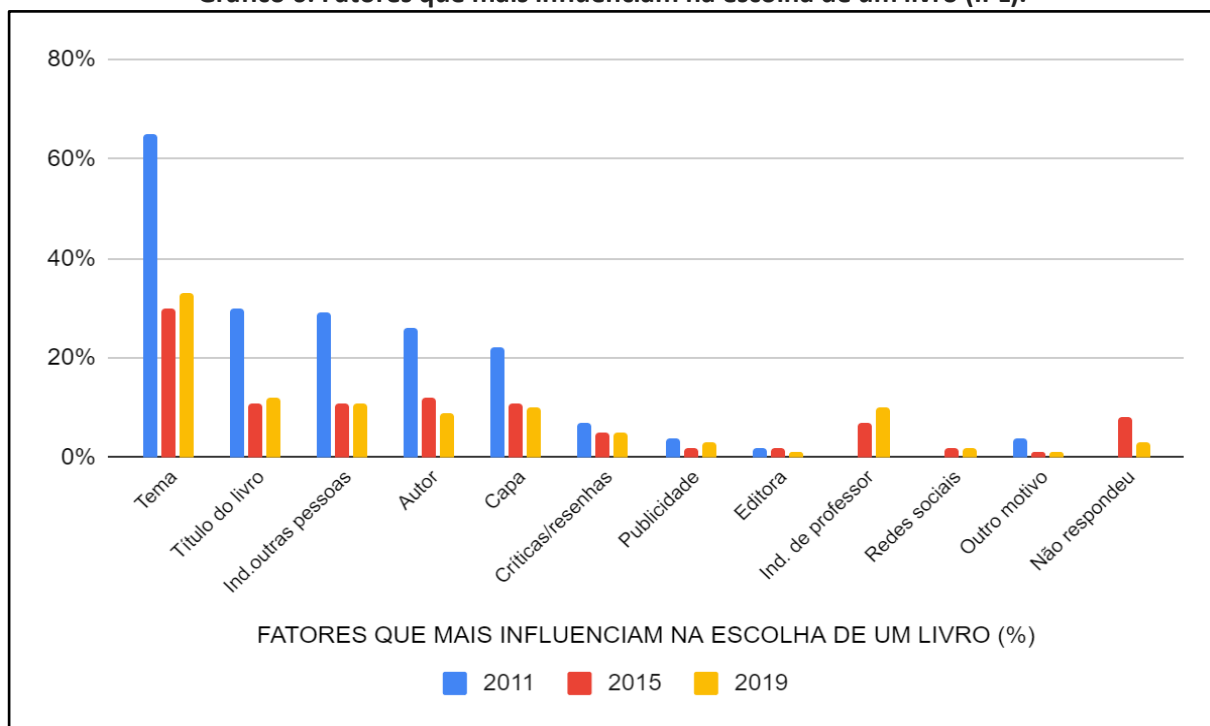
Figura 6: Gênero de livro preferido da população leitora brasileira 2019 (IPL).



Fonte: http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_na_FLUP_e_Bienal_RJ_2019.pdf (2022).

Com os dados da *Retratos da Leitura no Brasil*, é possível identificar quantos leitores julgam o livro pela capa e quantos se interessam inicialmente pela temática (Gráfico 6).

Gráfico 6: Fatores que mais influenciam na escolha de um livro (IPL).



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

A partir dos dados apresentados em que expõem o perfil do leitor brasileiro, nas próximas seções são destacadas informações em relação ao processo de produção e vendas de livros no País, assim como a parcela de população que frequenta bibliotecas e o que seria necessário para aumentar a frequência de pessoas nesse ambiente.

4 MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO

O funcionamento do mercado editorial brasileiro está relacionado a fatores políticos, sociais, culturais e econômicos do País. Por exemplo, em governos ditatoriais no Brasil, a circulação de livros foi restringida, segundo Rathsam (2019): “Durante o regime militar (1964-1985) estima-se que tenham sido censuradas entre 200 e 450 obras literárias consideradas subversivas ou contrárias à moral e aos bons costumes”. No final de março de 2017, no Paraná, um grupo de pais entregou um abaixo-assinado ao Ministério Público de Rondônia, para que retirassem das salas de aula um livro de ciências cujo conteúdo sexual em tese era ‘impróprio’. Em 2019, na 19ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro, a Prefeitura tentou recolher as edições de uma história em quadrinhos devido à ilustração de dois homens se beijando, ação que foi impedida pela Justiça.

Entre outros fatores, na teoria o livro visa colaborar com o conhecimento intelectual e cultural humano, entretanto, no âmbito do mercado editorial, tende a ser considerado como um objeto comercial, deixando o conhecimento humano em segundo plano.

Mesmo para os bem-sucedidos, a nova liberdade tinha seu preço. Johnson provavelmente teria preferido escrever seus próprios livros a compilar um dicionário, e Pope certamente preferiria trabalhar em seus próprios poemas em lugar de traduzir Homero. Hume escrevia história porque vendia mais que filosofia, e se pudesse voltar à vida e consultar o catálogo da British Library é bem pouco provável que ficasse satisfeito ao ver-se classificado como “David Hume, historiador”. Mesmo assim, alguns homens das letras do Século XVIII desfrutavam de maior grau de independência do que seus predecessores do Século XVI, os *poligraphi*, que viviam de editar e revisar provas (BURKE, 2003, p.150).

Por volta do Século XIX não havia atividade editorial em São Paulo. Foi em 1860, com a abertura de uma filial da Livraria Garnier, denominada Casa Garraux, que a situação começou a mudar (ROSA, 2009).

No Governo de Getúlio Vargas, após a vitória com a Revolução de 1930, foram desenvolvidas muitas coleções de livros didáticos voltados para a educação superior, entre elas: a Biblioteca Médica Brasileira da Editora Nacional. A venda de livros didáticos tende a ser a base do mercado editorial, porque quando bem desenvolvida, a tendência é que seja constante e estável (ROSA, 2009, p.89).

Segundo Labanca (2011, p.1):

As transformações sociais e econômicas ocorridas a partir de 1930 deram ânimo ao mercado editorial de livros no Brasil. Até então, contava-se nos

dedos as editoras e livrarias instaladas nas principais cidades do país, sendo as de maior porte pertencentes a estrangeiros que dominavam o comércio livreiro desde o século anterior. Devido à crescente migração para as cidades e o aumento do número de consumidores alfabetizados, antigos e novos empresários passaram a investir na publicação de livros sobre gêneros diversos.

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o mercado editorial brasileiro de livros foi afetado negativamente:

[...] quando as barreiras comerciais erguidas durante a 2ª Guerra Mundial foram demolidas, os impressos estrangeiros com seus baixos preços e qualidade superior voltaram à cena nacional. O resultado foi a falência de grande parte das editoras de pequeno porte, enquanto os estabelecimentos mais consolidados lutavam para se manterem em pé com os problemas tradicionais do mercado de livros no país: distribuição, carestia do papel, falta de parque gráfico, dentre outros (LABANCA, 2011, p.1).

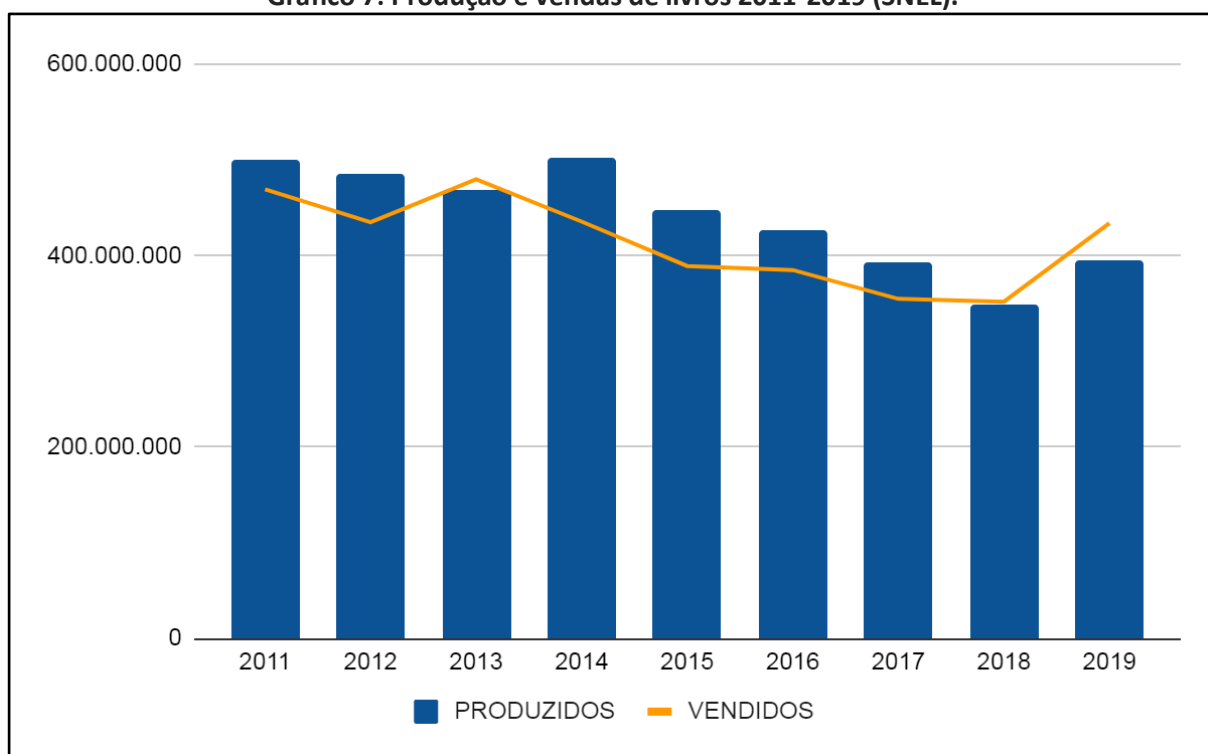
Em resumo, apesar de o livro ser entendido apenas como um produto, o mercado editorial vai além, os processos de produção e vendas de livros acompanham o cenário atual do brasileiro, por isso as subseções *4.1 Produção Editorial* e *4.2 Canais de Distribuição e Venda* trazem para além de dados estatísticos uma contextualização histórica e social.

4.1 Produção Editorial

O foco desta subseção se refere às tendências de produção e comercialização de livros no Brasil nos últimos anos. Existem livros com produção independente como, por exemplo, publicados digitalmente no *site* da *Amazon*, que não são incluídos nesta pesquisa, por não terem envolvimento direto com o setor editorial no processo de produção, seja com editoras ou agentes literários.

Desde 2012, a SNEL e a CBL realizam a pesquisa '*Produção e vendas do setor editorial Brasileiro*', assumida pela *Nielsen Book* em 2020. Os dados desta pesquisa são coletados a partir de uma amostra de editoras, da performance do setor editorial e de seus subsetores. Para este estudo, foram utilizados alguns dados da pesquisa referentes ao intervalo de 2011-2019, quais sejam: número de livros produzidos e vendidos no total e apenas de obras-gerais; número de faturamento total e de obras gerais; valor comercial de livros classificados como obras gerais (Gráfico 7).

Gráfico 7: Produção e vendas de livros 2011-2019 (SNEL).



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

Nota-se que a quantidade de livros vendidos foi menor do que a de livros produzidos nos anos de 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017, e visivelmente maior no Ano de 2019. Comparando a quantidade de livros produzidos de 2011 a 2019, evidencia-se que não existe uma parcela específica de livros produzida anualmente, e que de 2015 a 2017 produziu-se mais do que se vendeu, nos anos posteriores buscou-se um equilíbrio ao produzir uma quantidade menor.

No que tange a quantidade de livros produzidos e vendidos neste período, faz-se necessário analisar o faturamento com as vendas, evidenciando as parcelas do mercado, que inclui livrarias, lojas de departamento, vendedores ambulantes etc., bem como a parcela do governo, incluindo os livros comprados para escolas e bibliotecas públicas, não distinguindo ainda dos livros didáticos. Para trazer essas informações apresenta-se a Tabela 2, facilitando a visualização em Reais, e o Gráfico 8 como complemento, trazendo os dados da Tabela 2 em porcentagem.

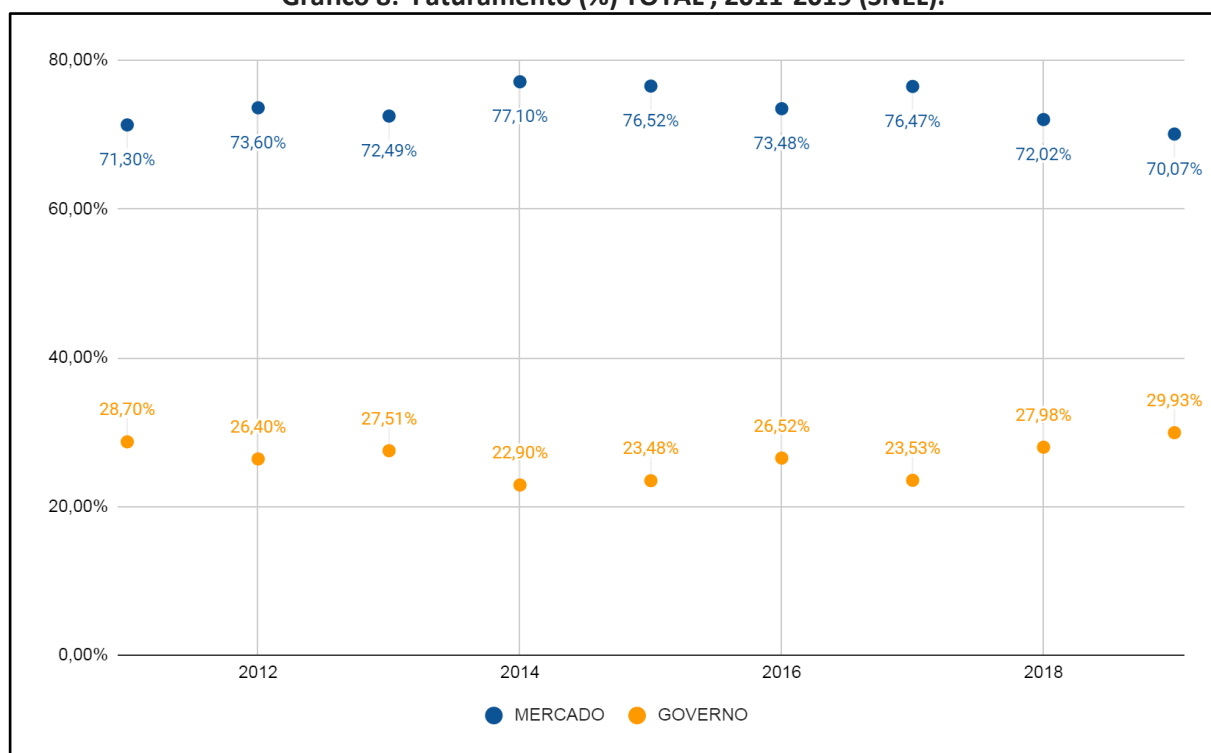
Tabela 2: Faturamento (\$) TOTAL, 2011-2019 (SNEL)

ANOS	MERCADO (R\$)	GOVERNO (R\$)	TOTAL (R\$)
2011	3.449.255.680,52	1.388.183.492,80	4.837.439.173,31
2012	3.668.664.471,88	1.315.948.409,16	4.984.612.881,04
2013	3.885.004.146,68	1.474.422.037,95	5.359.426.184,63
2014	4.169;658.915,19	1.238.847.225,98	5.408.506.141,17
2015	4.003.182.263,47	1.228.214.159,96	5.231.396.423,43
2016	3.872.510.546,37	1.397.462.587,61	5.269.973.133,98
2017	3.951.075.849,21	1.215.981.687,50	5.167.057.536,71
2018	3.686.930.809,20	1.432.519.002,99	5.119.449.812,19
2019	3.971.000.000,00	1.696.000.000,00	5.667.000.000,00

Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

O Governo Federal investiu mais na compra de livros no Ano de 2019, consequentemente foi o ano em que mais se faturou neste mercado dentro do período analisado.

Gráfico 8: Faturamento (%) TOTAL , 2011-2019 (SNEL).



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

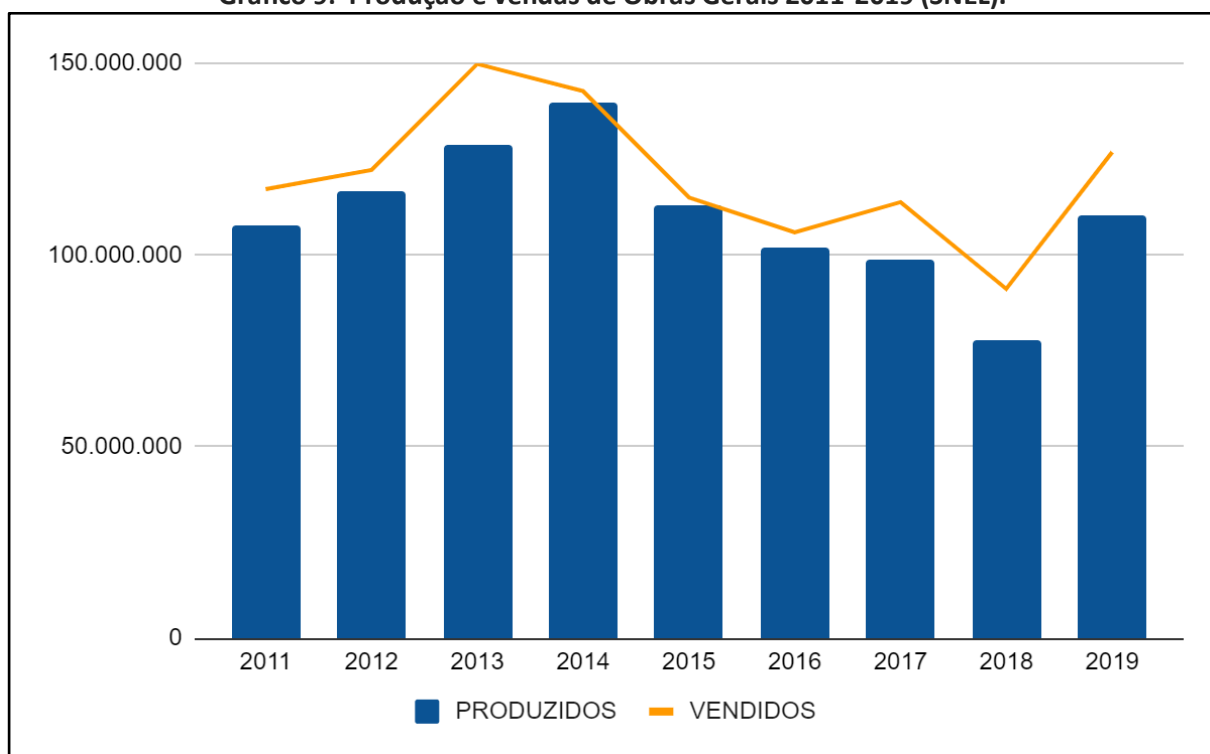
É notável uma queda nas vendas no que tange ao mercado em 2018. Segundo Moninero (2019):

O pior desempenho esteve justamente nas vendas para o mercado. Nesse recorte, que exclui as vendas para o governo, o setor teve uma queda real

de 10,1%: viu o faturamento cair para R\$ 3,7 bilhões e o número de exemplares vendidos enxugar para 202 milhões.

Como explicitado anteriormente, segundo a SNEL, o setor editorial divide-se em quatro subsetores: livros didáticos, religiosos, obras gerais (ficção e não ficção) e livros Científicos, Técnicos e Profissionais (CTP). Este estudo enfoca o subsetor de obras gerais, sendo assim, apresenta-se a seguir os dados referentes ao número de exemplares produzidos e vendidos, assim como o faturamento, dentro deste subsetor.

Gráfico 9: Produção e vendas de Obras Gerais 2011-2019 (SNEL).



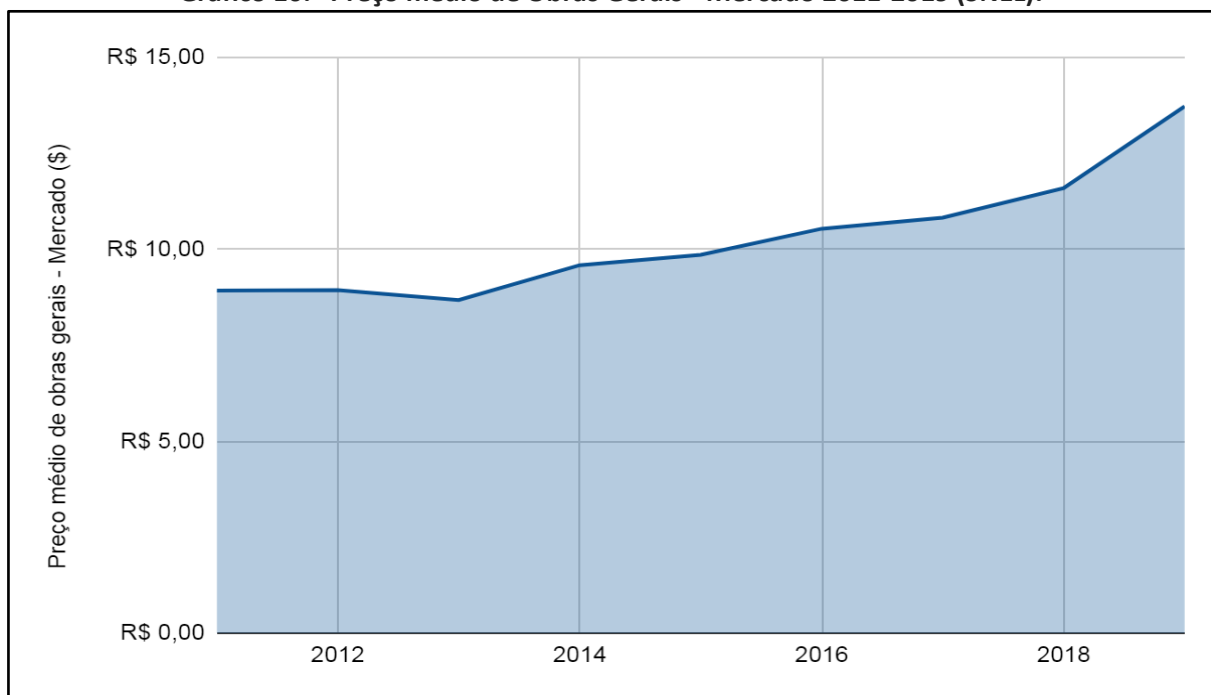
Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

Embora ao todo o número de vendas de exemplares foi menor do que o número de exemplares produzidos, com exceção dos anos de 2013, 2018 e 2019, no subsetor de obras gerais as vendas se sobressaíram em todos os anos, e é perceptível a tentativa de se produzir mais exemplares, principalmente em 2014 e 2015, em que houve um melhor balanceamento de exemplares produzidos e vendidos. O subsetor de obras gerais abrange tudo o que é considerado literatura como, por exemplo: romances jovens e adultos voltado para além das leituras obrigatórias do vestibular, a leitura por lazer, mas também estão incluídas as obras de autoajuda e biografias, podendo ser uma leitura voltadas ao crescimento pessoal.

Considerando as condições financeiras do brasileiro, o valor comercial do livro

também deve ser analisado, pois é um dos principais motivos para que o livro não seja produto prioritário de consumo. No Gráfico 10 é exposto o preço médio do livro para o mercado nos anos analisados, que em 2011 era R\$8,93 (oito reais e noventa e três centavos), aumentando para R\$13,73 (treze reais e setenta e três centavos) em 2019.

Gráfico 10: Preço médio de Obras Gerais - Mercado 2011-2019 (SNEL).



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

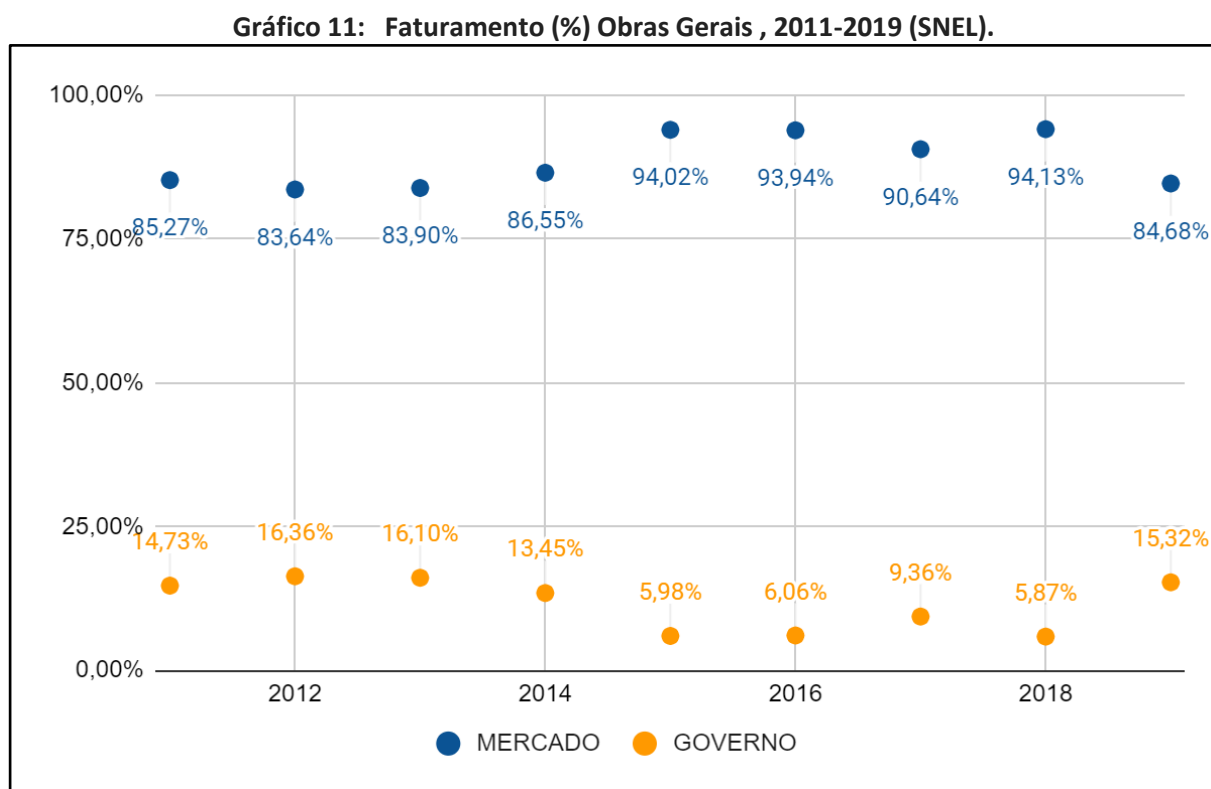
No que diz respeito ao faturamento, a venda de obras gerais, em todos os anos, tem correspondido com pouco mais de 10% em comparação à venda total, apesar do investimento pelo governo ter sido menor de 2015 a 2018 em comparação aos anos anteriores.

Tabela 3: Faturamento (\$) Obras Gerais, 2011-2019 (SNEL)

ANOS	MERCADO (R\$)	GOVERNO (R\$)	TOTAL (R\$)
2011	903.755.908,26	156.120.352,14	1.059.876.260,39
2012	974.491.885,56	190.606.131,43	1;165.098.016,99
2013	1.055.800.242,91	202.611.263,16	1.258.411.506,07
2014	1.103.704.361,74	171.472.728,30	1.275.177.090,04
2015	1.076.053.793,87	68.479.787,91	1.144.533.581,78
2016	1.023.569.104,47	66.080.638,01	1.089.649.742,49
2017	1.055.175.088,68	108.915.117,71	1.164.090.206,39
2018	1.020.694.427,13	63.655.492,61	1.084.349.919,74
2019	1.222.000.000,00	220.000.000,00	1.443.000.000,00

Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

Para uma melhor visualização dos dados apresentados na Tabela 3, o Gráfico 11 apresenta os mesmos dados em porcentagem.



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro (SNEL, 2020).

Destaca-se o investimento do governo em obras gerais, por serem responsáveis pela distribuição de livros deste segmento para as bibliotecas públicas e escolares. Destaca-se, também, que apesar do número de exemplares vendidos ser superior aos produzidos em relação às obras gerais, ainda é menos de 70% do todo.

4.1.1 Agentes Literários

O conteúdo desta Subseção já foi publicado no capítulo “O papel do agente literário no mercado editorial” (PEDERSOLI; VALENTIM, 2020), do livro “Perspectivas em mediação no âmbito da ciência da informação” organizado por Santos Neto, Almeida Júnior e Bortolin no Ano de 2020 e lançado pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)⁷.

⁷ PEDERSOLI, A. C. L.; VALENTIM, M. L. P. O papel do agente literário no mercado editorial. In: SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. (Orgs.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da**

Ao escrever um livro e pensar na publicação, o autor da obra se questiona sobre a possibilidade de uma publicação autônoma ou, ainda, sobre enviá-lo para uma editora. Amaral (2009, p.22) afirma:

A princípio, pagar a própria edição pode ser mais vantajosa em relação ao retorno financeiro. Seu livro será vendido diretamente para seus amigos e familiares. Caso alguma livraria receba seu livro em consignação, seu percentual também será maior em relação aos percentuais pagos pelas editoras convencionais. Mas haverá um tempo que você não terá mais para quem vender. Com uma editora convencional, você vende para leitores desconhecidos no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, no Recife, em Belo Horizonte, em Brasília etc.

As editoras costumam ter um estilo próprio, sendo assim é possível que um livro seja recusado para publicação, não por apresentar um conteúdo ruim, mas por não atender ao escopo e padrão da editora. Nesse sentido, é que o processo de publicação e venda de um livro não se resume à tríade: editoras, distribuidoras e livrarias, o processo se inicia a partir do contato do autor com um agente literário, este último agindo como um mediador da informação no âmbito editorial. Segundo Amaral (2009, p.11):

O agente literário ou a agência literária faz a ponte entre autor e editor por um caminho mais curto e rápido. Ele é o seu procurador. Parece uma atividade simples e um trabalho que o escritor poderia fazer sozinho. Muitos agentes, porém, já trabalharam em editoras e sabem exatamente como é a seleção de um original e o que elas querem publicar.

As agências literárias têm entre suas funções: análise de obras, venda de obras, facilitar os processos burocráticos e administrar a carreira do autor (EDITORA ALBATROZ, 2019). Segundo Gabriela Nascimento (*apud* O AGENTE, 2017) o agente literário se caracteriza como:

Profissional do mercado de livros que orienta e assessora os autores por todo o processo de publicação. Um agente apresentará o projeto de um livro aos editores, negociará o adiantamento e percentual de direitos autorais, bem como todo o contrato. É responsabilidade do agente acompanhar todos os pagamentos, e mais, servir como um consultor criativo e de negócios para um autor (e muitos outros). Um agente é o advogado do autor, defensor de seus interesses, faz o filtro no relacionamento com a editora, mantém a harmonia entre as partes.

Em suma, o agente literário realiza uma análise crítica da obra considerando, tanto a parte gramatical quanto a temática, sugerindo melhorias; faz uma busca sobre as editoras mais adequadas para a publicação da obra, consultando seus catálogos e sua própria

experiência; e, por fim, o agente cuida de contratos e negociações, pensando sempre no melhor para o autor (EDITORA ALBATROZ, 2019).

A consulta a um agente literário, também, funciona para autores que se julgam independentes e querem tentar a auto publicação. Isso porque, depois de o livro estar pronto, conseguir publicá-lo e se destacar no mercado editorial, ressalta-se que são metas difíceis de serem alcançadas, e o agente literário pode auxiliar nessas etapas.

Reis (2014 *apud* MARCOS, 2017) uma das sócias da *Increasy Consultoria Literária* acredita que: “[...] a parceria entre agente e editora contribui para que ‘bons trabalhos cheguem às mãos de quem toma as decisões’”. Para que a obra possa ser considerada para publicação pelas editoras, avalia-se pontos como: destaque nas mídias sociais (quando há), a imagem profissional do autor e autenticidade da obra, entre outros fatores (MARCOS, 2017).

Com o exemplo da *Increasy*, Marcos (2017) discorre sobre o processo de contrato das agências:

Há o contrato por obra, o qual se concentra em um material específico, e o contrato por autor, vinculado a todas as obras produzidas durante determinado período de tempo. Primeiro, o autor deve solicitar, por exemplo, uma leitura crítica. “Após a análise, a agência decide se tem ou não interesse em agenciar a obra ou o autor”, conta Graziela. Depois, a agência e o autor assinam um contrato para investir no livro e assim aproximá-lo às editoras. Caso a obra seja vendida, a editora especifica os direitos do autor e do agente em outro documento.

Não é obrigatório que o autor consulte um agente literário, entretanto, é o ideal, consultá-lo, pois assim aumenta a probabilidade de que a obra obtenha uma melhor qualidade e chegue nas mãos de uma editora adequada. No entanto, consultar um agente não é garantia de sucesso, visto que há vários fatores que interferem na qualidade da obra, como o estilo de escrita do autor e a carta de apresentação.

Amaral (2009, p.12) destaca:

No exterior, é muito comum o trabalho de agente, que é uma necessidade para o escritor. Algumas editoras, inclusive, só trabalham com agências, rejeitando originais enviados diretamente por autores. Aqui, no Brasil, os serviços de agentes estão se consolidando como ferramenta útil para o ofício dos autores.

Deve-se considerar que esta visão de Amaral foi apresentada há dez anos, em tese as agências literárias brasileiras deveriam se encontrar em evidência atualmente, mas isso não acontece. Por outro lado, há projetos como “Meu primeiro livro”, da Editora Kyron, que visam orientar e incentivar escritores iniciantes em que os agentes trabalham junto à editora. Para

além disso:

[...] apesar de existirem poucas agências no Brasil, cada agente – inclusive no exterior – se especializa em algumas áreas do conhecimento. Muitas vezes, portanto, após algum tempo de conversa, o agente percebe que aquele autor seria mais bem atendido por outro profissional (PÁGINA DA CULTURA, 2020).

Um agente literário é basicamente responsável pela gestão e mediação da informação no contexto do mercado editorial, seu trabalho inicia-se antes da editora, e a partir do momento que se inicia, não tem fim. Ele gerencia a vida profissional do escritor, realiza negociações quando necessário e, também, deve ter conhecimento sobre leis de direitos autorais e estratégias relacionadas ao *marketing*, a distribuição de livros e aos interesses do mercado livreiro (PÁGINA DA CULTURA, 2020).

4.1.2 Editoras

As editoras são grandes responsáveis pelo processo de produção de livros no País. Comprometem-se desde a revisão textual, até a divulgação e distribuição de livros para vendas. Existem autores que optam por publicarem suas obras de maneira autônoma, mas a garantia de sucesso acaba sendo mais complexa do que quando acompanhado por uma editora, pois além de se preocupar com o processo criativo referente a escrita do livro, é necessário ter conhecimentos de *copyright*, decidir o modo de publicação se físico ou digital e se responsabilizar pela divulgação para que consiga lucrar com a venda, ou seja, faz o trabalho que os agentes literários e as editoras poderiam acompanhar (AMARAL, 2009).

No Brasil, as editoras não surgiram a partir das universidades. Rosa (2009, p.84) destaca:

Diferentemente da Europa, a indústria editorial brasileira não surgiu a partir das universidades, nem tão pouco foi uma tradição destas instituições possuírem suas próprias editoras. Coube à iniciativa privada explorar essa atividade no final do século XIX e início do século XX, representada por imigrantes europeus, especialmente o francês e o português que se instalaram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Somente em 1955, foi criada a primeira editora universitária brasileira na Universidade Federal de Pernambuco (ROSA, 2009, p.84).

Uma das primeiras editoras e livrarias conhecida e mencionada, é a Livraria Garnier. A livraria foi fundada por Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), francês que veio para o Brasil em 1844. A princípio, a Garnier era uma filial da Garnier Frères, livraria parisiense pertencente aos familiares de Baptiste-Louis, localizada no Rio de Janeiro, e em 1860 Baptiste Louis Garnier

abriu uma filial em São Paulo. Durante as primeiras décadas, a Livraria fazia todas as impressões na Europa, no entanto, em língua francesa (CORREIA, 2021).

Segundo Laurence Hallewell, Baptiste-Louis mantinha um revisor em Paris, para cuidar das provas tipográficas dos livros em português. Só em 1873 adquiriu material de composição e máquinas impressoras e fundou a Typografia Franco-Americana, com a colaboração do amigo Charles Berry. Já então tinha obtido os direitos de publicação dos mais célebres escritores da época, e apresentara ao leitor brasileiro as obras de Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Charles Dickens e outros. Entre os muitos brasileiros encontram-se Macedo, José de Alencar, Olavo Bilac e João do Rio, sem esquecer Machado de Assis, que, além de publicar pela Garnier, trabalhou para a editora como revisor. Era também assíduo frequentador dos encontros literários que tinham lugar na livraria (CORREIA, 2021).

Desde meados da Década de 1930, foram fundadas várias editoras e livrarias no País, entre elas a Livraria José Olympio Editora. Essas editoras tinham o foco na publicação de livros nacionais. José Olympio, por exemplo, foi o grande editor por trás das obras de Raquel de Queiroz, Jorge Amado, Cândido Portinari, Graciliano Ramos e Carlos Drummond. Nas décadas de 1940 e 1950 a José Olympio Editora foi considerada a maior editora do País, e a partir de 2001, onze anos após a morte de José Olympio, a Editora passou a pertencer ao Grupo Editorial Record (PEDERSOLI, 2019). De acordo com Pontes (1988, p.59):

Renovando o mercado de livros e o seu produto, esses editores passaram a se reconhecer como o grupo [...], e a se representarem como portadores de uma “missão social” análoga a dos intelectuais. Eram os novos “heróis civilizadores”, que se propunha a erradicar a miséria espiritual do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros.

Cada editora tem seu nicho. A fim de ilustrar o atual cenário editorial brasileiro, no Quadro 4 são mencionadas as cinco grandes editoras do País, considerando sua origem e nichos de publicação, ressaltando que todas elas publicam livros classificados como obras gerais.

Quadro 4: Grandes editoras brasileiras

EDITORA	ORIGEM	NICHO
Companhia das Letras	Fundada em 1986 por Luiz Schwarcz e Lilia Moritz Schwarcz, em São Paulo. Atualmente é uma das principais editoras do País, abrigando em seu catálogo escritores e poetas brasileiros renomados.	Ficção (literatura); Não-ficção (administração, autoajuda, viagem, jornalismo/comunicação dentre outros).
Editora Arqueiro	Homenagem ao filho de José Olympio, Geraldo Jordão Pereira (1938-2008); fundada em julho de 2011.	Fantasia; Ficção; Ficção científica; Ficção histórica; Jovem; Literatura infantil; Não ficção; Policial; Romance; Terror; Thriller

Editora Intrínseca	Fundada em dezembro de 2003, por Jorge Oakim. Responsável pela publicação de campeões de vendas no País, como “Crepúsculo” e “A menina que roubava livros”.	Ficção; Não-ficção - autoajuda, negócios, biografias.
Editora Record	Um dos maiores conglomerados da América Latina, o Grupo Record foi fundado em 1942 por Alfredo Machado e Décio Abreu, no Rio de Janeiro. A princípio era uma distribuidora de quadrinhos e serviços de imprensa.	Ficção histórica; Ficção científica; romances - policiais e suspense; literatura infantil; quadrinhos; obras acadêmicas.
Editora Rocco	Fundada em 1975 por Paulo Roberto Rocco, no Rio de Janeiro. Responsável pela publicação do livro “O Alquimista”, do autor brasileiro Paulo Coelho, conhecido internacionalmente.	Ficção (com foco em jovens adultos); Não-ficção (obras acadêmicas, negócios, viagens, gastronomia, dentre outros).

Fonte: <https://writingtipsoasis.com/pt-br/editoras-de-livros-no-brasil/> (2022).

Existem também as editoras independentes e menores. Em meio à crise editorial brasileira, algumas delas fizeram sucesso ao pensar em diferentes estratégias para que o livro chegue ao público. Diferente das grandes editoras que imprimem altas tiragens de livros físicos e encaminham para a venda em livrarias mais conhecidas no País, as editoras independentes imprimem tiragens menores e investem em vendas *online* e frete grátis, assim como o uso de influenciadores digitais literários e foco em feiras de livros (PORTO AGENTE, 2020).

Algumas dessas editoras que direcionam suas publicações em obras gerais, são: Editora Nós, criada pela jornalista e escritora Simone Paulino com foco em literatura nacional; Lote 42, fundada em 2012, por João Varella e Cecilia Arbolave, com foco na publicação de ficção, não ficção, quadrinhos e poesia; Grupo Editorial Hope, fundada em outubro de 2015, com foco na publicação de autores nacionais.

4.2 Canais de Distribuição e Venda

Do original para a editora e do processo de produção até o leitor, existe um caminho a ser percorrido. Um leitor pode ganhar, emprestar ou comprar um livro; pode ir até a biblioteca, a livraria, o Sebo mais próximo; pode comprar com um vendedor ambulante de livros infantis na porta da escola. Existem várias maneiras do livro chegar ao seu respectivo leitor. Cabe a reflexão de Mendes (2020):

O mercado do livro é muito lento no que diz respeito às mudanças na comercialização de seu conteúdo, na comparação com outros conteúdos de mesmo segmento na arte e cultura. Na música, entre o fonógrafo de 1877 e o iTunes de 2001, passaram-se 124 anos. Na imagem, entre o cinematógrafo de 1895 e o streaming da Netflix em 2007, a diferença é de 112 anos. No

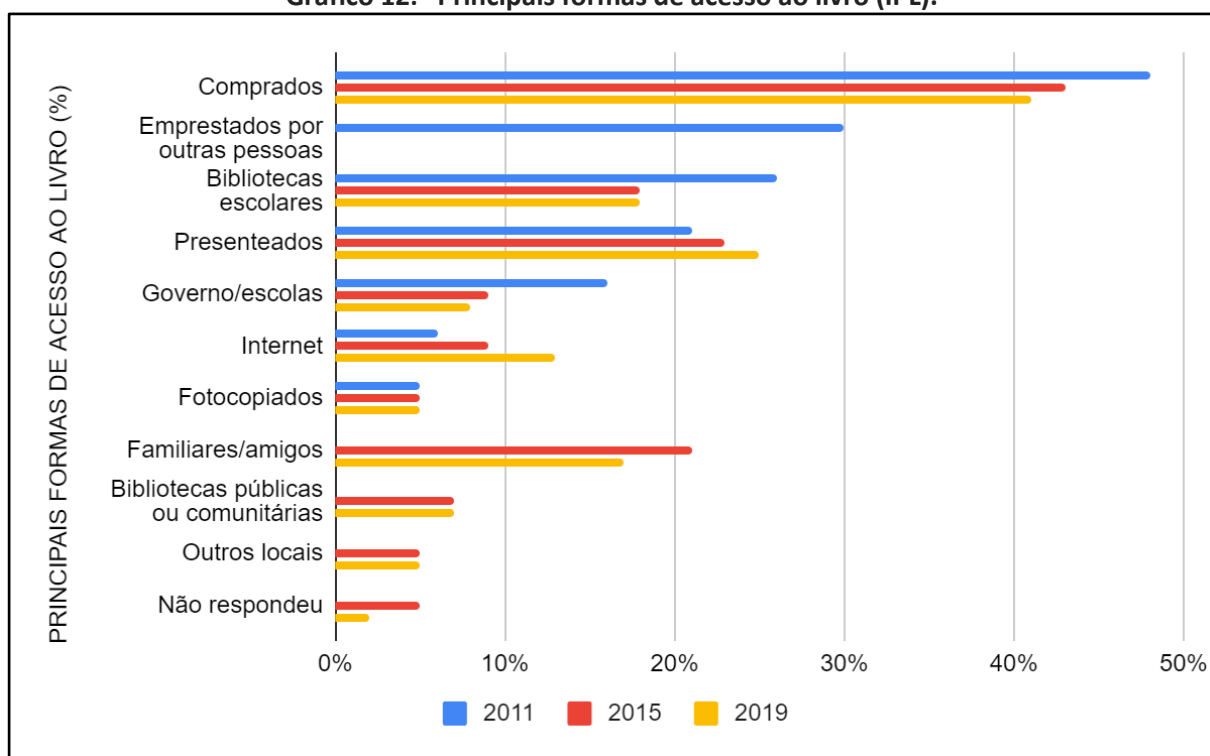
livro, entre Gutenberg imprimindo entre 1450 e 1455 as 1.282 páginas da Bíblia distribuídas por 73 vols., e comercializando as 180 cópias que fez, e o início do e-commerce em 1995, passaram-se 545 anos.

No início do Século XXI, as vendas de livros estavam concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Gorini e Branco (2000, p.15) observaram:

As vendas estão fortemente concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo, que juntos respondem por mais de 65% do mercado global. Se adicionarmos Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte aos dois municípios, o conjunto passa a representar mais de 90% das vendas de livros no país. Entretanto, mesmo nessas cidades os pontos de venda são poucos e encontram-se mal distribuídos. [...] Em algumas regiões do país, o principal contato do grande público com o livro acontece nas feiras, como as bienais do livro e outras feiras regionais, que chegaram a representar 2% do total de exemplares vendidos no Brasil em 1998.

A partir do que foi observado por Gorini e Branco no início do século, questiona-se quais as principais formas de acesso ao livro e onde o brasileiro compra livros, questões respondidas pela pesquisa realizada pela *Retratos da Leitura no Brasil*. Para manter a coerência com os dados que foram apresentados anteriormente, são resgatados resultados das edições de 2011, 2015 e 2019. Apresenta-se duas subseções considerando os meios mais comuns para compra e empréstimo de livros, sendo elas: 4.2.1 *Redes de livrarias* e 4.2.2 *Bibliotecas*.

O Gráfico 12 sinaliza em porcentagem que a população leitora brasileira tem preferência por comprar seus próprios livros, ou é presenteada; existe também uma grande porcentagem que opta pelo empréstimo de livros em bibliotecas, dando maior preferência para as bibliotecas escolares, o que pode ser justificado pela facilidade de acesso, pensando na parcela da população leitora brasileira que é composta por estudantes.

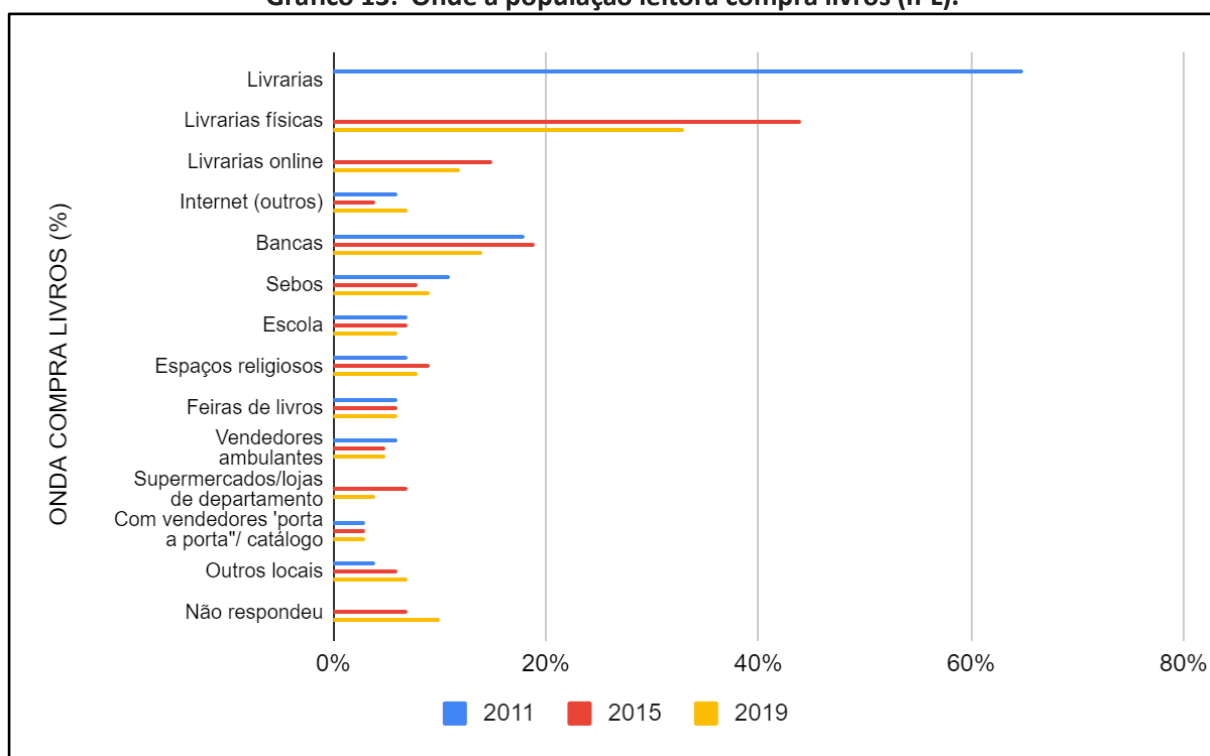
Gráfico 12: Principais formas de acesso ao livro (IPL).

Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Levando em consideração que o período escolar vai até o terceiro ano do ensino médio, é subentendido que aqueles que responderam emprestar livros em bibliotecas escolares são menores de dezoito anos, uma idade em que a tendência é, ainda, existir uma dependência financeira de terceiros, por isso, é previsível que a maior parcela da população leitora com menos de dezoito anos opte por emprestar livros ou seja presenteada.

Surpreende a menor percentagem de pessoas que optam pelo empréstimo em bibliotecas públicas ou comunitárias, entretanto, há vários fatores que podem influenciar este resultado: a não existência de bibliotecas públicas em todas as cidades do País; o horário de funcionamento que geralmente é horário comercial; localização dessas bibliotecas dentro de suas respectivas cidades que pode não ser vantajosa para toda a população, entre outros. Na Subseção 4.2.2 exclusivamente sobre bibliotecas, esse resultado pode ser mais bem compreendido.

Em relação a compra de livros, o Gráfico 13 traz informações com relação a preferência de lugares de compra pela população leitora.

Gráfico 13: Onde a população leitora compra livros (IPL).

Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

A maioria da população leitora, desde 2011, opta pela compra de livros em livrarias, seja esta compra *in loco* ou *online*. Enquanto uma outra parcela também consulta bancas, feiras de livros, sebos, entre outros locais.

Entre as feiras de livros mais conhecidas, cita-se a Festa Literária das Periferias (FLUP) e a Bienal Internacional do Livro que ocorre uma vez por ano, revezando-se entre São Paulo e Rio de Janeiro. No que diz respeito a FLUP, é um evento literário internacional com o intuito de levar a literatura para territórios excluídos dos programas literários na Cidade do Rio de Janeiro:

Em nove edições, a Flup ganhou alguns prêmios importantes, como o Faz diferença de 2012, o Awards Excellence de 2016, o Retratos da Leitura de 2016 e o Prêmio Jabuti na categoria Fomento à Leitura, respectivamente outorgados pelo jornal O Globo, a London Book Fair, o Instituto Pró-Livro e a Câmara Brasileira do Livro (CBL) (FLUP, 2022).

A Bienal Internacional do Livro é um evento organizado pela CBL quando realizada na Cidade de São Paulo, e pelo SNEL quando realizada na Cidade do Rio de Janeiro. Reúne editoras brasileiras e estrangeiras a fim de apresentar seus títulos e lançamentos. É um evento que propicia ao leitor contato com novos autores, assim como com seus autores favoritos, podendo tirar fotos e conseguir autógrafos. Também é possível encontrar uma grande

quantidade de livros a preço de atacado, tanto que é comum ver visitantes da Bienal saindo com malas de livros.

Em 2019, o IPL realizou a pesquisa *Retratos da Leitura na Flup & Bienal do Livro do Rio 2019*. Vale lembrar que neste ano a *Retratos da Leitura no Brasil* registrou que 52% da população brasileira correspondia a um público leitor. Dos visitantes aos eventos literários citados, a *Retratos da Leitura na FLUP & Bienal do Livro do Rio 2019* registrou que 95% do público da Bienal do Livro no Rio de Janeiro era leitor, enquanto na Flup essa porcentagem correspondeu a 97%. Quanto à porcentagem não leitora, as duas edições da *Retratos da Leitura* de 2019 registraram que o principal motivo para não ler foi a falta de tempo.

4.2.1 *Redes de Livrarias*

No Brasil, o primeiro local a comercializar livros foi o *Collegio* dos Jesuítas, localizado no Rio de Janeiro, vendia bíblias e livros relacionados ao catolicismo, e aceitava encomendas de livros relacionados a outras temáticas, entre os séculos XVII e XVIII. Logo, deu-se início a um comércio paralelo, dirigido pelos marinheiros portugueses que desembarcavam no Brasil com alguns livros para serem vendidos na cidade (GARCIA, 2010).

Entre as livrarias mais citadas ao relacioná-las ao contexto histórico, pode-se mencionar a Livraria e Editora Garnier, abordada na Subseção 4.1.2 *Editoras*, e a Livraria Garraux. Com a filial da Garnier em São Paulo, em 1860, Baptiste Louis Garnier confiou ao negociante francês Anatole Louis Garraux (1833-1904) sua administração. Em 1863, Louis Garraux deixou a Garnier e fundou a Livraria Acadêmica, junto a Guelfe de Lailhac e Raphael Suarés, que eventualmente passou a ser nomeada Casa Garraux (HALLEWELL, 2017, p.337).

A Casa Garraux apresentava uma grande diversidade de produtos importados para venda, para além dos livros vendia penas de escrita, envelopes, papéis de carta, jogos, globos terrestres, entre outros produtos (NASCIMENTO, 2021). Segundo Deaecto (2008, p.92), a Casa publicou catálogos de livros, que eram distribuídos na capital e no interior da Província, também anunciou regularmente seus produtos nos impressos da Cidade, explorando sua condição de agente cultural francês.

Ninguém sabe quantas livrarias existem no Brasil, mas um levantamento atual permitiu identificar em torno 1500, das quais cerca de $\frac{2}{3}$ se localizam na região Sudeste. Em 90% dos municípios não há livrarias e existem indicações de que seu número está diminuindo. As livrarias têm diferentes perfis: especializadas, gerais e *megastores* (EARP; KORNIS, 2005, p.48).

Entre as grandes livrarias físicas brasileiras, cita-se: Livraria Cultura; Saraiva; Leitura; Nobel (Quadro 5).

Quadro 5: Grandes livrarias brasileiras

LIVRARIAS	ORIGEM
Cultura	Fundada em 1947, por Eva Herz, é uma das mais conhecidas e renomadas livrarias do País. Possui sede em 17 cidades do Brasil e, também, loja virtual. Responsável pelo <i>e-reader</i> Kobo.
Saraiva	Fundada em 1914, por Joaquim Inácio Fonseca Saraiva, imigrante português. As sedes da Saraiva são encontradas principalmente em <i>shoppings</i> . Assim como a Livraria Cultura, a Saraiva também possui loja digital. Possui a maior biblioteca nacional de <i>e-books</i> e o leitor digital de livros Lev.
Leitura	Foi inaugurada em 1967, por Emília Teles, como um sebo nomeado Livraria Lê. Passou a se chamar Livraria Leitura em 1975. Atualmente está presente com uma rede de 81 lojas distribuídas em 21 unidades do País. Lançou um clube de assinatura de livros em 2018, considerando a demanda de livros por assinatura mensal.
Nobel	Fundada em 1943, pelo italiano Claudio Milano, em São Paulo. Maior rede de livrarias do País, com 220 lojas espalhadas no Brasil e no exterior. Assim como as demais, também possui loja digital.

Fonte: <https://www.livrobingo.com.br/maiores-livrarias-do-brasil> (2022).

Das livrarias destacadas, ressalta-se que em 2018 as Livrarias Saraiva e Cultura entraram em recuperação judicial e anunciaram fechamento de dezenas de lojas, abalando o cenário do mercado editorial brasileiro, devido ao fato de que ambas representavam 40% do faturamento das principais editoras do Brasil, segundo Luís Antonio Torelli, Presidente da CBL naquele ano (BATSHCHKE, 2018).

Devido à crise do mercado causada principalmente pelo fechamento de livrarias pertencentes às redes Saraiva e Cultura, Molinero (2019) evidência que: “[...] se, em 2017, essas redes representavam quase 60% do mercado, no ano passado (2018) elas tiveram uma participação nas vendas de 50%”. Ainda, em 2018, mais livros foram vendidos fora das livrarias do que dentro delas. Em contrapartida, pequenas livrarias se destacaram, como no caso da Livraria Simples, que levou em consideração a população leitora brasileira e, para além da venda de livros, promoveu ações sociais de fomento à leitura (BATSHCHKE, 2018; MOLINERO, 2019).

Muitas pessoas, ainda, possuem o hábito de visitar uma livraria *in loco* e explorar o ambiente; há livrarias que para além de livros, oferecem um espaço para tomar café, realizam atividades culturais e de lazer como, por exemplo, atividades pedagógicas do tipo *faça você mesmo* para o público infantil, e outras que também se destacam pela venda de produtos de papelaria e DVD. Entretanto, assim como outros tipos de comércio, o comércio livreiro também vem se adequando aos ambientes digitais, considerando o tempo que o brasileiro

passa logado em redes sociais ou fazendo buscas na Internet.

Os frequentadores de livrarias se distinguem dos consumidores de outros bens culturais na maneira como se comportam no ponto-de-venda. É comum que o leitor de livros permaneça muitas vezes durante horas entre as prateleiras que compõem o acervo de uma livraria. Nas maiores lojas, é também frequentemente notada a existência de poltronas para leitura, além de pequenos bares, para os que gostam de tomar um café enquanto folheiam páginas de livros que podem ou não vir a ser adquiridos, após o fim da investida (GOMBERG, 2006, p.98).

Com o crescimento do mercado digital, foram desenvolvidos os *e-books* (livros digitais), e junto deles os *e-readers* (leitores digitais). As Livrarias Saraiva e Cultura desenvolveram seus próprios *e-readers*, no entanto, posteriores ao *Kindle* da *Amazon*.

Não foi uma simples coincidência o livro ter sido uma das primeiras mercadorias a fazer sucesso *online* (assim como CDs e passagens aéreas). De fato, foi o bem-sucedido modelo desenvolvido por uma livraria virtual que alavancou o *e-commerce* e se disseminou por todas as demais cadeias de venda, com maior ou menor sucesso na medida em que as emuladoras fossem capazes de repeti-lo, o que de início parecia relativamente simples (EARP; KORNIS, 2005, p.134).

Entre as livrarias virtuais mais conhecidas, pode-se destacar a *Amazon* que compete de frente no processo de vendas com as demais livrarias brasileiras. A *Amazon* foi criada pelo empresário estadunidense Jeff Bezos em 1994, com foco em distribuição e vendas de livros *online*; atualmente comercializa diversos produtos como: eletrônicos, brinquedos, papelaria, entre outros; também oferece serviços de *streaming* de filmes e músicas. No Brasil, a *Amazon* chegou em 2012, quando vendia apenas *e-books*, adicionando a venda de livros físicos em 2014 (CANALTECH).

Atualmente, para além das livrarias físicas e digitais, tem se destacado entre os leitores, também, os clubes de livros por assinatura, entre eles: TAG - inéditos e curadora; Caixa Clube Skoob; Leiturinha; e Intrínsecos.

4.2.2 Bibliotecas

O mercado editorial tem como foco a produção e comercialização de livros. Sendo assim, é possível questionar o porquê incluir as bibliotecas em um estudo a respeito desta temática. A resposta para este questionamento reside na venda de livros para o governo, em que boa parte desse investimento é destinada para repor o acervo de bibliotecas públicas e escolares. Assim, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre esses espaços e o público

que os frequentam, pois também são espaços que podem ser aproveitados para a divulgação de livros, eventos literários e trabalhar em conjunto com *marketing* editorial.

Uma biblioteca pode ser definida como “[...] espaço público ou privado, onde se instalam grandes coleções de livros, acessíveis a frequentadores ou sócios” (BORBA, 2004). Cunha e Cavalcanti (2008, p.48) apresentam uma definição mais completa de biblioteca: “[...] coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que tem a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários”. Além das bibliotecas públicas e escolares citadas, existem outros tipos como, por exemplo, biblioteca nacional, bibliotecas comunitárias, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas, entre outras.

De acordo com Lemos (2008, p.101):

Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Na pesquisa do IPL, para além das informações a respeito da população leitora brasileira abordadas anteriormente, também, são destacados dados a respeito de bibliotecas, sendo que neste estudo são recuperados: I) pessoas que sabem da existência de bibliotecas públicas em suas cidades; II) o que a biblioteca representa; III) frequência que costumam utilizar a biblioteca; IV) bibliotecas que frequentam, com foco em frequentadores de bibliotecas públicas, escolares e comunitárias; V) avaliação de bibliotecas públicas e escolares pelas pessoas que frequentam; VI) perfil de pessoas que utilizam bibliotecas; VII) o que faria as pessoas frequentarem a biblioteca.

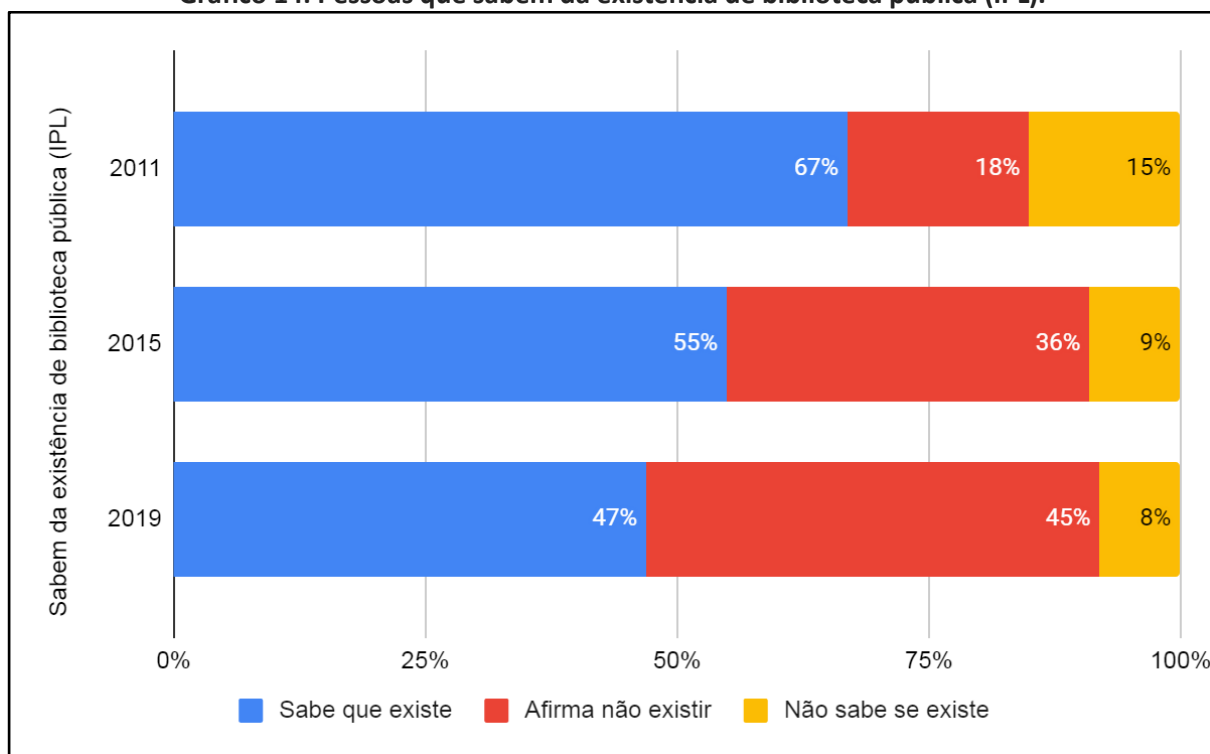
De acordo com Earp e Kornis (2005, p.53):

Uma biblioteca tem como função levar o livro ao público. Dada a imensa quantidade de livros, é impossível ter todos, sendo o mais importante para cada biblioteca escolher um critério para selecionar que público quer atender e que tipo de livros precisará adquirir. Pode ser uma biblioteca de preservação, que manterá livros antigos de grande interesse histórico e que exigem um trabalho cuidadoso e permanente para sua manutenção, como é o caso da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. A opção pode ainda ser por uma biblioteca de referência, onde se encontrem textos clássicos, ou por uma biblioteca de

empréstimos para algum tipo de público.

Foram analisadas as mesmas edições das subseções anteriores, entre 2011 e 2019. De acordo com os resultados dessas edições, o Gráfico 14 compara a percentagem de pessoas que sabiam da existência de bibliotecas públicas em suas cidades.

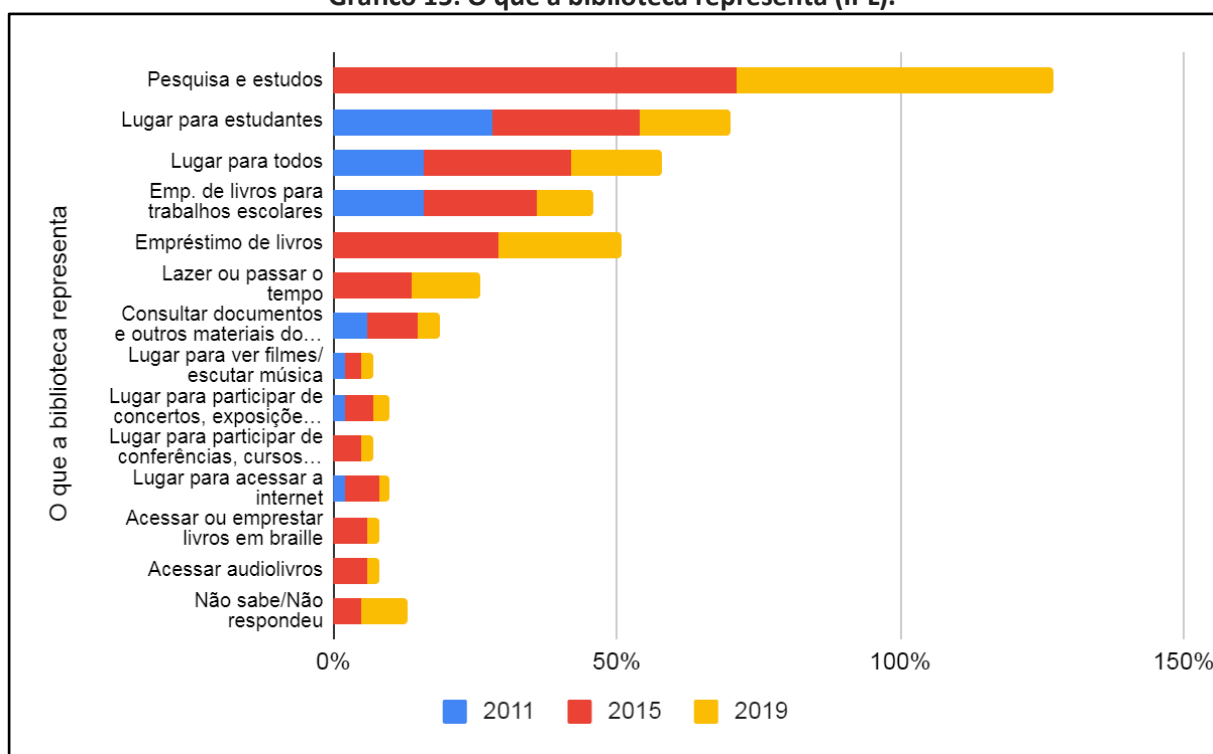
Gráfico 14: Pessoas que sabem da existência de biblioteca pública (IPL).



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Observa-se que a percentagem de pessoas que sabiam da existência de bibliotecas públicas em suas cidades diminuiu de 2011 para 2019, enquanto a percentagem que afirmou não existir bibliotecas públicas em suas cidades aumentou. Em um estudo que enfoque as bibliotecas, posteriormente, propiciará verificar se realmente, ainda, há cidades em que não existe uma biblioteca pública municipal, ou se ela se encontra inativa por exemplo, por falta de um profissional bibliotecário (Gráfico 15).

Gráfico 15: O que a biblioteca representa (IPL).



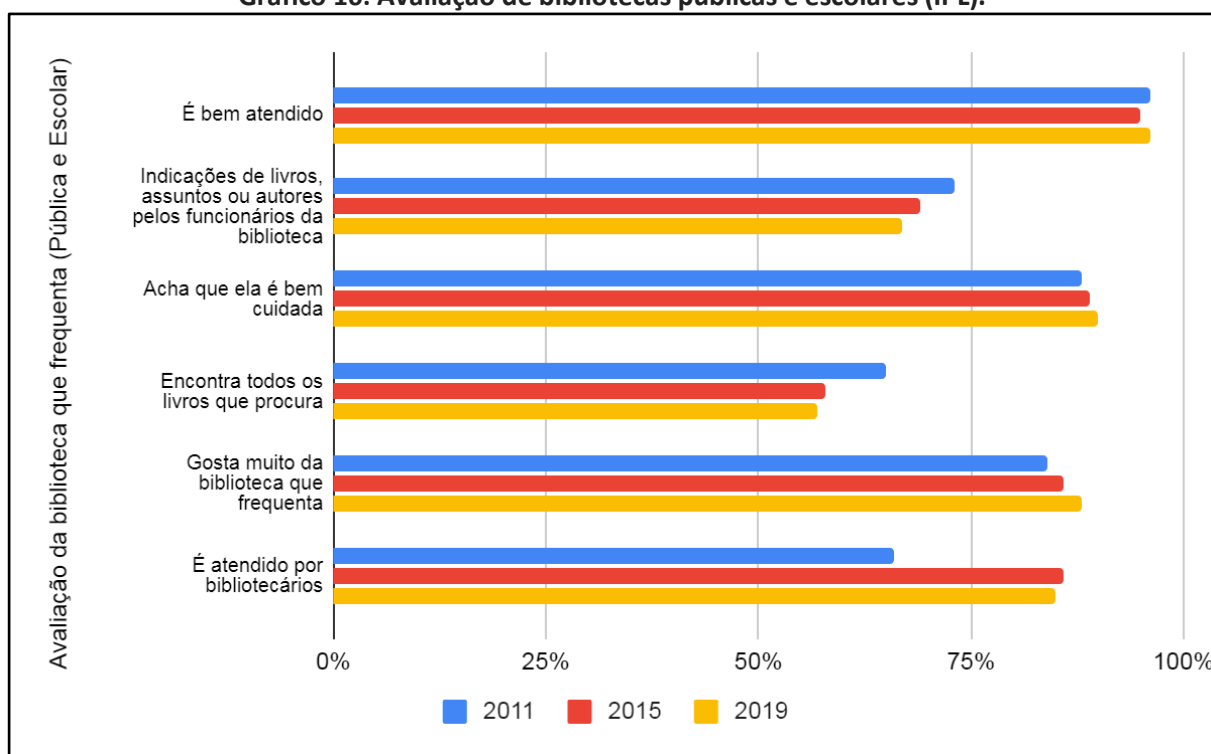
Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

Observa-se que a maior porcentagem se refere às pessoas que compreendem a biblioteca como um ambiente para pesquisas e estudos, e menos de 50% responderam que a biblioteca é um lugar para empréstimo de livros, considerando que o foco prioritário do ambiente é a preservação e empréstimo de livros. Ao observar a frequência com que utilizam as bibliotecas, verifica-se que em 2011 75% das pessoas que responderam à pesquisa alegaram não utilizarem o espaço, e em 2019 esse dado baixou para 68%, mas ainda alto em comparação ao número de pessoas que têm o hábito de frequentar bibliotecas.

Dentre as pessoas que frequentam bibliotecas, em 2011 64% da amostra respondeu frequentar bibliotecas escolares, enquanto em 2019 essa porcentagem caiu para 53%; em relação às bibliotecas públicas ou municipais, em 2011 50% das pessoas responderam frequentar, subindo para 54% em 2019.

Vários fatores podem interferir para que as pessoas frequentem ou não o espaço da biblioteca, entre eles o atendimento e a organização do espaço. No que tange às bibliotecas públicas e escolares, o público que respondeu frequentar essas bibliotecas realizou uma avaliação do local (Gráfico 16).

Gráfico 16: Avaliação de bibliotecas públicas e escolares (IPL).

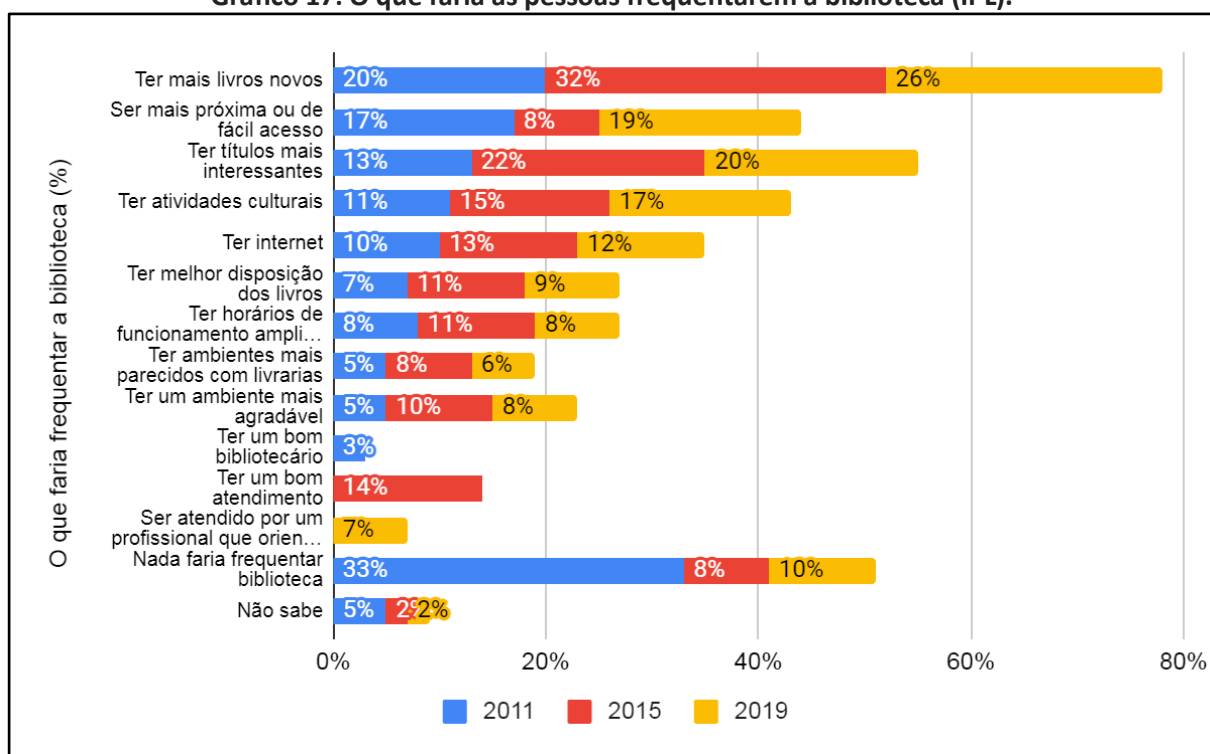


Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

O IPL ao realizar a pesquisa teve o cuidado de analisar para além do número de pessoas que tem o conhecimento da existência de bibliotecas públicas em suas cidades, se frequentam ou não, e uma avaliação do local, o perfil dessa amostra: *quem é o público que frequenta bibliotecas?* Essa questão enfocou a escolaridade, a classe econômica e a região dos respondentes que correspondem ao público leitor.

Observa-se que entre os anos de 2011 e 2019, cerca de 49% da população que possuía o hábito de frequentar bibliotecas correspondia a Classe C, ou seja, pertenciam a famílias com rendimentos totais de quatro até dez salários mínimos – aproximadamente entre R\$ 4.401,00 a R\$ 11.000,00; cerca de 60% das pessoas foram classificadas como estudantes, justificando a percentagem de pessoas que possuíam o hábito de frequentar as bibliotecas escolares; enquanto a maior percentagem dessa população, cerca de 38% residem na Região Sudeste, e a menor percentagem 16% na Região Sul do País, seguida por 20% nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Com o objetivo de compreender o porquê de as pessoas não frequentarem bibliotecas, também, questionou-se para aqueles que responderam à pesquisa *o que faria com que frequentassem a biblioteca*, com foco nas bibliotecas públicas municipais.

Gráfico 17: O que faria as pessoas frequentarem a biblioteca (IPL).

Fonte: Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2020).

A maioria dos pesquisados respondeu que os motivaria se a biblioteca apresentasse uma maior variedade de livros novos e títulos interessantes; parte destacou a proximidade ou fácil acesso a biblioteca, assim como a possibilidade de flexibilização do horário de funcionamento, considerando que por se tratar de um órgão público, geralmente o horário de funcionamento é o horário comercial, dificultando que as pessoas que trabalham no comércio consigam se organizar para frequentarem o ambiente; ainda, há aqueles que responderam que o acesso à rede Internet os fariam frequentar mais o ambiente e os que focam no bom atendimento; por fim, também existe a percentagem que respondeu que nada os faria frequentar bibliotecas, correspondendo a 10% em 2019.

A partir dos dados observados, nota-se que o espaço da biblioteca tende a ser elitizado, bem como, uma possível falta de marketing dos bibliotecários e estabelecimento de parcerias.

5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO EDITOR E LIVREIRO

O intuito desta Seção é abordar as demandas do setor editorial, com foco nas competências e habilidades exigidas para a atuação profissional neste setor, e quantas dessas demandas podem ser supridas por um bibliotecário, mesmo que as competências e habilidades deste profissional sejam pouco conhecidas para a atuação fora de uma rede de bibliotecas ou do ambiente acadêmico.

Quando se aborda o termo ‘competência’, este se refere a aptidão para fazer alguma coisa, ter conhecimento sobre um assunto determinado. As habilidades são fragmentos da competência. De acordo com Resende (2000 *apud* SOARES; ANDRADE, s.d., p.485):

[...] competência é transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades, interesse e vontade, em resultados reais, práticos, pois quando um indivíduo tem conhecimento e experiência e não sabe aplicá-los em favor de um objetivo, de uma necessidade ou de um compromisso, significa que este indivíduo não é realmente competente. Nesse sentido, a competência é resultado da união de conhecimentos (formação, treinamento, experiência e autodesenvolvimento) com comportamentos (habilidades, interesse e vontade).

Soares e Andrade (s.d.), ainda com base em Resende (2000), destacam a existência de nove tipos de competência, nomeadamente: técnicas; intelectuais; cognitivas; relacionais; sociais e políticas; didático-pedagógicas; metodológicas; liderança; empresariais ou organizacionais. Para este estudo, duas se sobressaem: competências técnicas – considera-se o conhecimento técnico exigido para atuação no setor editorial e encontrado na formação profissional do bibliotecário; competências empresariais ou organizacionais – essas quando analisada a mesma vaga de emprego em locais diferentes e o como é abordada.

A tradição sempre foi valorizar aqueles candidatos que possuíam perfil intelectual e diplomas de grandes universidades. Além disso, valorizavam-se também os testes de QI. Hoje em dia, ainda vemos uma grande valorização das pessoas que possuem um diploma de MBA ou de Mestrado. Porém, com a questão da competência vindo à tona em um número cada vez maior de empresas, isto tende a acabar. Hoje, conhecimento e habilidade não são tudo o que se avalia em uma pessoa. As empresas descobriram a importância da proatividade (antes sem grande valor) para o desenvolvimento de um indivíduo em sua função (SOARES; ANDRADE; 489).

Apesar de as competências e as habilidades serem foco deste estudo, vale destacar que atualmente o processo de avaliação para ocupar determinado cargo em uma organização vem sofrendo transformações. Para além da formação superior e das competências e habilidades analisadas por meio de dinâmicas e *pré-works* as organizações passam a avaliar as

ações desempenhadas pelos candidatos no processo de seleção.

5.1 Demandas do Mercado Editorial

Para a análise das demandas exigidas pelo mercado editorial, optou-se por uma pesquisa no *LinkedIn* por vagas de emprego neste setor. O *LinkedIn*, atualmente, é a maior e mais conhecida rede social profissional, com foco em gerar conexões e relacionamentos; possibilita que os profissionais criem seus currículos e façam contato com pessoas do mundo inteiro e que as organizações busquem candidatos ideais para as vagas oferecidas (RESULTADOS DIGITAIS, 2020).

A coleta de dados foi realizada no dia 4 de março de 2022, visto que é importante ressaltar a data por se tratar de uma rede social profissional, cujos dados são constantemente atualizados. Neste dia, utilizou-se os descritores “editor de livros” e “assistente editorial” para buscar vagas de emprego relacionadas ao setor editorial, filtrando a busca por “vagas” e dados publicados dentro do último mês, ou seja, fevereiro de 2022.

O descritor “editor de livros” recuperou 36 (trinta e seis) resultados, no entanto, apenas 2 (dois) eram relacionados ao setor editorial e vagas em editoras. O descritor “assistente editorial” recuperou 6 (seis) vagas, sendo 2 (duas) relacionadas ao setor editorial, e recuperadas utilizando o mesmo período anterior (fevereiro de 2022).

Nessa perspectiva, analisou-se as demandas em relação às duas vagas recuperadas que eram de fato para ocupar o cargo de Assistente Editorial em editoras distintas, sendo uma na Viseu Editores e a outra na Todalivros (Quadro 6).

Quadro 6: Demandas para vagas no setor editorial.

Vagas para Assistente Editorial			
Local	Descrição da vaga	Requisitos	Desejável
Viseu Editores ⁸	Acompanhamento das etapas de produção editorial, sendo o elo de comunicação entre a equipe de criação e os autores; Distribuição e monitoramento das demandas editoriais entre os colaboradores da equipe de	Superior completo em Letras, Biblioteconomia ou Produção Editorial; Conhecimento avançado em Pacote Office; Disponibilidade para trabalhar de segunda a sábado.	Conhecimentos no Pacote Adobe será considerado diferencial.

⁸ LINKEDIN. Viseu Editores: vaga para assistente editorial. 2022. Disponível em: https://www.linkedin.com/jobs/view/2948125730/?eBP=NotAvailableFromMidTier&recommendedFlavor=ACTIVELY_HIRING_COMPANY&refId=BVu7c1B3l8R9EzS0gBo54Q%3D%3D&trackingId=SNxRGYqPnefPJDtqI0YcHw%3D%3D&trk=flagship3_search_srp_jobs. Acesso em: 4 mar. 2022.

	criação; Contato com fornecedores: revisores, ilustradores e demais profissionais que prestam serviço para a empresa; Reporte direto com o Editor Chefe.		
Todolivre ⁹	Auxiliar nas atividades operacionais e administrativas dos projetos editoriais, fazendo o acompanhamento das etapas de produção (do briefing à impressão) e suporte ao editor.	Superior Completo ou em Andamento (Letras, Pedagogia, Comunicação Social – Jornalismo ou Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Administração - MKT); Cursos/Conhecimentos Obrigatórios: Inglês avançado; Cursos/Conhecimentos Desejáveis: Noções de rotinas operacionais na área de atuação e do pacote office.	Competências Comportamentais Desejáveis: Organização; Iniciativa/Proatividade; Ética; Comunicação; Relacionamento Interpessoal; Cooperação; Senso de equipe; Comprometimento; Capacidade de lidar com diversos projetos paralelos; Atenção a detalhes e aptidão à pesquisa.

Fonte: Elaborado a partir de coleta no *Linkedin* (2022).

Apesar de se obter apenas duas vagas para a análise, é interessante observar que ambas são para o mesmo cargo em editoras diferentes. A Viseu Editores inclui como requisito a formação em Letras, Biblioteconomia ou Produção Editorial; enquanto a Todolivre não inclui a formação em Biblioteconomia, requisitando formação dentro dos seguintes campos científicos: Letras, Pedagogia, Comunicação Social - Jornalismo ou Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Administração - Marketing. No entanto, os demais requisitos para a vaga na Editora Todolivre, como as noções de rotinas operacionais na área de atuação e do pacote *Office*, assim como a desejável questão de organização e comunicação, podem facilmente serem preenchidos por bibliotecários.

5.2 Competências e Habilidades do Profissional Bibliotecário

Apesar de recente, quando comparada a outras profissões formalmente regulamentada, a profissão do bibliotecário sempre esteve presente, com outros nomes e nem sempre atuando com formação acadêmica adequada, dada a necessidade de se organizar

⁹ LINKEDIN. Todolivre - Vaga para assistente editorial. 2022. Disponível em: https://www.linkedin.com/jobs/view/2943885483/?eBP=NotAvailableFromMidTier&refId=BVu7c1B3l8R9EzS0gBo54Q%3D%3D&trackingId=DY7T0e77R5TPEpnGk06cyA%3D%3D&trk=flagship3_search_srp_jobs. Acesso em: 4 mar. 2022.

registros e suportes do conhecimento desde a Grécia Antiga e a Biblioteca de Alexandria. Com o desenvolvimento tecnológico e cultural da sociedade, a função do bibliotecário para além da parte tecnicista e organizacional, passa a ser também social – levar a informação essencial e fidedigna a quem não a alcança.

No Brasil, o primeiro Curso de Biblioteconomia foi instituído em 1915, pela Biblioteca Nacional (BN), atualmente sob a responsabilidade da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Até esta data, a própria BN era comandada por pessoas que não pertenciam à área, entre as quais se destacam, principalmente, médicos e historiadores (BIBLIOTECA NACIONAL, 2015).

O ensino promovido pela BN era influenciado pela escola francesa *École de Chartes*, enfocando o lado humanístico da profissão. O segundo curso criado no Brasil, foi no Estado de São Paulo, em 1929, no *Mackenzie College*; este Curso promoveu um contraponto ao curso da BN, pois abordava uma vertente mais tecnicista da profissão, próxima a formação estadunidense, iniciando o embate entre o desenvolvimento humanístico ou tecnicista do bibliotecário desde os primórdios da Biblioteconomia no País (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

Em 1962 passou a ser exigido a formação em nível superior para a atuação como bibliotecário, considerando também que nesta época já existiam várias instituições acadêmicas que promoviam o ensino em Biblioteconomia como, por exemplo, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) (1945), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1947), e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) (1952) (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013). Neste mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.084, que declara:

Art. 6º - São atribuídas aos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: a) o ensino de Biblioteconomia; b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação; c) administração e direção de bibliotecas; d) a organização e direção dos serviços de documentação; e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

O Congresso Nacional limita a função do bibliotecário associado a uma biblioteca, mas deve-se considerar que a Lei nº 4084 é de 1962. De acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001), um bibliotecário tem a possibilidade de atuar

em centros de documentação ou de informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, mas apesar das diretrizes, na prática é raro encontrar esse profissional desassociado aos espaço da biblioteca.

O bibliotecário é um profissional liberal que atua com informação em qualquer segmento e campo científico, assim como arquivistas, museólogos e cientistas da informação. No que diz respeito às competências necessárias para o desenvolvimento da profissão, Abels, Jones e Lathan *et al.* (2003, p.2) destacam a necessidade de se desenvolver competências profissionais e pessoais. As competências profissionais são classificadas da seguinte maneira: a) gerenciando organizações de informação; b) gerenciamento de recursos de informação; c) gerenciando serviços de informação; d) aplicação de ferramentas e tecnologias de informação. As competências pessoais são definidas como o conjunto de atitudes, habilidades e valores que propiciam aos profissionais trabalharem efetivamente e contribuir positivamente para suas organizações, clientes e profissão.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001, p.32), a formação do bibliotecário deve propor:

[...] o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta [...].

Ainda, são classificadas as competências e habilidades necessárias para o profissional bibliotecário, apresentadas em duas categorias: gerais e específicas (Quadro 7).

Quadro 7: Competências e habilidades do profissional bibliotecário.

GERAIS	ESPECÍFICAS
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; Formular e executar políticas institucionais; Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; Utilizar racionalmente os recursos disponíveis; Desenvolver e utilizar novas tecnologias; Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;	Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.	
---	--

Fonte: Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (2001).

A partir das competências e habilidades propostas pelas Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia, as universidades têm a autonomia para estabelecer as matrizes curriculares, assim como tomar decisões em relação aos estágios e atividades complementares exigidas.

No Quadro 8 são descritas as disciplinas mais comuns entre os cursos de Biblioteconomia observadas a partir da análise da matriz curricular de 20 universidades públicas (federais e estaduais) brasileiras, nomeadamente: Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As disciplinas foram classificadas em três linhas de estudo: teórico-metodológica, humanista-social e instrumental.

Quadro 8: Disciplinas mais comuns oferecidas nos cursos de Biblioteconomia.

LINHA TEÓRICO-METODOLÓGICA	LINHA HUMANISTA-SOCIAL	LINHA INSTRUMENTAL
- Estudo de Usuários - Fontes de Informação [Gerais] - Formação e Desenvolvimento de Coleções - História do Livro e das Bibliotecas (I, II) - Introdução à Biblioteconomia e à Ciência da Informação - Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia - Normalização Documentária - Organização e Administração de Bibliotecas - Organização do Conhecimento - Representação Descritiva (I, II, III) - Técnicas de Recuperação e Disseminação da Informação	- Comunicação - Psicologia das Relações Humanas - Ação Cultural e Educacional - História Social, Política e Econômica / Realidade Socioeconômica e Política Brasileira	- Estatística Aplicada às Ciências Humanas e Sociais - Fundamentos de Inglês Instrumental - Metodologia da Pesquisa Científica

- Teoria e Prática do Serviço de Referência - Classificação Bibliográfica - Catalogação [Automatizada] - Editoração [Eletrônica] - Indexação Documentária		
---	--	--

Fonte Elaboração própria a partir de análise das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia oferecidos nas universidades públicas (federais e estaduais) brasileiras (2021).

Nota-se a presença de disciplina voltada à editoração na Unesp, entretanto é uma disciplina optativa, bem como há disciplinas voltadas para gestão organizacional e marketing, indo ao encontro da demanda exigida para atuação no setor editorial brasileiro.

A partir do surgimento das primeiras bibliotecas surgiram os primeiros indícios de nascimento da Biblioteconomia, constantemente moldada de acordo com sua época. As primeiras escolas de Biblioteconomia foram fundadas, respectivamente, na França (*École National de Chartres*), nos Estados Unidos (*Columbia University - School of Library Sciences*) e no Brasil (NASCIMENTO; MARTINS, 2017, p. 38) . As matrizes curriculares francesa e estadunidense que serviram de base para o desenvolvimento da matriz curricular brasileira, propagam o embate a respeito do profissional bibliotecário, se este deve ser mais tecnicista ou cultural, assim como, relacionam principalmente o profissional ao ambiente da biblioteca, enquanto é possível focar na definição deste sem associá-lo diretamente a um local de trabalho: o profissional bibliotecário é, *a priori*, representante da informação.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados deste estudo são apresentados em duas etapas inter-relacionadas. A primeira etapa consiste na apresentação da análise da matriz SWOT desenvolvida a partir do que foi observado da população leitora brasileira, do setor editorial de livros e das competências e habilidades exigidas para atuação neste setor, a fim de destacar as possibilidades de atuação do bibliotecário nesse contexto. A segunda, trata-se de uma discussão por elementos que compõem a matriz SWOT, objetivando propor estratégias para aprimorar os pontos fortes e as oportunidades e solucionar ou amenizar as fraquezas e as ameaças.

Quadro 9: Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Maior investimento do Governo na compra de livros no ano de 2019; Crescimento no faturamento com as vendas de obras gerais para o mercado; Desenvolvimento positivo de editoras independentes, mesmo com a crise do mercado.	Fechamento de redes de livrarias pertencentes a Livraria Saraiva e Livraria Cultura a partir de 2018; Queda na venda de livros para o mercado no ano de 2018; Queda de investimento do Governo em obras gerais.
Oportunidades	Ameaças
Atuação do profissional bibliotecário no setor editorial; Investimento em eventos literários e de fomento à leitura; Investimento, por parte das Livrarias, em um atendimento híbrido – físico e virtual -, assim como em clubes de leitura.	No ano de 2019, 48% da população brasileira, segundo a 5ª edição da <i>Retratos da Leitura</i> (IPL) correspondia a parcela não leitora; Valor comercial do livro não condiz com a realidade de pelo menos 115 milhões de pessoas no País; Intervenções governamentais a respeito de quais livros devem ou não ser comercializados ou ocupar espaço nas estantes de bibliotecas.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Os pontos fortes e fracos referem-se a questões internas do setor editorial, enquanto as oportunidades e ameaças às externas. Em relação aos pontos fracos, destaca-se que o fechamento das redes de livrarias pertencentes a Livraria Saraiva e a Livraria Cultura, a partir de 2018, foi um choque para o mercado editorial, visto se tratar de grandes redes que movimentavam a venda de livros neste mercado, em paralelo foi visível a queda de vendas de livros para este setor no Ano de 2018, balanceada com o aumento no faturamento em vendas de livros para o Governo entre 2018 e 2019.

Apesar do aumento no faturamento total em vendas para o Governo, ao observar o investimento em obras gerais, observa-se que a compra de livros deste segmento corresponde a menos de 20% do faturamento total realizada pelo Governo, o que é preocupante, visto que

o Governo é responsável pela compra de livros, visando a reposição de acervos em bibliotecas públicas e de escolas municipais ou estaduais. Em 2012, foi o ponto alto com 14,48%, caindo para 4,44% em 2018 e com uma melhora em 2019 para 12,97%.

Ainda em relação aos pontos fortes, mesmo com a queda relacionada ao fechamento das livrarias, nos anos de 2014 e 2019 a venda de obras gerais para o mercado foi maior, junto a criação de clubes de leitura e o desenvolvimento positivo de editoras independentes apesar da crise.

Destaca-se as editoras independentes com o investimento em menores tiragens de livros, no marketing próximo do público-alvo, como o uso de influenciadores digitais literários para a divulgação, e o foco em feiras de livros e eventos de fomento à leitura. Todas essas iniciativas são oportunidades a serem adotadas pelo setor editorial, visto que ainda em 2019, 48% da população corresponde ao público não leitor. Considerando o foco na venda de livros, essa percentagem se refere a clientes em potencial, *como chegar até esses clientes?* As editoras independentes buscaram se aproximar e manter o público já existente, a partir dos influenciadores digitais literários, assim como fomentando a alfabetização e os hábitos de leitura da população não leitora, para que *a posteriori* possa torná-la em cliente real.

Para além da alfabetização desenvolvida ou não pelo cliente em potencial do mercado editorial brasileiro, destaca-se também o valor comercial do livro, que em média foi de R\$8,93 (oito reais e noventa e três centavos) em relação a obras gerais no Ano de 2011, a R\$13,73 (treze reais e setenta e três centavos) em 2019. Esses valores não condizem com a realidade de pelo menos 115 milhões de pessoas no País, aproximadamente 54% da população total estimada em 2019, que sobrevivem com menos de R\$15,00 (quinze reais) por dia, equivalente a no máximo R\$465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) no mês.

O valor comercial do livro é um forte influente para que não seja produto prioritário de consumo, visto que o investimento em planos mensais de redes de *streaming* chegam a ser menos de R\$60,00 (sessenta reais) ao mês; com R\$25,00 (vinte e cinco reais) é possível assinar um plano básico para acesso a uma variedade de filmes e séries, enquanto que com o mesmo valor, visto o preço médio do livro, compra-se apenas um livro, desconsiderando a qualidade do mesmo como, por exemplo, se é ou não um livro de capa dura, condição que difere consideravelmente no valor final do livro. Por isso, como oportunidade sugere-se um maior investimento em *e-books* que são passíveis de venda a um preço acessível, e em clubes de leitura, que apesar de o cliente receber no mínimo um livro ao mês, a tendência é receber

livros com conteúdo e acabamento atrativo, e demais materiais que chamam a atenção do público leitor, como acesso a box colecionável, revistas e marca páginas. Também é ressaltado como oportunidade para as livrarias desenvolverem ambiente híbrido, isto é, funcionem de maneira física e digital, considerando a má distribuição de redes de livrarias no País, o tempo que a população brasileira passa em redes sociais e Internet, bem como o crescimento do mercado virtual, a destacar o sucesso da *Amazon*.

Entre as ameaças para o setor editorial, considera-se a intervenção do Governo no que diz respeito ao que deve ser lido pela população como, por exemplo, o fato ocorrido durante a 19ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro em que a Prefeitura tentou recolher as edições de uma história em quadrinhos devido à ilustração de dois homens se beijando. Assim como durante o regime militar (1964-1985) em que foram censuradas entre 200 e 450 obras literárias, com a justificativa de serem contrárias à moral e aos bons costumes, essa censura continua acontecendo em menor escala nos dias atuais, e é prejudicial ao mercado editorial por tirar a autonomia das editoras em relação ao que deve ou não ser comercializado, desconsiderando todo o trabalho de marketing e estudos voltados aos leitores realizados durante o processo de produção de um livro.

No mais, entre as oportunidades para o mercado editorial, ressalta-se a atuação do bibliotecário neste setor. Para um mercado com foco em produção e vendas de livros, é compreensível a demanda por profissionais de Letras, Produção Editorial e Comunicação Social, mas não é compreensível o pouco reconhecimento do profissional bibliotecário, visto que as competências deste profissional atendem perfeitamente as funções, atividades e tarefas que devem ser desenvolvidas nesse contexto.

A partir das Diretrizes Curriculares do MEC é possível observar as competências e habilidades necessárias para se tornar um profissional bibliotecário, dentre elas: gerar produtos; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza.

A exemplos do exercício da profissão para além do ambiente convencional da biblioteca, são destacados: editor de periódicos e livros científicos; e gerador de produtos. Desde os primórdios da comunicação feita a partir de periódicos científicos até sua

informatização que resultou nas publicações *online*, o profissional bibliotecário sempre esteve presente “[...] por meio da gestão das coleções impressas, da composição de bases de dados indexadores desse material, da representação descritiva dos conteúdos publicados ou pelo apoio dedicado à sua produção” (DUTRA; GULKA; SILVEIRA, 2020, p. 109). A bibliotecária Silva (2020, p.455) cita seu próprio exemplo como editora de livros científicos com enfoque social, com o projeto Selo Nyota. Meneghetti (2020, p.225) vai além e traz a figura do profissional bibliotecário como gestor de produtos (aplicativos para celular, *e-commerce*, *marketplace*, *software*, etc.).

Considerando a formação do profissional bibliotecário e os exemplos citados, este pode colaborar no setor editorial: realizando estudos de leitores, a fim de compreender o público-alvo do mercado; elaborando fichas catalográficas, assim como organizando catálogos físicos e digitais das editoras para torná-los atrativos ao cliente; trabalhando com a gestão da informação, do conhecimento e de produtos das editoras, assim como planejando e gerenciando estratégias de marketing, por meio de projetos de fomento à leitura e incentivando eventos literários, a fim de atrair o cliente potencial e manter o cliente real.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o mercado editorial ser pouco explorado para pesquisas nos campos da CI e da Biblioteconomia, o profissional bibliotecário apresenta as competências e as habilidades necessárias para atuar neste setor, cujos conteúdos apreendidos durante a graduação e passíveis de aprimoramento contínuo podem ser aplicados nas funções, atividades e tarefas deste setor. Com a crise do mercado desde meados de 2016 e o fechamento de grandes redes de livrarias em 2018, é necessário a revisão de estratégias de comercialização de livros, assim como para manter clientes reais e atrair os clientes potenciais.

O objeto livro é consequência da necessidade de comunicação do ser humano, junto a evolução dos registros e suportes do conhecimento. Todavia, como produto, o livro não é prioritário no que tange ao consumo, considerando a alta porcentagem da população não leitora, destacada nos resultados da pesquisa do IPL, *Retratos da Leitura no Brasil*. O não leitor pode ter ‘n’ justificativas, entre elas destaca-se a parcela significativa da população analfabeta ou analfabeta funcional (evidenciada pelo INAF), e a média do valor comercial do livro, que não condiz com a realidade financeira de mais de cinquenta por cento da população conforme observado pelo IBGE. Atualmente, evidencia-se que a venda *online* e a existência de *e-books*, propiciam um valor comercial mais acessível, além da facilidade de acesso para consulta e compra.

O desempenho do mercado editorial é inter-relacionado às questões políticas, sociais, culturais e econômicas do País. O setor editorial pode ser resumido em quatro pilares: agentes literários, editoras, livrarias e bibliotecas. É necessário que esses pilares funcionem em conjunto, para atrair bons resultados nos processos de produção, distribuição e vendas de livros, primordialmente com relação aos livros classificados como obras gerais.

A questão problema apresentada nesta pesquisa é: 'como o profissional bibliotecário pode atuar no mercado editorial brasileiro na atualidade?'. Foi verificada por meio da pesquisa e evidenciou que o bibliotecário pode atuar no mercado editorial, uma vez que possui formação técnica que o habilita a exercer essa função conforme demonstrado na Seção ‘Apresentação e Análise dos Resultados’.

No que tange aos objetivos específicos previamente definidos, acredita-se que se resgatou e apresentou-se os aspectos históricos relativos à origem do livro. Do mesmo modo, a partir das pesquisas do IPL, SNEL e IBGE, bem como de documentos governamentais e do segmento livreiro, apresentou-se os indicadores sobre os hábitos de leitura da população

brasileira, bem como os indicadores do processo de produção e da comercialização de livros no mercado editorial brasileiro. A partir das Diretrizes Curriculares e das matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia de universidades públicas brasileiras foi possível apresentar as competências e habilidades demandadas pelo mercado editorial.

Por último realizou-se a análise SWOT a partir do panorama do mercado editorial e do levantamento das competências e habilidades do editor, do livreiro, e evidenciando a competência do profissional bibliotecário para atuar neste setor, foi possível identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças para este setor.

Esperava-se encontrar um número significativo de vagas no *LinkedIn* para a atuação em editoras, a fim de ter uma amostra maior, mas apenas duas vagas foram encontradas e selecionadas, entretanto, foram suficientes para observar os diferentes requisitos para ocupação de um cargo em editoras, sendo que uma das vagas incluiu a formação em Biblioteconomia e a outra não.

A temática apresenta um leque de subtemas que podem ser mais bem estudados nos campos da CI e da Biblioteconomia. Assim, recomenda-se novas pesquisas que aprofundem aspectos relacionados ao perfil do leitor de livros digitais, ao funcionamento das bibliotecas públicas e municipais em relação ao mercado livreiro, e ao mercado editorial e cenário pós pandêmico causado pela COVID-19.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. B. F. de.; BAPTISTA, S. G. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- ANELS, E.; JONES, R; LATHAM, J. (et al). **Competências para profissionais da informação do século 21**. 2003.
- AMARAL, A. do. **Mercado editorial**: guia para autores. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.
- AMORIM, D. Metade dos brasileiros sobrevive com menos de R\$15 por dia, aponta IBGE. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 maio de 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,metade-dos-brasileiros-sobrevive-com-menos-de-r-15-por-dia-aponta-ibge,70003293622>. Acesso em: 28 set. 2021.
- ARARUNA, W. F.; PINHEIRO, A. C. L.; CARNEIRO, G. B. A influência dos livros digitais no acesso à informação: uma comparação entre o livro digital e o impresso. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, São Carlos (SP), v.3, n.2, n.p., 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/69639>. Acesso em: 28 set. 2021.
- BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BATSCHKE, N. **Crise nas livrarias Cultura e Saraiva abala o cenário editorial no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://exame.com/economia/crise-nas-livrarias-cultura-e-saraiva-abala-o-cenario-editorial-no-brasil/>. Acesso em: 5 mar. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Primeiro curso de biblioteconomia no Brasil completa 100 anos**. 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/04/primeiro-curso-biblioteconomia-brasil-completa-100>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- BÔAS, B. V. IBGE: Analfabetismo cai no país, mas fica estagnado no Nordeste. **Valor Econômico**. 15 jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/15/ibge-analfabetismo-cai-no-pas-mas-fica-estagnado-no-nordeste.ghml>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BORBA, F. S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRAGA, A. **A gestão da informação**. 1996. 9f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão, Universidade Da Beira Interior, Covilhã, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/263163107/A-GESTAO-DA-INFORMACAO-pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BROWN, B. **The readies**. Germany: Roving Eye Press, 1930. Disponível em: <https://cnx.org/contents/Be42N3TD@2/The-Readies-by-Bob-Brown>. Acesso em: 28 set. 2021.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUSH, V. As We may think. **The Atlantic**, Jul. 1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 28 set. 2021.

CANALTECH. **Amazon**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/amazon/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial, 1998.

CORREIA, A. L. M. **História do livro: a livraria e editora Garnier**. 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-do-livro-a-livraria-e-editora-garnier/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, Briquet de Lemos, 2008.

DARTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEAECTO, M. M. Anatole Louis Garraux e o comércio de livros franceses em São Paulo (1860-1890). **Revista Brasileira de História [online]**. 2008, v.28, n.55, p.85-106. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/x8fkRzQcprfvSfgcyBzxfMk/?lang=pt#>. Acesso em: 5 mar. 2022.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/leitor/>. Acesso em: 15 set. 2021.

DUTRA, A. K. F.; GULKA, J. A.; SILVEIRA, L. da. Bibliotecário de editoração de periódicos. 2020. p. 109-132. In: SILVA, F. C. C. da (Org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis, SC: Rocha, 2020.

EARP, F. S.; KORNIS, G. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, 2005. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/con

heciment o/ebook/ebook.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.

EDITORA ALBATROZ. **O que faz um agente literário?** 2015. Disponível em: <https://editoraalbatroz.com.br/o-que-faz-um-agente-literario/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FERREIRA, M. T. R. da S. **A evolução do livro: do papiro ao iPad**. 2010. 40f. TCC (Graduação) Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39923/3/EvolucaoDoLivro_Ferreira_2010.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

FLOWER, D. A. **Biblioteca de Alexandria**: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria, 2010. (e-book).

FLUP. Disponível em: <https://www.flup.net.br/sobre-a-flup>. Acesso em: 3 mar. 2022.

GARCIA, G. **Uma breve história das livrarias paulistanas**. 2010. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/uma-breve-historia-das-livrarias-paulistanas/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

GAZETA DO POVO. **Taxa de analfabetismo no Brasil em 2018**. 19 jun. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/analfabetismo-no-brasil-em-2018/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBEL, M. C. B.; TELLES, V. L. C. N. Da comunicação visual pré-histórica ao desenvolvimento da linguagem escrita, e a evolução da autenticidade de documentos cópia. **Revista Acadêmica Oswaldo Cruz**, São Paulo, v.1, n.1, p.1-12, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Maria%20Cec%C3%ADia%20Blumer%20GROBEL.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

GOLDSCHMIDT, A. Análise SWOT na captação de recursos: avaliação de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos. **Integração**: Revista Eletrônica do Terceiro Setor, Rio de Janeiro, v.1, n.6, 2003.

GOMBERG, F. O mercado editorial e a aura do livro. 2006. p.82-110. *In*: **A aura do livro na era de sua reprodutibilidade técnica**. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9245/9245_5.PDF. Acesso em: 6 mar. 2022.

GORINI, A. P. F.; BRANCO, C. EC. **Panorama do setor editorial brasileiro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.11, p.[3]-25, mar. 2000.

GUEDES, L. A. **Biblio & gráficos**: o livro de artista de larga escala no contexto editorial brasileiro. 2018. 116f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens, Instituto de Artes e Design, Juiz de Fora, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/8591/1/larissaandrioliguedes.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.) **Ensino e pesquisa em biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. Marília: Cultura Acadêmica; Editora FUNDEPE, 2008. p. 33-43.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2017.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso Em: 16 fev. 2022.

INAF - INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. Disponível Em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

KIRON EDITORA. **Agente literário**: o projeto meu primeiro livro. Disponível em: <http://www.editorakiron.com.br/index.php/agente-literario>. Acesso em: 19 mar. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO - IPL. **Retratos da Leitura no Brasil - 3ª edição**. 2011. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO - IPL. **Retratos da Leitura no Brasil - 4ª edição**. 2015. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO - IPL. **Retratos da Leitura no Brasil - 5ª edição**. 2019. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 23 fev. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO - IPL. **Retratos da Leitura na FLUP & Bial do Livro do RJ 2019**. 2019. Disponível em: http://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_na_FLUP_e_Bien al_RJ_2019.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

LABANCA, G. C. Nunca tantos leram tão pouco: editores de livros unidos contra a temida modernidade em meados do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 26., 2011, São Paulo. **Anais Eletrônico...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh-26?start=1440>. Acesso em: 28 set. 2021.

LEMO, A. A. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. (Org.) **Introdução às fontes de informação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.101-119.

LINKEDIN. **Todolivre:** vaga para assistente editorial. 2022. Disponível em: https://www.linkedin.com/jobs/view/2943885483/?eBP=NotAvailableFromMidTier&refId=BVu7c1B3l8R9EzS0gBo54Q%3D%3D&trackingId=DY7T0e77R5TPEpnGk06cyA%3D%3D&trk=flagship3_search_srp_jobs. Acesso em: 4 mar. 2022.

LINKEDIN. **Viseu Editores:** vaga para assistente editorial. 2022. Disponível em: https://www.linkedin.com/jobs/view/2948125730/?eBP=NotAvailableFromMidTier&recommendedFlavor=ACTIVELY_HIRING_COMPANY&refId=BVu7c1B3l8R9EzS0gBo54Q%3D%3D&trackingId=SNxRGYqPnefPJDTql0YcHw%3D%3D&trk=flagship3_search_srp_jobs. Acesso em: 4 mar. 2022.

LOUREIRO, J. **Conheça 4 das maiores livrarias do Brasil.** 2020. Disponível em: <https://www.livrobingo.com.br/maiores-livrarias-do-brasil>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MARCOS, L. Agência literária se consolida como guia para autores. **Luz, página, ação**, nov. 2017. Disponível em: <https://luzpaginaacao.com.br/agencia-literaria-se-consolida-como-guia-para-autores/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MENEGHETTI, C. Bibliotecária de gestão de produtos. 2020. p. 225-244. *In*: SILVA, F. C. C. da (Org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

MEGGS, P. **História do design gráfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. MELO, C. **21 editoras de livros no Brasil**. Disponível em: <https://writingtipsoasis.com/pt-br/editoras-de-livros-no-brasil/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

MENDES, J. **O canto da sereia do market place**. 2020. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/07/22/o-canto-de-sereia-do-marketplace>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MESQUITA, I. C. A.; CONDE, M. G. A evolução gráfica do livro e o surgimento dos e-books. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 10., 12 a 14 jun. 2008. **Anais Eletrônico...** São Luís, 2008. 6p. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0645-1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

MOLINERO, B. **Mercado editorial brasileiro diminui pelo quinto ano seguido**. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/04/mercado-editorial-brasileiro-diminui-pelo-quinto-ano-seguido.shtml?fbclid=IwAR2NRbz9uApRI_GuKpaedFLWYapMiFJSFXDw5slHMKPNuaTepj19_qTjVwE&origin=folha. Acesso em: 5 mar. 2022.

NASCIMENTO, D. **A história da Casa Garraux.** 2021. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/a-historia-da-casa-garraux/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

NASCIMENTO, M. V. dos; MARTINS, G. K. A trajetória das escolas de biblioteconomia no

Brasil. **Revista brasileira de educação em Ciência da Informação (REBECIN)**. 2017. v.4, n. esp., p. 37-54. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2018/01/pdf_0cec6ef3f2_0000029273.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

NETO J. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>. Acesso em: 16 fev. 2022.

O AGENTE. O que faz o agente literário. 2017. In: **Blog**. Disponível em: <https://www.oagenteliterario.com.br/o-que-faz-o-agente-literario/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PÁGINA DA CULTURA. **Agente literário: luxo ou necessidade?** 2020. Disponível em: <http://paginadacultura.com.br/br/dicas-para-autores/agente-literario-luxo-ou-necessidade/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

PEDERSOLI, A. C. L.; VALENTIM, M. L. P. A contribuição de José Olympio para o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro. 2019. p. 31-38. In: CARVALHO NETO, S.; SMITH, M. S. J. (Orgs.). **Anais do XX Encontro de Pesquisadores: Ciência e Desenvolvimento Regional**. Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/encpesq/2019/files/XXENCPEsq_E-BOOK_ANAIS.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

PEDERSOLI, A. C. L.; VALENTIM, M. L. P. O papel do agente literário no mercado editorial. In: SANTOS NETO, J. A. dos; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. (Orgs.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: ABECIN Editora, 2020. p.562-574. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/32/1>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PEREIRA, P. C. **Impressão de livros sob demanda: o design como ponte entre distintos registros produtivos**. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Design, Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/9085/1/DissertacaoBDTDpaula_Part1.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

PINSKY, D. **O uso do livro eletrônico no ensino superior sob a ótica dos professores universitários e profissionais de editoras**. 2009. 132f. Dissertação (Mestrado) -, Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29052009-091004/publico/versaofinal.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

PINSKY, L. **Do papel ao digital: como as novas tecnologias desafiam a função do editor de livros de história**. 2013.178f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo

(USP), São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-06052014-122311/publico/LUCIANAPINSKY.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

PONTES, H. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas décadas de 1930, 40 e 50. **BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.56-89, 2º semestre de 1988. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-26/401-retratos-do-brasil-um-estudo-dos-editores-das-editoras-e-das-colecoes-brasileiras-nas-decadas-de-1930-40-e-50/file>. Acesso em: 5 mar. 2022.

PORTOGENTE. **5 editoras independentes que encontraram sucesso em meio à crise editorial brasileira**. 2020. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias-corporativas/111103-5-editoras-independentes-que-encontraram-sucesso-em-meio-a-crise-editorial-brasileira>. Acesso em: 4 mar. 2022.

PNE- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 16 fev. 2022.

RATHSAM, L. Censura é uma herança que não foi superada no Brasil. **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://www.comciencia.br/censura-e-uma-heranca-que-nao-foi-superada-no-brasil/>. Acesso em: 28 set. 2021.

REIMÃO, S. História do livro e diálogo com a comunicação. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v.4, n.2, jul./dez./2015. Disponível em: [Revista Brasileira de História da Mídia \(RBHM\), v.4, n.2, jul./dez. 2015](#). Acesso em: 28 set. 2021. (Entrevista concedida a Felipe Quintino).

RESULTADOS DIGITAIS. **O que é LinkedIn e como utilizar da melhor maneira? 9 dicas de uso para empresas, profissionais e agências**. 2020. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/o-que-e-linkedin/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

ROSA, F. G. M. G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In: PORTO, C. M. (Org.). **Difusão e cultura científica**: alguns recortes. Salvador: EDUFBA, 2009. p.75-92. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

SANTOS, B. R. P dos; DAMIAN, I. P. M. O mapeamento do conhecimento por meio da análise SWOT: estudo em uma organização pública de saúde. **Em Questão**, Porto Alegre, v.24, n.3, p.253-274, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/76910/48733>. Acesso em: 28 set. 2021.

SANTOS, M. Q. dos. **Retratos do livro digital**: crítica, imprensa e novas perspectivas. 2017. 145f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Filosofia, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo(USP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-20022018->

185141/publico/bibliotecadigital.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

SERRA, L. G. **Os livros eletrônicos e as bibliotecas**. 2015. 189f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01122015-101516/publico/LILIANAGIUSTI_SERRA.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. C. G. Bibliotecária de editoração de livros científicos com enfoque social. 2020. p. 455-464. In: SILVA, F. C. C. da (Org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis, SC: Rocha, 2020.

SOARES, A. V.; ANDRADE, G. A. R. **Gestão por competências**: uma questão de sobrevivência em um ambiente empresarial incerto. [S.n.t.] 8p. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/251_Gestao%20por%20Competencias.pdf. Acesso em: 6 mar. 2022.

SOUSA, L. L. de; SOUSA A. C. de; PATRICIO, R. S.; SILVA, S. N. da; CORRÊA J. P. A economia do livro no Brasil: produção e consumo sustentáveis. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.13, n. esp., CBBD, p.170-183, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/849/658>. Acesso em: 28 set. 2021.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VALENTIM, M. L. P. **Modelos, Métodos e Técnicas de Planejamento**. Marília: Unesp, 2019. (Material Didático - 40 slides). Disponível em: http://valentim.pro.br/ensino/pgua/Metodos_Tecnicas_Planejamento.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

ANEXOS

ANEXO A

Em ano marcado pela pandemia, subsetor de Obras Gerais registra aumento de 3,8% nas vendas ao mercado. Indústria editorial como um todo encolhe 8,8%

Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro ano-base 2020 aponta ainda crescimento relevante na participação das livrarias virtuais

Em um ano marcado pela pandemia do coronavírus, o mercado editorial sofreu o impacto do fechamento temporário de lojas físicas no país, faturando um total R\$ 5,2 bilhões em 2020, o que significa um decréscimo de 8,8% em comparação a 2019. Este é um dos recortes da Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro ano-base 2020, realizada pela Nielsen Book, com coordenação da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

O período pandêmico ainda exerceu influência sobre outros indicadores, que refletem tanto aspectos comportamentais do público leitor quanto estratégias comerciais desenvolvidas pelas empresas para contornar a crise.

Um exemplo é o desempenho das editoras de Obras Gerais, o único subsetor que registrou aumento nominal no faturamento com vendas ao mercado, fechando 2020 com R \$1,3 bilhão, 3,8% a mais do que no ano passado, em termos nominais. Na visão de Marcos da Veiga Pereira, presidente do SNEL, esse dado demonstra a resiliência do hábito da leitura: “em tempos de isolamento social, o livro se fortaleceu ainda mais como uma opção de entretenimento”, afirma. Vitor Tavares, presidente da CBL, complementa a análise: “foi a maneira que muitos brasileiros encontraram para enfrentar esse período difícil e explorar o mundo por meio da literatura”.

Outro ponto é o crescimento expressivo das livrarias exclusivamente virtuais, que tiveram um crescimento de 84% na participação no faturamento das editoras, sendo responsáveis por movimentar R \$923,4 milhões em 2020. “Esse retrato mostra a rapidez com a qual o varejo buscou se adaptar em meio ao cenário da pandemia, procurando continuar garantindo a distribuição dos livros aos leitores”, observa o presidente do SNEL. Já as livrarias físicas tiveram sua participação reduzida em 32%, no comparativo com 2019. “Apesar de ter sido um ano muito difícil para as livrarias físicas, com a retomada acreditamos nessa recuperação, pois elas são fundamentais para descoberta de novos títulos pelo leitor e para o bom desempenho do mercado como um todo”, destaca o presidente da CBL.

Entre os subsetores 1 , o de Religiosos foi o mais afetado em termos de faturamento nas vendas ao mercado, apresentando uma queda de 14,2%. Já o faturamento do subsetor de didáticos caiu 10,9%, enquanto o de CTP (Científicos, Técnicos e Profissionais) diminuiu 6,7%.

Em 2020, o governo agregou R\$1,4 milhão ao faturamento do setor editorial, contra 1,6 bilhão em 2019. A baixa de 15% registrada nas vendas ao governo (em razão da sazonalidade das compras do PNLD Literário) foi responsável pela metade da redução do faturamento do setor editorial como um todo.

A pesquisa indica ainda que as editoras brasileiras produziram 46 mil títulos no ano passado – desse total, 24% são lançamentos (novos ISBN), enquanto 76% são reimpressões. Dessa forma, o número de títulos lançados em 2020 (11.295) encolheu 17,4% no comparativo com 2019.

CONTATO COM A IMPRENSA

Gabriela Leal – Comunicação SNEL

comunicacao@snel.org.br

Lis Ribeiro – Comunicação CBL

lisribeiro@cbl.org.br

ANEXO B
LEI Nº 10.573, DE OUTUBRO DE 2003

Institui a Política Nacional do Livro

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

- I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;
- II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;
- III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;
- IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;
- V - promover e incentivar o hábito da leitura;
- VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;
- VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;
- VIII - apoiar a livre circulação do livro no País;
- IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;
- X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;
- XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;
- XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

CAPÍTULO II
DO LIVRO

Art. 2º Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Parágrafo único. São equiparados a livro:

- I - fascículos, publicações de qualquer natureza que representem parte de livro;
- II - materiais avulsos relacionados com o livro, impressos em papel ou em material similar;
- III - roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas;
- IV - álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar;
- V - atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas;
- VI - textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte;
- VII - livros em meio digital, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual;
- VIII - livros impressos no Sistema Braille.

Art. 3º É livro brasileiro o publicado por editora sediada no Brasil, em qualquer idioma, bem como o impresso ou fixado em qualquer suporte no exterior por editor sediado no Brasil.

~~Art. 4º É livre a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, isentos de imposto de importação ou de qualquer taxa, independente de licença alfandegária prévia.~~

Art. 4º É permitida a entrada no País de livros em língua estrangeira ou portuguesa, imunes de impostos nos termos do art. 150, inciso VI, alínea *d*, da Constituição, e, nos termos do regulamento, de tarifas alfandegárias prévias, sem prejuízo dos controles aduaneiros e de suas taxas. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

CAPÍTULO III

DA EDITORAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LIVRO

Art. 5º Para efeitos desta Lei, é considerado:

I - autor: a pessoa física criadora de livros;

II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;

III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;

IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Art. 6º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação.

Parágrafo único. O número referido no **caput** deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá formas de financiamento para as editoras e para o sistema de distribuição de livro, por meio de criação de linhas de crédito específicas.

Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema **Braille**.

~~Art. 8º É permitida a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamento de direitos autorais.~~

~~§ 1º Para a gestão do fundo levar-se-á em conta o saldo existente no último dia de cada exercício financeiro legal, na proporção do tempo de aquisição, observados os seguintes percentuais:~~

~~—— I — mais de um ano e menos de dois anos: trinta por cento do custo direto de produção;~~

~~—— II — mais de dois anos e menos de três anos: cinquenta por cento do custo direto de produção;~~

~~—— III — mais de três anos: cem por cento do custo direto de produção.~~

~~§ 2º Ao fim de cada exercício financeiro legal será feito o ajustamento da provisão dos respectivos estoques.~~

Art. 8º As pessoas jurídicas que exerçam as atividades descritas nos incisos II a IV do art. 5º poderão constituir provisão para perda de estoques, calculada no último dia de cada período de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, correspondente a 1/3 (um terço) do valor do estoque existente naquela data, na forma que dispuser o regulamento, inclusive em relação ao tratamento contábil e fiscal a ser dispensado às reversões dessa provisão. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

~~Art. 9º O fundo e seus acréscimos serão levados a débito da conta própria de resultado, sendo seu valor dedutível, para apuração do lucro real. As reversões por excesso irão a crédito para tributação.~~

Art. 9º A provisão referida no art. 8º será dedutível para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 29.12.2003)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Art. 12. É facultado ao Poder Executivo a fixação de normas para o atendimento ao disposto nos incisos VII e VIII do art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO IV DA DIFUSÃO DO LIVRO

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

III - instituir programas, em bases regulares, para a exportação e venda de livros brasileiros em feiras e eventos internacionais;

IV - estabelecer tarifa postal preferencial, reduzida, para o livro brasileiro;

V - criar cursos de capacitação do trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o território nacional.

VI - instituir concursos regionais em todo o território nacional, visando a descobrir e a incentivar novos autores. (Incluído pela Lei nº 13.905, de 2019)

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a promover o desenvolvimento de programas de ampliação do número de livrarias e pontos de venda no País, podendo ser ouvidas as Administrações Estaduais e Municipais competentes.

Art. 15. (VETADO)

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros.

Art. 17. A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Art. 18. Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2003; 182^a da Independência e 115^a da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Jaques Wagner

Márcio Fortes de Almeida

Guido Mantega

Miro Teixeira

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Gilberto Gil

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.10.2003 (Edição extra)

ANEXO C

LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita observará, no que couber, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes, especialmente do:

I - Plano Nacional de Educação (PNE);

II - Plano Nacional de Cultura (PNC);

III - Plano Plurianual da União (PPA).

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.

§ 1º O PNLL será elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte.

§ 2º O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

§ 3º O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.

Art. 5º O Prêmio Viva Leitura será concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

Art. 6º Ato conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Rosseli Soares da Silva

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Gustavo do Vale Rocha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 13.7.2018

ANEXO D

DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Institui a Política Nacional de Alfabetização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 2º, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,

DECRETA :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;

II - analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever;

III - analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;

IV - consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;

V - instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada;

VI - fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;

VII - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;

VIII - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores;

IX - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização;

X - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática; e

XI - educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Alfabetização:

I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição ;

II - adesão voluntária dos entes federativos, por meio das redes públicas de ensino, a programas e ações do Ministério da Educação;

III - fundamentação de programas e ações em evidências provenientes das ciências cognitivas;

IV - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

a) consciência fonêmica;

b) instrução fônica sistemática;

c) fluência em leitura oral;

d) desenvolvimento de vocabulário;

e) compreensão de textos; e

f) produção de escrita;

V - adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em evidências científicas;

VI - integração entre as práticas pedagógicas de linguagem, literacia e numeracia;

VII - reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numeracia;

VIII - aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;

IX - igualdade de oportunidades educacionais; e

X - reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização.

Art. 4º São objetivos da Política Nacional de Alfabetização:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.009, de 25 de junho de 2014 ;

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e

V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numeracia.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Nacional de Alfabetização:

I - priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;

II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil;

III - integração de práticas motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização;

IV - participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar;

V - estímulo aos hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais, com vistas à formação de uma educação literária;

VI - respeito e suporte às particularidades da alfabetização nas diferentes modalidades especializadas de educação;

VII - incentivo à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem; e

VIII - valorização do professor da educação infantil e do professor alfabetizador.

CAPÍTULO IV

DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Nacional de Alfabetização tem por público-alvo:

I - crianças na primeira infância;

II - alunos dos anos iniciais do ensino fundamental;

III - alunos da educação básica regular que apresentam níveis insatisfatórios de alfabetização;

IV - alunos da educação de jovens e adultos;

V - jovens e adultos sem matrícula no ensino formal; e

VI - alunos das modalidades especializadas de educação.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Nacional de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do **caput**.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Nacional de Alfabetização:

I - professores da educação infantil;

II - professores alfabetizadores;

III - professores das diferentes modalidades especializadas de educação;

IV - demais professores da educação básica;

V - gestores escolares;

VI - dirigentes de redes públicas de ensino;

VII - instituições de ensino;

VIII - famílias; e

IX - organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO V

DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Nacional de Alfabetização será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam:

I - orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos cientificamente fundamentados para a literacia emergente, a alfabetização e a numeracia, e de ações de capacitação de professores para o uso desses materiais na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

III - recuperação e remediação para alunos que não tenham sido plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental ou que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura, escrita e matemática básica;

IV - promoção de práticas de literacia familiar;

V - desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal;

VI - produção e disseminação de sínteses de evidências científicas e de boas práticas de alfabetização, de literacia e de numeracia;

VII - estímulo para que as etapas de formação inicial e continuada de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental contemplem o ensino de ciências cognitivas e suas aplicações nos processos de ensino e de aprendizagem;

VIII - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e de metodologia de ensino de língua portuguesa e matemática nos currículos de formação de professores da educação infantil e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental;

IX - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores e de livros e materiais didáticos de alfabetização e de matemática básica;

X - difusão de recursos educacionais, preferencialmente com licenças autorais abertas, para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática básica;

XI - incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes níveis de literacia;

XII - incentivo à formação de gestores educacionais para dar suporte adequado aos professores da educação infantil, aos professores do ensino fundamental e aos alunos; e

XIII - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Art. 9º Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Nacional de Alfabetização:

I - avaliação de eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementados;

II - incentivo à difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem;

III - desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização;

IV - desenvolvimento de indicadores de fluência em leitura oral e proficiência em escrita; e

V - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete ao Ministério da Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes desta Política Nacional de Alfabetização.

Art. 11. A colaboração dos entes federativos na Política Nacional de Alfabetização se dará por meio de adesão voluntária, na forma a ser definida em instrumentos específicos dos respectivos programas e ações do Ministério da Educação e de suas entidades vinculadas.

Art. 12. Para fins de implementação da Política Nacional de Alfabetização, a União poderá prestar assistência técnica e financeira aos entes federativos, que será definida em ato próprio de cada programa ou ação.

Art. 13. A assistência financeira da União, de que trata o art. 12, correrá por conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério da Educação e às suas entidades vinculadas, de acordo com a sua área de atuação, observados a disponibilidade e os limites estipulados na legislação orçamentária e financeira.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 11 de abril de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.4.2019 - Edição extra